

GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UMA CRÍTICA AO DISCURSO TRADICIONAL DE SEGURANÇA

Izadora Xavier do Monte
Universidade de Brasília
Brasília, DF, Brasil
Julho 2010

Gênero e Relações Internacionais
Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre.

Brasília, Julho de 2010.

Izadora Xavier do Monte

Autora

Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Orientador

Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança

Autora: Izadora Xavier do Monte

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Data de aprovação:

Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Orientador

Profa. Dra. Maria Celina D'Araújo

Membro da Banca

Profa. Dra. Cristina Inoue Yumie

Membro da Banca

MONTE, Izadora Xavier do.
Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional
de Segurança/Izadora Xavier do Monte – Brasília, 2010 –
145 f.

Dissertação apresentada para obtenção de grau de mestre – Universidade
de Brasília. Instituto de Relações Internacionais.
Orientador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha.

1. Gênero 2. Relações Internacionais 3. Segurança Internacional 4. Pós-
positivismo I. Gênero e Relações Internacionais

Agradecimentos

Agradeço, sobretudo, à minha mãe, inspiração original de toda minha reflexão feminista.

Aos companheiros de anos de discussões teóricas, metodológicas e, às vezes, não muito científicas, no PET-Rel, Isabele Bachtold, Tainá Leandro, Maria Clara de Paula, Xaman Minilo, Marcella Campos, Aline Alencar, Gustavo Carvalho, Marcos Paulo Ribeiro, Ricardo Poletto, Tiago Beckert, Pablo Romero, Adalgisa Soares, Rafael Soler, Mariana Simoni, Raphael Cunha, Marina Guedes, André Mourão, Henrique Bezerra, Artur Andrade e Heitor Torres.

Aos professores Alcides Vaz, Antonio Jorge e Cristina Yumie pelo apoio e encorajamento.

Agradeço também à minha família, a Raimundo Jaguaribe, João Paulo Denófrío, Juliana Bessa, Erica Simone Resende, Marina Rampazzo, Gabriel Semerene, Fernanda Prazeres, Gabriel Peters, Ricardo Cima, Pétalla Timo, Fernanda Werneck, Vinícius Portela, João Paulo Reys, Felipe Balduino, Taís Julião, Bruna Costa, Rafael Moreira, Carolina Woortmann, Ana Janaína Nelson, Pedro Tarrisse e a todos os demais amigos que me apoiaram e escutaram, escutaram, escutaram...

Resumo

O trabalho faz um levantamento do pensamento feminista na área de Segurança Internacional. O conceito tradicional de segurança é criticado pela sua dependência de discursos naturalizados sobre identidades de gênero. A aplicação desse conceito não apenas reforça identidades naturalizadas para homens e mulheres, mas também invisibiliza experiências de insegurança de determinadas mulheres. O pensamento feminista em RI defende um conceito amplo de segurança, que serviria a uma política emancipatória de identidade e também à elaboração de políticas de segurança que fortalecem, simultaneamente, a segurança nos níveis internacional, estatal e individual.

Abstract

The text explores feminist thinking in International Security. The traditional security concept is criticised for naturalizing discourses on gender identity. The use of this concept reinforces naturalized identities for men and women. It also excludes from theory insecurities experienced by some women. Feminist thinking in IR supports a wide security concept, which would more neatly be fitted with an emancipatory identity politics and security policies that enforce security at the international, state, and individual level simultaneously.

Índice

Introdução.....	8
1. Gênero como categoria de análise.....	8
2. Do gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais – notas metodológicas e ontológicas	16
2. O debate e os debates: as abordagens feministas para as Relações Internacionais	21
2.1. O social, o linguístico e as “viradas” na teoria de Relações Internacionais – o terceiro debate.....	21
2.2. Feminismos e RI	34
2.3. Conclusão	45
3. A construção da segurança estatal – análise do discurso científico de Relações Internacionais.....	47
3.1. Masculinidade e masculinismo nas RI – o gênero das construções teóricas	48
3.2. Cidadania e virtude cívica – “Guerreiros Justos” e “Belas Almas”	60
3.3. O Gênero do Tomador de Decisão	71
3.4. Cidadania no Estado moderno liberal – o contrato sexual	81
3.5. Nacionalismo – “Nós” e “Outros”. Ou seriam “Outras”?	90
3.6. Conclusão	94
4. A Mulher n’“O Homem, o Estado, a Guerra”? A participação das mulheres em conflitos e alternativas para o discurso de segurança	95
4.1. Gênero – espaço para mudança e alternativas?.....	96
4.2. Mulheres e conflitos contemporâneos	104
4.2.1. Britânicas e fábricas de munição – novas possibilidades de participação durante a Primeira Guerra Mundial.....	107
4.2.2. Movimento feminista, pacifista e internacionalista no entreguerras	109
4.2.3. As dificuldades de inclusão das mulheres no serviço militar norte-americano desde a Primeira Guerra do Golfo	112
4.2.4. Mulheres israelenses – conscrição e ativismo anti-militarista	114
4.2.5. Palestinas – ativismo e resistência	116
4.2.6. Mulheres asiáticas e o conflito cingalês	119
4.2.7. Mulheres asiáticas e o militarismo norte-americano	122
4.2.8. Zapatistas: “os homens não conseguiriam sozinhos”	126
4.2.9. Bósnia: corpos feitos campos de batalha.....	128
4.3. Segurança Humana – alternativa viável?.....	131
Conclusão	138
Bibliografia.....	142

Introdução

1. Gênero como categoria de análise

O elemento distintivo da teoria feminista, ou como tem sido mais comumente chamado nos últimos anos, os estudos de gênero – e esta última denominação torna a explicação apenas aparentemente mais óbvia –, é o uso do gênero como categoria de análise.

Inicialmente, é preciso esclarecer a confusão comum entre o conceito de gênero e um vocábulo sinônimo de “mulher”. Gênero é, antes de tudo, uma categoria relacional, referente aos pressupostos sociais que constituem, ou constroem, as diferenças entre homens e mulheres. Ou seja, é a significação que se dá às diferenças biológicas entre os corpos humanos – a interpretação por vezes denominada “diferença sexual”. Não se trata apenas de uma forma de diferenciar os corpos em masculinos e femininos, é uma forma de dar sentido ao mundo e uma das formas primárias de atribuir significado ao poder na maior parte das sociedades humanas.

Ao se dizer gênero como significados **sociais**, procura-se enfatizar que essas formas de dar sentido ao mundo **não** são “propriedade substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica” (BOURDIEU, 1997, p. 17). O trabalho de Pierre Bourdieu, um dos maiores cientistas sociais do século XX, tem como foco, ao procurar esclarecer as implicações do gênero no funcionamento da sociedade, negar esta interpretação da realidade, que ele chama “substancialista”. É possível identificar categorias identitárias ou narrativas que se estabelecem como relativamente estáveis. A estabilidade dessas normas, discursos ou instituições não nega o processo social de que elas são resultado. De fato, sua capacidade de reprodução é parte integrante da sua característica social.

Bourdieu estabelece a diferenciação entre homens e mulheres, masculino e feminino, como um desses processos históricos e contingentes. Seu trabalho com relação ao gênero, que ele considera merecedor da atenção dos cientistas sociais em geral, é o de sondar e “demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em **natural**” (BOURDIEU, 2005, p. 8). O objetivo desse esforço, Bourdieu afirma, está em “devolver à diferença entre o masculino e o feminino, tal como a

(des)conhecemos, seu caráter arbitrário, contingente, e também, simultaneamente, sua necessidade sócio-lógica” (BOURDIEU, 2005, p. 8).

A biologia, de acordo com Bourdieu (2005, p. 9-10), é substrato sobre o qual um longo processo de “socialização do biológico e biologização do social” se deu. Seu efeito é sentido não apenas nos corpos – oferecendo sentido às diferenças sexuais –, mas também, como dito anteriormente, o processo de naturalização dessa construção social passa pelo uso da divisão arbitrária entre os gêneros como fundamento para o princípio de divisão da própria realidade.

A divisão de indivíduos entre homens e mulheres é, assim, apenas uma das instâncias de funcionamento do gênero como princípio ordenador. Instituições e, de acordo com o trabalho de filósofas francesas como Beauvoir e Irigaray, sistemas de pensamento e percepção construídos no Ocidente dependem das categorias de gênero, da divisão binária entre masculino/feminino, para a sua inteligibilidade.

A divisão entre masculino e feminino não está apenas nos corpos sexualmente diferenciados, mas em um amplo sistema de oposições homólogas que fundamenta o pensamento ocidental – a idéia de que pares de opostos como razão/emoção, alto/baixo, doméstico/internacional, importantes para as interpretações da realidade, equivalem à oposição primordial homem/mulher, que organiza nosso pensamento de forma hierarquizada, é essencial para a crítica feminista da construção do conhecimento científico, principalmente em relações internacionais.

O gênero surge como necessidade de dar sentido social às diferenças anatômicas entre homens e mulheres; a partir dessa divisão, aplica-se o mesmo esquema para todas as coisas do mundo – cria-se uma realidade sexuada. A grande manobra do trabalho coletivo de construção do gênero é o “apagamento” dessa criação, sua naturalização pela reversão da causa e efeito. Os indivíduos, tendo passado a se diferenciarem entre homens e mulheres pela construção de um significado social, são transformados em “naturalmente” diferentes, distintos por expressão intrínseca de suas biologies, e não pelos significados sociais oferecidos a elas. Essa visão é então aplicada para todas as outras coisas da realidade, partindo do corpo (BOURDIEU, 2005, p. 19-20).

Importante enfatizar que a passagem da diferença sexual de uma construção social dos corpos para esquemas que afetam toda a realidade tem, em Bourdieu, um importante impacto na realidade **objetiva**, e não apenas nos sistemas de percepção. A ênfase nos processos históricos de construção social como origem do gênero como esquema cognitivo não nega a realidade objetiva – a naturalização dessas estruturas ideacionais, o apagamento do seu caráter

histórico e contingente ocorre simultaneamente a um processo de “inscrição social nas coisas e nos corpos” das idéias. Uma visão reflexivista, construtivista ou pós-estruturalista do mundo de forma alguma se contrapõe a uma preocupação com a realidade objetiva. Ela apenas se preocupa com as formas pelas quais a realidade objetiva é condicionada por idéias – fruto de estruturas de pensamento ao mesmo tempo coletivas e individuais. A “‘ordem simbólica’ não existe sem os mecanismos objetivos da ordem social” (BOURDIEU, 2001, p. 220) e vice-versa. De fato, é o acordo entre a realidade objetiva e as categorias subjetivas que produz o círculo de reprodução social, dando às contingências conformadoras da nossa realidade a aparência de naturalidade, do mundo como evidente em sua essência (BOURDIEU, 1997, p. 128).

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte (...) eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2005, p. 45).

A segunda parte da citação levanta outro ponto essencial para Bourdieu: a perspectiva masculina é objetivada também no senso comum, e mesmo as mulheres usam essa matriz para conceber o mundo e a si mesmas. A naturalidade com que são vistas essas estruturas de dominação se deve ao fato de que os próprios dominados aderem a ela, nem sempre com plena consciência do processo. Os instrumentos de conhecimento, construídos a partir do ponto de vista superior na hierarquia, são compartilhados por todos aqueles que dela fazem parte. Isso não quer dizer uma cooperação deliberada por parte dos dominados, ou aprovação consciente das estruturas – não há cooperação deliberada por parte dos dominados, sua participação é fruto da objetivação dos instrumentos de conhecimento como poder real. Essa vai ser a base da “dominação simbólica”, essencial no pensamento do sociólogo.

À incapacidade de perceber a si mesmo senão pelo ponto de vista outro, dominante, Bourdieu vai dar o nome de “violência simbólica”.

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os

dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmo, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2005, p. 54).

A busca por uma redefinição das formas de conhecer que permita uma “ótica feminina”, um “ponto de vista do dominado”, é parte essencial do programa científico das feministas, principalmente em Relações Internacionais (doravante RI).¹ Dirão as teóricas de gênero em RI que, entre seus objetivos, priorizam desvelar todas as formas de violência presentes no sistema, para além da violência direta das guerras civis e conflitos internacionais. O raciocínio aqui desenvolvido nos permite, ainda que não esteja explícito no trabalho das principais autoras da corrente, incluir a “violência simbólica” entre aquelas que crítica feminista procura apontar como produzidas e sustentadas pela disciplina de RI.

Essa não é a única contribuição de Bourdieu insuficientemente explorada pelas feministas que procuram fazer a ligação entre o pensamento feminista nas ciências sociais e os estudos realizados no campo das Relações Internacionais. Há uma dimensão da característica relacional de gênero que não foi suficientemente explorada entre as feministas em RI. Por uma lógica pouco discutida, mas facilmente deduzida do fato de ser o gênero uma categoria inteligível apenas se considerados o feminino e o masculino em perspectiva mútua, a emancipação das mulheres depende de uma necessidade paralela de discutir a masculinidade, suas demandas sobre os homens e respectivas estruturas sociais que os fazem contribuir para a opressão feminina, e, ao mesmo tempo, para sua própria opressão, a outra face do privilégio masculino.

Os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante [...] O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo o homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (BOURDIEU, 2005, p. 64-65).

A tensão e contensão permanentes da busca pela afirmação da virilidade são resultados desse ideal permanentemente inalcançável. Nisso está “o princípio de uma enorme vulnerabilidade”. É o que leva, paradoxalmente, ao investimento, obrigatório por vezes, em todos os “jogos de violência masculinos”, as “solidariedades viris”, ritos, em alguns casos

¹ Uso as maiúsculas para distinguir a disciplina da gama de fenômenos – as relações internacionais –, cada vez mais disputados em sua identificação, que constituem o objeto do estudo.

institucionalizados, que servem como provas de virilidade (BOURDIEU, 2005, p. 65).

A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (BOURDIEU, 2005, p. 67).

Antes, no entanto, que os estudos de gênero alcancem a análise sobre a masculinidade, as questões relativas às mulheres, às identidades femininas, são, por muito tempo, o foco central. A fim de discuti-las, o pensamento de Judith Butler é essencial. Parte do debate contemporâneo, Butler pode ser dita a autora que inaugura o pós-estruturalismo nos estudos de gênero. Seu trabalho está centrado na negação de um sujeito feminino universal, estável.

A tentativa de elaboração de tal categoria fixa para as mulheres, ainda que seja resultado de um processo histórico de fim emancipatório, acaba revelando a formação de espaços de exclusão dentro da própria teoria feminista. Seguindo o pensamento de Foucault, Butler (1993, p. 21-22) afirma que o discurso cria o sujeito que pretende representar – o feminismo elaborou uma categoria universal de mulher que sofre uma opressão única de uma espécie universal de patriarcado, noção que move a argumentação de Butler em sentido oposto, ao tratar de identidade, representação e o sujeito do feminismo contemporâneo. Ela critica a “política representacional” que busca uma universalidade para a identidade feminina. As restrições do discurso aparecem juntas às fragmentações, dentro do próprio feminismo, provocadas por mulheres que resistem à representação oferecida por essa categoria universal, que não se sentem nela representadas.

A incompletude da mulher como sujeito do discurso, ponto central do trabalho de Simone de Beauvoir em sua famosa obra, O Segundo Sexo, torna-se, para Butler, arma importante na construção de novas interpretações não apenas sobre mulheres e gênero, mas também sobre identidade e representação. A proposta de Butler é a superação do projeto de construção de um sujeito universal para o feminismo, da busca por uma categoria única de Mulher. A identidade, no contexto político contemporâneo no qual o discurso e a representação discursiva dos sujeitos são percebidas como parte essencial do processo de elaboração de demandas e soluções, deve ser um espaço aberto à negociação, ao debate e à contestação. Dessa forma, ela não imporá poderes e encobrirá mecanismos de coerção, mas seria espaço de exercício democrático de participação das mulheres na definição de seus papéis sociais.

A crítica da política representacional do feminismo universalizante não se traduz, contudo, em uma recusa das tentativas de representatividade e construção das mulheres como sujeito – tarefa essencial na subversão da “dominação simbólica” como apontada por Bourdieu. No contexto pós-estruturalista, em que a política e o poder estão ligados a considerações sobre estruturas de linguagem, Butler aponta a inevitabilidade de se discutir a construção de uma representação dos sujeitos do feminismo.

A autora introduz, então, sua tese de que o próprio sistema binário dos gêneros seria uma construção artificial.

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos [...] A posição feminista humanista compreenderia o gênero como um **atributo** da pessoa, caracterizada essencialmente como uma substância ou um ‘núcleo de gênero preestabelecido, denominado pessoa (BUTLER, 1993, p. 24 e 29).

Ainda na esteira do pensamento de Foucault sobre a sexualidade, Butler critica a tendência a definir a identidade individual a partir de um suposto sexo fixo. O gênero seria a convergência, em um corpo concreto, de um conjunto de relações históricas e culturais. Ao radicalizar a cisão entre corpo e gênero, Butler recorre a uma interpretação de Beauvoir. Esta autora critica a linguagem e filosofia ocidentais por sua centralidade estar no sujeito masculino. A mulher, para Beauvoir, seria o Outro da linguagem e do pensamento, o sujeito marcado pela diferença, em contraste ao masculino pretensamente universal construído historicamente no discurso cultural e filosófico do Ocidente. Butler (1993, p. 31), por sua vez, apropria-se da argumentação de Beauvoir ao perceber a marcação da diferença da mulher como sua ligação inevitável ao corpo sexuado, enquanto a universalidade do masculino se alcança pelo distanciamento entre homem e corpo biológico, sua “descorporificação”, que lhe permite alcançar a universalidade de sujeito do discurso.

Butler se torna nome essencial nas discussões feministas graças à sua interpretação sobre as categorias que constituem o gênero em relação à sexualidade. Sua divisão dos “gêneros inteligíveis” é mais do que interpretação da relação entre corpos biológicos e as duas interpretações sociais existentes para ele. O gênero inteligível é aquele no qual se “mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 1993, p. 38). A ênfase na continuidade entre essas instâncias levou-a a ser considerada a fundadora da chamada “*queer theory*”, reconhecida pela afirmação de que “gênero é performance”. Para Butler, a coerência e continuidade são oferecidas por uma prática

reguladora de “heterossexualidade compulsória”. A negação do gênero como expressão de alguma característica intrínseca aos indivíduos, em Butler, se transforma na afirmação de que o gênero é efeito de práticas individuais. Apesar de as estruturas de gênero antecederem os sujeitos individuais – como a própria linguagem, que é uma estrutura dentro da qual nascemos –, essas estruturas se mantêm a partir de feitos e performances individuais. Essas performances são condizentes com práticas reguladoras e com a construção de identidades como efeitos das práticas discursivas, o que oferece à idéia da “heterossexualidade compulsória” o poder de construir a coerência entre gênero, sexo, desejo e prática sexual.

O **gênero** não é um substantivo, mas tampouco um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é **performativamente** produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (...) o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é **performativamente** constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados (BUTLER, 1993, p. 48).

As estruturas, instituições e os indivíduos caracterizados pelo gênero são o resultado da repetição de atos ao longo do tempo, de forma que estes se tornam aparentemente naturais, substanciais (BUTLER, 1993, p. 59).

A idéia de que gênero e sexo são partes essenciais da definição da nossa identidade, e que essa identidade é o efeito de práticas discursivas, é, sem dúvida, uma das maiores contribuições de outro sociólogo francês e filósofo do último século, Michel Foucault. Mais importante ainda para o campo da ciência política, Foucault dedicou-se a demonstrar como o poder está em todo lugar, se organiza em redes, e é exercido por todos, uma vez que possuem uma posição na sociedade. Ao fazer a ligação entre esse corpo de pensamento e a sexualidade, é possível perceber como se dá a passagem dos estudos de gênero para a ciência política e para as RI. A sexualidade, Foucault enfatiza, é um espaço dotado de grande instrumentalidade para o poder.

Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição do cidadão em um Estado determinado [...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro, [...] se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (FOUCAULT, 1988, p. 102).

Não há ponto primário para o poder em Foucault. A desigualdade das relações sociais, todas elas, em todas as instâncias, expressa correlações de força que são nada mais do que o exercício do poder como redes móveis, cujos mecanismos permeiam todo o campo social, sendo sempre localizados e instáveis. O poder, para Foucault, é onipresente. Não por ser algum tipo de mecanismo amplo que mantém toda sociedade sob sua égide, mas porque emana de todas as relações, está presente em todos os lugares sociais. O poder emana de situações de assimetria, as relações de poder “são condições internas destas diferenciações”. A complexidade e multiplicidade das relações de poder impedem a organização binária que opõe dominantes e dominados – é extremamente difícil identificá-lo, o poder, como resultado da decisão deliberada de agentes determinados (FOUCAULT, 1988, p. 102-105). Essa característica difusa do poder faz com que o modelo sugerido pelo autor para seu estudo seja “estratégico” – ou seja, faz que se estude o poder como resultado de ações relacionais – em substituição ao modelo que ele chama “direto” – o da ciência política tradicional, que procura ver o poder como um fluxo unidirecional e em função da acumulação de recursos específicos.

O discurso, no modelo estratégico, é essencial para o poder – essa articulação entre poder e saber sendo a contribuição mais conhecida do pensamento de Foucault.

É no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele [...] O discurso veicula e produz o poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (FOUCAULT, 1988, p. 111-112).

Foucault identifica pelo menos quatro grandes conjuntos estratégicos no qual o poder e o saber elaboram dispositivos de sexualidade. Eles são: “a histerização do corpo da mulher”, ou seja, a definição do corpo da mulher primária e integralmente pela sua sexualidade; “a pedagogização do corpo da criança”, a definição da prática sexual pela criança, ao mesmo tempo que é sempre possível, é perigosa – física e moralmente, tanto para o corpo individual da criança quanto para o corpo coletivo da sociedade; “a socialização das condutas de procriação”, ou seja, o controle político e social da conduta dos casais; “psiquiatrização do prazer perverso”, análise e controle de todas as formas de instituto sexual consideradas “anomalias” (FOUCAULT, 1988, p. 115-116).

A discussão de alguns autores, essenciais para a compreensão do que é o uso do gênero como categoria de análise, objetiva desfazer a visão de lugar comum sobre “estudos de

gênero” se tratarem apenas do escrutínio sobre onde estão as mulheres na sociedade e quais suas funções. A percepção do gênero como estrutura, esquemas cognitivos e elemento essencial na definição de identidades que abarcam homens e mulheres em esquemas objetivos de poder e atividades nos mais diversos campos oferece um bom caminho de passagem para a compreensão de como o gênero pode ser uma categoria de análise também presente nas relações internacionais.

2. Do gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais – notas metodológicas e ontológicas

No próximo capítulo, as recentes mudanças ontológicas e epistemológicas de RI serão abordadas de forma a permitir a compreensão sobre como gênero e terceiro debate convergem no sentido de tornar as discussões sobre masculinidade e feminilidade parte integrante da teoria e da prática política. É a partir do terceiro debate que questões identitárias ligadas à constituição das Relações Internacionais como normas, discursos e instituições ganham força, e com elas, a abordagem feminista para a disciplina.

Depois de analisar as evoluções teóricas recentes, o pensamento pós-positivista serve, no segundo capítulo, de instrumento para analisar o discurso sobre o Estado e segurança tradicional, a partir da ligação entre esses discursos e categorias de gênero. A crítica ao discurso tradicional de segurança, sua aceitação dita “mais estreita”, e os privilégios que ele pressupõe apresentam duas dimensões. Uma delas conduz a análise das ligações entre o Estado e o masculinismo, nas questões de segurança. Alternativas, mais democráticas e menos hierárquicas, seriam mais sensíveis à existência de construções binárias, identidades de gênero naturalizadas e narrativas que permeiam a experiência política.

A proposição de alternativas confronta não só o masculinismo que constituiu historicamente a disciplina, mas também sua incapacidade de acompanhar as evoluções recentes das sociedades. O núcleo da disciplina se mantém distante de novos fenômenos e demandas prementes por causa dessa dificuldade de remodelar seus conceitos e torná-los mais abertos às necessidades políticas contemporâneas – de dimensões normativas, mas também empíricas. No terceiro capítulo, a ligação entre conceitos de segurança humana, o aprofundamento das demandas democráticas no Estado liberal e a experiência das mulheres

em conflitos contemporâneos são os elementos da argumentação desenvolvida sobre essa premissa.

Central a esse percurso argumentativo é a identificação de um dilema fundamental para o estudo da segurança internacional contemporânea. A defesa do conceito de segurança ampla, feita ao final do terceiro capítulo, tenta oferecer alternativa ao problema que se delinea ao longo dos outros capítulos, resultado tanto de evoluções recentes, teóricas quanto empíricas. A teorização sobre segurança internacional, hoje, não pode ignorar os questionamentos sobre as implicações da prioridade reservada à norma da soberania. O debate sobre a relação entre segurança nacional e segurança humana, sobre os resultados da modificação do ponto de vista teórico, em termos de referente, do sistêmico e estatal para o pessoal, é a linha mestra que dá sentido à reunião de argumentos nos capítulos que se seguem.

No capítulo 3, a demonstração do masculinismo no discurso estatal procura demonstrar que a concepção de segurança que considera o Estado como referente central, exclusivo e prioritário, reforça a norma e as práticas que estabelece relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros. Indivíduos associados à masculinidade seriam privilegiados, porque o discurso de segurança estatal é composto também por narrativas sobre características políticas, sociais e culturais desse grupo. Como a contradição entre segurança da comunidade política e segurança dos indivíduos é instrumentalizada para perpetuar relações assimétricas demonstra-se no capítulo 3, com a experiência de mulheres em conflitos contemporâneos. Com o uso do referente humano, surgem inseguranças que não eram visíveis com o uso do referente estatal. Mais além, em muitos casos, veremos que o próprio uso do referente estatal é a fonte da insegurança humana. Nesse sentido, a defesa do conceito amplo também serve para propôr que o Estado privilegie, na elaboração de sua política de segurança, uma abordagem feminista (ou que esposa “valores” feministas).

Definir categoricamente o que seriam “valores feministas”, ou “anti-masculinistas”, a serem adotados pelos elaboradores de políticas e estratégias na área de segurança, contraria o que é argumentado no texto. Principalmente considerando a etapa atual, dita pós-colonial, do pensamento e movimento feminista, que rejeita a possibilidade de definições universais, distantes de considerações sobre contextos culturais, raciais ou econômicos. É pertinente dizer, contudo, em consonância com o que é defendido no texto, que estariam de acordo com as pretensões políticas e teóricas feministas quaisquer políticas preocupadas com seus impactos sobre a vida e a emancipação das mulheres e sobre as compreensões socialmente compartilhadas de masculinidade e feminilidade. *Grosso modo*, políticas de segurança

feministas, ou anti-masculinistas, seriam políticas que procuram identificar se as ações que elas prevêem reforçam insegurança humana das mulheres.

Quando falamos de evoluções teóricas e empíricas recentes, é necessário fazer uma ressalva. A relação ciência/fenômenos analisados é ambígua, em uma perspectiva pós-positivista. São fundamentalmente novos os fenômenos que demandam essa remodelagem? A maior participação das mulheres na política e em outras esferas públicas, o crescente impacto das guerras contemporâneas sobre civis são as razões da pressão para “abertura” da teoria de forma que possamos estudar essas questões como parte das Relações Internacionais? Ou, como coloca Tickner, a presença das mulheres é um dado antigo da realidade internacional, apenas incapaz de ser percebido pela teoria convencional? Há apenas novas dinâmicas que pedem novas teorias, ou é um novo olhar da ciência que nos permite ver aquilo antes invisível para a disciplina?

Esses questionamentos não vão ser respondidos pelo trabalho desenvolvido nos próximos capítulos. É o contexto contemporâneo – como deixam claro os casos analisados no quarto capítulo – que fundamenta a argumentação, não uma tentativa de “redescobrir a história”. Considera-se que os fenômenos em tela, mesmo que sejam antigos e, por muito tempo, tenham permanecido invisíveis por causa das lentes que usávamos para compreender a realidade, certamente são impactados pela atenção que vêm recebendo agora, fazendo deles algo próprio à nossa época. Também as formas de estudar Relações Internacionais serão, sem dúvida, impactadas pela crescente importância de certos eventos.

Sobre o método empregado, algumas considerações. Primeiro, a ligação entre Estado, relações internacionais e gênero depende da análise da dimensão do Estado como categoria do pensamento, como instância de construção de identidades. É a análise dessa ligação um dos principais temas do terceiro debate e uma das principais preocupações feministas em Relações Internacionais, analisados no próximo capítulo.

“Pessoas estatais são o comportamento e o discurso dos seres humanos individuais que as constituem” (WENDT, 2004, p. 289). Estados nada mais são do que a relação, que se repete no tempo, entre seus membros. O Estado não é uma consequência “acidental” dessas relações, mas tem uma existência garantida pelo propósito coletivo dos atores que o constituem. A intenção coletiva dos indivíduos forneceria uma realidade específica para o

Estado. O Estado é um produto social e um discurso. Isso, contudo, não significa que ele seja uma categoria de que se pode facilmente abrir mão em favor de qualquer outra pretensão alternativa. É preciso considerar que a construção histórica do Estado, discursiva e social, não o priva de uma realidade com impactos objetivos importantes. Principalmente se considerarmos que, pelo argumento de Wendt, o Estado, como produto de intencionalidade coletiva, é mais que a soma das partes que o compõem. A injunção de atores em um coletivo permite que esse imagine e realize aquilo que individualmente não seria possível, nem mesmo imaginável.

Em contrapartida, a identidade dos cidadãos e as diversas práticas nas quais eles se engajam só existem em virtude do Estado. A identidade dos indivíduos não se esgota na prática do Estado – nem na do gênero, vale acrescentar. No entanto, se consideramos que a identidade dos indivíduos, nessa perspectiva, é uma narrativa, uma “forma de experimentar a si mesmo”, de construir significado para sua própria existência no mundo, gênero e Estados são narrativas que se interpelam e interpelam os indivíduos na formação de identidades individuais e coletivas.

Grande parte do texto se concentra na análise dos processos e das formas de interpelação. Por isso, a referência fundamental ao discurso científico e filosófico moderno e contemporâneo. A preocupação com a experiência real resultante, a forma como essas narrativas são incorporadas – e criam materialidade na experiência de indivíduos – mantém-se sempre próxima. No capítulo 3, as experiências de mulheres em conflitos contemporâneos busca aprofundar essa aproximação entre discurso e os constrangimentos empíricos que movem a análise. Repetindo o compromisso de Sylvester (1994, p. 59), busca-se manter em vista as mulheres, e homens, reais, que a ciência procura emancipar e capacitar para o pensamento analítico e moral autônomo.

Esse texto identifica as críticas que são feitas à teoria e à epistemologia – e, por consequência, à prática política – como tributárias de um “feminismo pós-moderno”, que é, ao mesmo tempo, “pós-modernismo feminista”, de acordo com a classificação dada por Sylvester (2004) ao seu próprio trabalho. Isso significa a tentativa de conciliar pontos de vistas historicamente marginais, empirismo e uma visão crítica sobre o conceito de segurança. Três elementos interagem em todos os argumentos elaborados: narrativas sobre política, estruturas sociais e identidades individuais. O objetivo do trabalho é defender uma concepção de segurança que a reenquadra em seu contexto moral e político e procura refletir sobre as formas de tomada de decisão política. A crítica feminista ao discurso tradicional de segurança

busca, assim, não só garantia de segurança mais ampla, mas também segurança contra a ameaça de abirmos mão da emancipação de todos os indivíduos, homens e mulheres, em favor de abstrações científicas e políticas.

1. O debate e os debates: as abordagens feministas para as Relações Internacionais

*All right,
Go ahead!
What's in a name?
I guess I'll be locked into
As much as I'm locked out of!
Edna St. Vincent Milay, The prisoner*

1.1. O social, o linguístico e as “viradas” na teoria de Relações Internacionais – o terceiro debate

Autores que procuram demonstrar as múltiplas dimensões sociais, filosóficas e políticas do gênero são parte da crítica ao positivismo e ao projeto científico da modernidade. Essa crítica tem produzidos inúmeros trabalhos nas ciências sociais e na filosofia na segunda metade do século XX – os de Foucault e Bourdieu são exemplos expressivos. Tributárias do pensamento desses autores são a defesa do rompimento com a possibilidade de se constituírem as ciências sociais a partir dos modelos paradigmáticos das ciências naturais e a substituição da crença na possibilidade de conhecimento cumulativo capaz de desvelar leis universais do comportamento humano pela subscrição a uma visão da história como contingente e fruto de construções sociais.

O que hoje se apresenta como evidente, adquirido, estabelecido de uma vez por todas, fora de discussão, nem sempre foi assim e somente se impôs como tal pouco a pouco: é a evolução histórica que tende a abolir a história, sobretudo devolvendo ao passado, ou seja, ao inconsciente, os laterais possíveis que se viram descartados, fazendo assim esquecer que a ‘atitude natural’ referida pelos fenomenólogos, ou seja, a experiência primeira do mundo como algo evidente, constitui uma relação socialmente construída, como os esquemas perceptivos que a tornam possível (BOURDIEU, 2001, p. 210).

O abandono dos paradigmas das ciências naturais deve redefinir os objetivos e métodos das ciências sociais. No lugar de leis objetivas e universais, a historicização – a tentativa de revelar os processos de naturalização que “apagam” os processos de construção social da realidade, dando-lhe a aparência de natureza, de “realidade objetiva”. A análise que se pretende objetiva, critica Bourdieu, acaba apenas por reificar, “como se fossem coisas”, os

construtos históricos (BOURDIEU, 2001, pp. 221-222).

Desse ponto de vista, a ciência positivista, apesar de professar neutralidade, toma parte em um debate epistemológico, que também é uma luta política “pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou melhor, pelo reconhecimento (...) que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, de sua significação atual e da direção na qual ele vai e deve ir” (BOURDIEU, 2001, p. 226). Para Bourdieu, torna-se impossível tratar o mundo social como “coisa”, ignorando o trabalho dos agentes na construção de perspectivas subjetivas sobre si e tudo o que os rodeia. Contra a objetividade, o autor considera princípio incontornável das ciências sociais a participação do observador no objeto de conhecimento – a compreensão do mundo é, ao mesmo tempo, produção do mundo, a partir de um posicionamento específico daquele que procura conhecer (BOURDIEU, 2001, p. 230). A indissociabilidade entre posição do cientista e produção científica resulta em um dever do pesquisador em explicitar seu viés.

Nas RI, a hegemonia do pensamento positivista prolongou-se, da década de cinquenta até meados de oitenta, e, pode-se dizer, ainda compõe o centro da disciplina, a “virada construtivista” propõe uma maior preocupação com a “construção social da política mundial”. A proposta de revisão profunda, ontológica e epistemológica, da disciplina não acontece, contudo, sem a defesa, pelos autores com visões mais tradicionais, de seus métodos característicos. A esta discussão interparadigmática tem-se chamado “terceiro debate” – retomando a tradição da disciplina de evoluir a partir da contraposição de autores com diferentes posicionamentos sobre a ciência das RI.

Para o lado pós-positivista do debate, que será nosso foco, estruturas sociais nada mais são do que práticas ou processos, físicos e discursivos, rotinizados e que persistem no tempo. É no contexto do terceiro debate que o feminismo cria bases mais sólidas dentro das RI. Nem todas as abordagens feministas são pós-modernas, algumas são mesmo ditas positivistas, mas, segundo Tickner (1997, p. 619), a orientação normativa permite dizer que os estudos de gênero estão implicados no lado pós-positivista do terceiro debate. Outros pressupostos comuns formam essa base de ligação: as regularidades identificadas pelas feministas são definidas como construção social; o objetivo da teoria feminista está próximo ao da teoria crítica. Segundo Cox, teoria é “ação estratégica para concretização de uma ordem alternativa”. Como em outras abordagens pós-positivistas, os estudos de gênero buscam metodologias fora da disciplina de RI. As metodologias de “solução de problemas” não seriam apropriadas, porque aceitam a ordem prevalecente como dada. Feministas partem do pressuposto de que o

mundo é caracterizado por hierarquias sociais que operam em detrimento das mulheres, e o uso de abordagens epistemológicas de soluções de problemas não se coaduna com uma “ação estratégica” para alterar essa ordem (TICKNER, 1997, p. 620).

Esses, e outros pontos de aproximação entre teóricos pós-positivistas e feministas, surgem quando aproximamos as duas discussões. Há divergências na definição do que é o lado pós-positivista do terceiro debate, e há nuances entre as abordagens, o que se reproduz também no caso das feministas. A discussão sobre o que define o terceiro debate, contudo, é considerada importante ponto de partida para entender como as reflexões feitas sobre gênero na filosofia e ciências sociais impactam sobre as RI. Compreender a visão epistemológica e os temas pós-positivistas esclarece como o gênero é, inquestionavelmente, parte dessa disciplina. A aproximação entre feministas e pós-positivistas é acompanhada pela discussão do caráter distintivo dos estudos de gênero, como eles são, em si, multifacetados. Dialogam com temas próprios às relações internacionais, ao mesmo tempo em que são tributários de outras disciplinas e ainda são um campo particular, identificado pelo uso do gênero como categoria de análise. Entender essa multiplicidade e delimitar os pontos de contato entre estudos de gênero e RI é uma forma de tentar superar os “mal-entendidos” que dificultam o diálogo entre teóricos do gênero e demais estudiosos do campo.

Na procura por tentar definir o que seria a “construção social da política mundial”, Reus-Smit (1996) identifica dois tipos de construtivismo, um modernista e um pós-moderno. A diferença entre os dois está na importância dada pelo primeiro às construções sociolingüísticas de sujeito e objeto na política mundial. Os construtivistas pós-modernos, por outro lado e caracteristicamente, focalizam as relações entre poder e conhecimento na construção de visões sobre o sistema internacional e o comportamento dos Estados, ou seja, as condições sociolingüísticas de construção de formas de conhecimento hegemônico, seu enquadramento disciplinar e sua representação na vida contemporânea. A finalidade do projeto construtivista seria desafiar as dimensões que não são problematizadas da ordem existente e os pressupostos das teorias de “solução de problemas”.

Dessa forma, enquanto preferências ou interesses são dados exógenos para neoliberais e neorealistas, a formação dos interesses é parte importante na explicação dos fenômenos internacionais para construtivistas. Nessa perspectiva, interesse e identidades formam-se simultaneamente e estão intimamente relacionados. Construtivistas modernos procuram as formas pelas quais estruturas sociolingüísticas de normas e regras da política conformam a identidade dos atores. Pós-modernos, por outro lado, vêem na própria teoria a fonte do

comportamento dos Estado e da formação de seus interesses e identidades – nessa perspectiva, as perguntas sobre quem constrói o conhecimento que informa identidades e interesses e com que finalidades se executa essa construção é sempre essencial.

Em artigo pioneiro na transposição das tendências sociológicas e históricas anti-positivistas para as Relações Internacionais, Yosef Lapid procura caracterizar o pólo pós-positivista do terceiro debate – debate que, segundo o autor, se baseia na reflexão sobre a natureza e a evolução do conhecimento. Ele identifica como três os temas centrais para o terceiro debate: o **paradigmatismo**, ou a preocupação com unidades **metacientíficas**; o **perspectivismo**, a preocupação com pressupostos e premissas subjacentes às elaborações teóricas e o **relativismo**, como tendência ao pluralismo metodológico.

Com relação ao **paradigmatismo**, Lapid diz que, enquanto positivistas estabeleceram o consenso de que a lei ou generalização empiricamente corroborada é a unidade científica fundamental, os pós-positivistas negam a possibilidade de se eliminarem as influências normativas do ser humano, que o projeto científico positivista toma como pressuposto. Pós-positivistas procuram reafirmar o cientista como centro do complexo científico (LAPID, 1989, pp. 239-240). A diferença epistemológica fundamental aqui apontada é, para Tickner, a razão pela qual a denominação “debate” é inapropriada para a contenda entre positivistas e pós-positivistas. Não haveria diálogo possível entre interpretações construídas sobre pressupostos filosóficos tão distintos – ao menos não nos mesmos moldes da “síntese neo-neo”, entre liberais-institucionalistas e diversas correntes do realismo. Lapid, por outro lado, redefine o terceiro debate, a partir dessa incompatibilidade fundamental de pressupostos entre os dois pólos da discussão, em termos de **construtos metateóricos rivais**. Ou seja, alimentam o terceiro debate posições divergentes sobre a ontologia e a epistemologia das relações internacionais. Discutem-se, primariamente, nesse caso, não **interpretações** sobre as relações internacionais, mas o que **são** mesmo as relações internacionais, o que deveria ser seu campo de estudo e como abordá-lo. Para uma disciplina jovem, um debate cujo epicentro é sua própria identidade como ciência parece apenas apropriado.²

Para as feministas, a definição do debate nesses termos dimensiona precisamente a

2 Há intenso debate acadêmico sobre a definição das Relações Internacionais como “campo de estudos” ou “disciplina”. Rocha define “campo” como as limitações do exercício científico a um corpo de fenômenos, conceitos e métodos de forma a possibilitar a construção de conhecimento inteligível nesse exercício. Disciplina serviria a um princípio de organização, por decomposição da produção científica (ver ROCHA, A.J.R. **Relações Internacionais – Teorias e Agendas**. Brasília, IBRI, 2002, p. 27). Considerando que, para os fins da análise aqui feita, os dois conceitos acabam por guardar uma relação estreita, os termos são usados de maneira aproximadamente intercambiável.

importância e inevitabilidade do posicionamento dessas entre os pós-positivistas. A redefinição dos fenômenos passíveis de serem incluídos no domínio do internacional é central para possibilitar os estudos de gênero na área; a partir dos pressupostos metateóricos positivistas, eles seriam alijados. Sem a possibilidade de restabelecimento das bases teóricas, o gênero é expulso da disciplina – ou não é incluído, como a crítica feminista diz ter sido a praxe da disciplina, só recentemente abalada pelo debate que se discute aqui.

O segundo tema, o **perspectivismo**, diz respeito aos pressupostos a que todos estamos submetidos porque são estes inerentes a qualquer empresa científica – alguns facilitando o avanço da teoria, outros se interpondo a ele, de acordo com Lapid. Os pós-modernos, principalmente, dedicam-se ao uso de ferramentas desconstrutivistas ou genealógicas para trazer ao centro do debate os significados e efeitos dos pressupostos – a fim de esclarecer seu caráter social e deliberado, rejeitando a idéia de que eles podem ser intrínsecos à realidade. Os dados empíricos passam, para os pós-positivistas, a ser subordinados aos usos que os pressupostos dão a eles, em uma reversão da prática positivista de ênfase na empiria (LAPID, 1989, p. 242). Apesar de aumentar o nível de auto-reflexão da disciplina, Lapid não deixa de apontar o risco de o perspectivismo fazer da teoria um debate metateórico cada vez mais distante da realidade e dos fenômenos de RI, crítica comumente feita aos pós-modernos, particularmente aqueles que seguem os trabalhos desconstrutivistas de Derrida.

Com relação ao **relativismo metodológico**, o autor segue o pensamento de Kuhn e Feyerabend para estabelecer que, cientificamente, é útil a suspeita sobre todas as formas de monismo metodológico, uma vez que estes possam se traduzir na institucionalização de critério-padrão para regular domínio do conhecimento científico. A multiplicação de metodologias, com a inclusão de algumas próprias ao projeto de pesquisa pós-positivista, é vista como uma das contribuições do debate para a disciplina (LAPID, 1989, p. 243).

Para Maja Zehfuss (2002), caracterizar o terceiro debate é uma empresa mais complicada do que a categorização de Lapid faz parecer. Zehfuss analisa as obras dos três construtivistas mais expressivos, Wendt, Onuf e Kratochwil, para tentar compreender onde está posicionado o construtivismo e o terceiro debate na disciplina. O terceiro debate se esgota na contraposição entre racionalistas e construtivistas – esses seriam a epítome da reflexão pós-positivista? Ou construtivistas são um meio-termo entre as abordagens racionalistas e posições ainda mais radicais – reflexivistas, relativistas ou pós-modernas? Nem mesmo aqueles que estão engajados nessa abordagem convergiriam em sua caracterização.

Algumas visões sobre o construtivismo o identificam como um conjunto de diferentes

correntes: convencional, crítica, pós-moderna. Outros usam definições globais. No caso de Adler, o construtivismo é “a visão de que a maneira como o mundo material conforma e é conformado pela ação e interação humana depende de dinâmicas normativas e interpretações epistêmicas do mundo material” (apud Zehfuss, 2002, p. 7). Há quem defenda o uso do termo exclusivamente para o trabalho de Wendt. Mais comumente, contudo, o construtivismo funciona como “rubrica geral” para uma variedade de abordagens – é uma teoria, uma categoria filosófica, uma metateoria ou um método de pesquisa empírica – não há definição consensual (ZEHFUSS, 2002, p. 8).

Zehfuss não propõe uma definição para o construtivismo. A análise dos três construtivistas, não obstante, resulta em duas conclusões. Em primeiro lugar, as três abordagens pressupõem uma “construção limitada”. Quando as análises se iniciam, alguma realidade, anteriormente construída, é considerada como dada. Ao mesmo tempo em que reforçam a importância dos significados, os autores assumem a existência de uma realidade *a priori*. Em segundo lugar, Zehfuss (2002, pp. 251-252) toma essa aceitação de uma realidade de caráter dual – uma das dimensões referente a uma realidade pré-existente à análise; a outra, uma dimensão intersubjetiva de conhecimento compartilhado que daria significado à primeira – como prova de que o construtivismo, nesses três autores, é o meio termo entre o racionalismo e o pós-estruturalismo, pós-modernismo e teoria crítica.

As conclusões de Zehfuss são inspiradas pelo pensamento de Derrida. Para Derrida, a estrutura do pensamento ocidental é baseada em dicotomias, oposições que implicam, sempre, uma hierarquia. “Em geral, o que essas oposições hierárquicas fazem é privilegiar a unidade, a identidade, a imediação e a presença temporal e espacial, em detrimento da diferença, da distância e da dissimulação” (ZEHFUSS, 2002, p. 197). Para legitimar nossas idéias, dessa forma, procuramos demonstrar que elas estão de acordo com uma presença – o que Derrida chama de “metafísica da presença”, e qualquer representação será considerada inferior ao que está presente, é “real”. Para que o ser fosse conceituado pela presença, para que a presença fosse fundação segura para o pensamento, a presença teria que ser absoluta e pura. Derrida não acredita na possibilidade dessa presença. A presença, como a percebemos em relação às coisas, está contaminada pelo seu oposto, a ausência ou a diferença. Porque a presença das coisas só se dá, na nossa percepção, pela concepção da ausência, Derrida estabelece o conceito de *différence*. A *différence* operacionaliza o fato de que presença e ausência

3 Tradução livre da autora. Todas as traduções de obras referenciadas no original em inglês são de minha responsabilidade.

convivem nas coisas; significa não ser idêntico, ser discernível; marca o atraso, desvio ou adiamento do significado; produz as diferenças que tornam possíveis os conceitos opostos, empregados na linguagem: natureza/cultura, emoção/razão etc.

A *différence* serve também à subversão do conceito de real que Derrida opera. Ao debater a fundamentação do pensamento na presença, ele mina as hierarquias valorativas entre realidade e representação. Mesmo que houvesse o real, não poderíamos acessá-lo a não ser por meio das nossas representações. Como consequência, aquilo que conceituamos como real é, em si, um efeito de representações (ZEHFUSS, 2002, p. 196). Quando elaboramos um conceito, estamos fazendo referência a um sistema ou a uma cadeia de referentes, que funcionam combinando-se sistematicamente. O modelo de Derrida são as teorias sobre linguagem e atos de fala, nos quais o significado das palavras é dependente do contexto do seu emprego, de comunicações anteriores ou de redes de significado anteriores.

Para a autora, o construtivismo é meio termo, mais próximo ao racionalismo que abordagens pós-modernas, porque aceita a premissa de uma realidade material que interage com os sistemas de significado. Não haveria consenso, científico ou político, sobre o que é a realidade, e a definição de realidade provocaria uma naturalização do que é construído. A grande questão, para os pós-modernos, não seria a negação da realidade, mas a compreensão de que mesmo afirmações mais básicas sobre a realidade estão imersas em poder. Representações não são mais importantes que o real e o real não pode ser construído a partir do que desejamos para ele. Porque o contexto, no entanto, é ilimitado, ele não pode ser controlado. Esses são os termos do debate para aqueles que, segundo Zehfuss (2002, p. 255), constituem o pólo oposto ao racionalismo.

Afirmações sobre “levar em conta” a realidade, nesse caso, são problemáticas porque obscurecem nosso envolvimento com sua construção, permitem que se atribua responsabilidade às circunstâncias. Quando a realidade é tratada como dado, a questão se torna aplicar conhecimento. Em Derrida, o que está em jogo, quando se tomam decisões sobre o que é a realidade, é a **responsabilidade**. Sem o apelo à realidade, toda escolha é uma situação “indecidível”, que não oferece uma única resposta, racional e satisfatória. A questão da responsabilidade surge quando experimentamos o limite da nossa habilidade de controle, o limite do nosso conhecimento, o limite da nossa habilidade de satisfazer demandas éticas contraditórias (ZEHFUSS, 2002, p. 256). Em defesa do pós-modernismo, Zehfuss afirma que indivíduos têm dificuldade de tratar com essas abordagens porque elas interferem com padrões arraigados de pensamento, não oferecem regras claras para o comportamento, não

oferecem segurança suficiente. Para Derrida, a insegurança é positiva e torna a responsabilidade possível. Os pós-modernos, na linha derrideana, são os antagonistas dos racionalistas ao fazerem oposição à segurança oferecida por padrões racionais – segui-los, ou declarar estar agindo cientificamente, é fugir da responsabilidade que temos, como construtores da realidade.

Alexander Wendt, por exemplo, não nega as estruturas materiais que seriam “subjacentes” ao sistema, mas confere maior importância às **identidades**, para definir o tipo de anarquia e o ambiente de segurança que vão prevalecer nas relações internacionais. Seu construtivismo é elaborado a partir de duas premissas do interacionismo simbólico: a) atores agem com base nos significados que objetos e outros atores oferecem para eles; b) esses significados não são inerentes, mas resultado do processo de interação. Dessa forma, Wendt se contrapõe a Waltz na sua análise sobre como processo e estrutura estão ligados. Anarquia não seria uma consequência necessária do sistema de auto-ajuda, mas uma instituição desenvolvida e sustentada pelo processo do relacionamento entre Estados. Os interesses dos Estados são endógenos ao processo de formação de identidades e relacionamentos. Os diferentes níveis de anarquia são resultado do processo de formação de identidade dos atores. A anarquia kantiana é uma das possibilidades, que corresponde a uma identificação coletiva, na qual interesses são calculados com base em sentimentos de solidariedade, comunidade, lealdade, em maior nível de agregação. “Identidades autointeressadas não vão ser necessariamente substituídas por identidades coletivas, mas a cooperação pode modificar a identidade dos atores, além da estrutura de ‘recompensas’, e, em consequência, o ambiente de segurança prevalecente” (ZEHFUSS, 2002, p. 15).

Outro importante autor, um dos primeiros a subscrever ao projeto de elaboração de uma “teoria social de Relações Internacionais” é Nicholas Onuf. Seguindo as proposições de Richard Ashley, Onuf (1989) vai dizer que a “construção social da política mundial” passa pela supressão de um “objeto” teórico e sua substituição por uma metodologia “genealógica” – de acordo com os preceitos de Foucault, uma análise da formação histórica do discurso, do conhecimento e do poder no campo das RI. Seu livro, *World of Our Making*, busca explicar como a realidade social das relações internacionais pode funcionar sem uma ordem centralizada.

Onuf não crê ser possível organizar as ciências sociais exatamente da mesma maneira que as ciências naturais e usa a visão epistemológica de Kuhn para explicar tal impossibilidade. O que diferencia os dois tipos de ciência é a aplicação do conceito kuhniano

de “paradigmas operativos” – a identificação de práticas correntes e autônomas em relação ao seu observador que, por sua autonomia, podem ser consideradas realidades objetivas. No caso das ciências sociais, o grau de autonomia das realidades sociais com relação aos seus analistas e com relação às definições por estes constituídas sobre aquelas é demasiadamente pequeno – essa é base da teoria crítica (ONUF, 1989, pp. 14-16). A disciplina de Relações Internacionais, no entanto, aponta Onuf, foi historicamente construída baseada na crença de ser correspondente a um paradigma operativo próprio. Apesar de negar haver um paradigma distintivo das RI, Onuf aceita a existência de certas realidades sociais, importantes para as RI, que podem ser analisadas como relativamente autônomas, constituindo paradigmas que perpassam várias disciplinas das ciências sociais, a meio termo entre a idéia de ciências naturais e teoria crítica. Para ele, a principal dessas realidades, que ele trata como um paradigma operativo, será a que chama da sociedade política. “O paradigma da sociedade política é habilmente nomeado porque está irrevogavelmente ligado a condição *sine qua non* da sociedade – a disponibilidade, não, a inevitabilidade das regras – e da política, a persistência de relações sociais assimétricas, de outra forma conhecida como a condição para as regras” (ONUF, 1989, p. 22).

Onuf se propõe a analisar as regras que constituem o sistema internacional. O método que escolhe, informado pela filosofia, é o da leitura e interpretação de textos clássicos. O trabalho de análise de regras, ou categorias de regras, requer de Onuf um trabalho com a linguagem e sua dimensão social. “A ‘virada linguística’ da Filosofia do século vinte promoveu um *rapprochement* em termos entre a Filosofia e a teoria social” (ONUF, 1989, p. 38). O construtivismo de Onuf considera a relação complexa entre materialidade e significados para ela construídos. Procura fugir das críticas pós-estruturalistas de fundacionismo, emprestando do estruturacionismo de Giddens a recusa em conceder primazia quer ao agente, quer à estrutura. Ambos são produtos de constituição mútua que não permite a redução da estrutura à soma das partes, nem as partes aos efeitos da estrutura.

O fundacionismo de que o pós-positivismo tenta escapar, de acordo com Derrida, citado por Onuf, é chamado “logocentrismo” e tem relação direta com a idéia de divisão binária do pensamento ocidental. Logocentrismo é a busca por legitimação de toda idéia, abstração, interpretação ou subjetivação em uma contrapartida real e objetiva que conforma o pensamento binário e procura “desproblematizar”, naturalizar, a interpretação oferecida à materialidade (ONUF, 1989, p. 41).

O ato de construção, a co-constituição de indivíduos e sociedade, produz a História. Como tal, esse ato é ‘o tema e

sujeito principal da narrativa histórica'. Ainda que eu conceba esse 'ponto-de-vista' como as 'fundações ou origens da produção da História, a construção é, no entanto, 'um efeito contingente de práticas políticas na História (ONUF, 1989, pp. 42-43).

A análise das regras no sistema internacional é baseada no trabalho de Wittgenstein sobre jogos de linguagem e a relação entre linguagem e teoria social. Nossa linguagem é governada por regras que as pessoas empregam para propósitos sociais. A linguagem é parte importante da construção da realidade social – e, por consequência, da própria constituição das individualidades. O que entendemos como possível e permitido necessariamente depende da linguagem e da nossa relação com ela, de acordo com nosso posicionamento na sociedade (ONUF, 1989, p. 51). Analisando o caso do realismo, por exemplo, e a relação entre linguagem e poder, Onuf vai dizer que o “realismo nunca afirmou a primazia de armas sobre bens, ou boas ações. Ele afirmou a primazia das vozes que falam pela guerra, pela necessidade de armas, proteção de bens e do absurdo de boas ações em um mundo de adversidade” (ONUF, 1989, p. 248).

Outro entre os primeiros engajados na reflexão sobre o que seria uma “teoria social das RI” é Frederich Von Kratochwil. Messari e Nogueira identificam as premissas do construtivismo de acordo com Kratochwil e Risse- Kappen. A premissa central e comum a todos os construtivistas, é que o mundo não é predeterminado, mas sim construído, à medida que os atores agem – mais uma vez, que o mundo é uma construção social. É a interação entre os atores, isto é, os processos de comunicação entre os agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes.

A negação de qualquer antecedência ontológica aos agentes e à estrutura é a segunda premissa da abordagem – também presente em Onuf.

A terceira premissa comum a todos os construtivismos refere-se à relação entre materialismo e idealismo, ou como Zehfuss coloca, à “construção limitada”. Se, por um lado, os construtivistas não descartam as causas materiais, por outro, consideram que as idéias e os valores que informam a relação do agente com o mundo material desempenham uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Isso significa que os construtivistas não ignoram que exista “um mundo lá fora”, mas consideram que ele só faz sentido a partir do momento em que nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele. “Kratochwil afirma que todos os construtivistas admitem que a intersubjetividade da linguagem e o consequente partilhamento de discursos, significados e

valores é uma premissa comum a todos os construtivistas” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 168). Essa corrente de construtivistas centrados na linguagem segue uma linha suavizada do pensamento positivista.

Assim se estabelece a centralidade das normas e regras que regem o discurso para os eventos sociais em geral, inclusive para aqueles das relações internacionais – um esforço de abertura da ontologia do campo que vai beneficiar as feministas.

Kratochwil é particularmente crítico à adoção da noção de racionalidade instrumental. Tentativas de eliminar elementos de valoração e interpretação, para tornar as análises mais objetivas, levam a uma má conceituação da práxis humana e excluem das análises questões interessantes sobre os fins que se buscam na sua realização. O uso da racionalidade instrumental negaria o caráter normativo da política em nome da ciência (ZEHFUSS, 2002, p. 16).

A teoria da ação comunicativa, de Habermas, serve de base para a definição de um critério de racionalidade a partir de seu uso comum.⁴ Uma ação poderia ser dita racional quando “fizesse sentido” agir de tal maneira. O conceito estaria ligado a considerações normativas. Definir algo como racional seria endossá-lo em termos normativos, reconhecer a existência de um sentimento moral que o permite. Kratochwil busca reintroduzir a dimensão política nas RI ao compreender a ação política como ação significativa, em vez de puramente instrumental.

Para que ação seja significativa, ela precisa acontecer em um contexto intersubjetivo compartilhado, mediado por regras e normas. Essas são essenciais na abordagem de Kratochwil. No caso de problemas sociais, não há soluções logicamente necessárias, todas as soluções são afirmações de validade construídas por meio do discurso. A questão principal é entender como regras e normas são convincentes, como elas conseguem reunir apoio – para isso, Kratochwil explora formas jurídicas de arrazoamento. Sua conclusão é de que apenas quando aproximadas de um ponto de vista moral, argumentos podem ser entendidos como avanço em direção a uma solução (ZEHFUSS, 2002, p. 17).

Narrativas, como justificativas para certos cursos de ação, são importantes para entender a política, sob esse ponto de vista. De acordo com Kratochwil, narrativas localizam os temas em questão, no que diz respeito aos significados compartilhados, oferecendo as ligações para a argumentação. “Um fato supostamente objetivo não é algo sendo descrito, é antes a validade intersubjetiva de uma caracterização com a qual pessoas razoáveis podem concordar”

4 Ver Habermas, J. **The Theory of Communicative Action**, vols. 1 e 2. Boston: Beacon Press, 1984.

(ZEHFUSS, 2002, p. 17). Esse processo não produz apenas uma solução possível, ainda que seja possível reconhecer argumentos mais ou menos persuasivos. Normas e regras não são apenas “instrumentos” para os cálculos de utilidade individual. Elas condicionam estratégias e definem o critério de racionalidade, porque estabelecem os significados intersubjetivos que permitem que atores dirijam suas ações uns aos outros, comuniquem-se, critiquem e justifiquem-se (ZEHFUSS, 2002, p. 18).

Um exercício esclarecedor de todos esses pressupostos e críticas à construção de teorias positivistas, tais quais o realismo, é o texto de David Welch sobre as leituras feitas de Tucídides e sua “Guerra do Peloponeso” por estudiosos de RI. Em um exercício de historização, Welch demonstra como realistas “apagam”, pelo uso do discurso, suas escolhas na definição de pressupostos para suas teorias. Escolhas deliberadas de interpretação resultam ultimamente na “naturalização” de uma essência humana, que o discurso realista procura legitimar a partir de Tucídides.

Segundo Welch, haveria desacordo entre Tucídides e sua aplicação para a teoria das Relações Internacionais. Realistas retiram do relato histórico de Tucídides “verdades trans-históricas” as quais o próprio autor nunca se disse disposto a estabelecer. Gilpin assume que essas verdades dizem respeito à natureza essencialmente conflitiva das Relações Internacionais e à primazia na vida política da busca por poder e segurança como motivações humanas básicas (WELCH, 2003, p. 309). No entanto, as “causas realistas” identificadas por Gilpin e outros autores da mesma corrente não são corroboradas pelas fontes usadas pelo autor da Guerra do Peloponeso – muito do que ali é exposto nem mesmo possui fontes históricas. Welch defende que grande parte das causas identificadas para guerra entre Atenas e Esparta são julgamentos do próprio Tucídides. Se Esparta foi à guerra por **medo** – uma causa realista de auto-interesse em segurança – ou por **reprovar o comportamento** de Atenas – uma causa de cunho pronunciadamente moral – não é claro para Welch: “a interpretação realista para Tucídides se baseia em passagens específicas e em caracterizações gerais das dinâmicas entre cidades-Estado que se encontram ao longo do texto” (WELCH, 2003, p. 307). A leitura dos realistas ignora o debate sobre de justiça, normas e instituições que também estão presentes em inúmeras passagens.

Naturalmente, questões sobre métodos de interpretação entram em cena nesse ponto. Se o texto é um instrumento de comunicação, tanto as intenções do autor quanto as capacidades de interpretação dele vão fazer parte do significado. Welch parte dessa visão para discutir as interpretações existentes de Tucídides e apresentar a sua própria. A ela se contrapõe a visão de

que há um significado objetivo para o texto, produzido e mesclado no próprio texto pelo autor.

Há simplesmente muita coisa acontecendo no texto para que se justifique retirar dele apenas aforismos realistas de caráter generalista (...) Tucídides deixa claro que as pessoas levam a sério seus compromissos, direitos e obrigações. Virtualmente todos os que participam da ação consideram a quebra de um tratado uma ofensa em si, independente das conseqüências que se podem seguir. A maior parte dos atores envolvidos está disposta a se arriscar para defender o que eles consideram ser uma ordem internacional justa (WELCH, 2003, pp. 313, 315).

Welch defende que todos os autores ultimamente vão passar em seus escritos uma visão própria sobre a natureza humana. O que coloca Tucídides em sua situação extraordinária como autor é a capacidade deste em reproduzir a complexidade da natureza humana – complexidade que representa principalmente o fato de que nossa natureza não possui essência, ainda que apresente padrões. Autores de RI e mesmo clássicos como Hobbes são vistos por Welch como responsáveis por simplificar o retrato nuançado feito por Tucídides, enviesando-o a fim de justificar suas teorias.

A história que nos conta Tucídides poderia ajudar a entender melhor, eu acredito, que relações internacionais tratam de escolhas, não constrangimentos; que a motivação do auto-interesse é uma entre muitas motivações, e nem sempre é a mais forte; que as pessoas levam a sério seus compromissos morais e, por vezes, agem a partir dessas considerações mesmo que elas entrem em conflito com seu próprio “auto-interesse” definido estreitamente; que o comportamento dos Estados em crises e guerras é conformado com igual força tanto pela paixão quanto pela razão; e que o ‘interesse nacional’ é construído de maneira arbitrária, e não é dado em resposta a uma estrutura ou sistema (WELCH, 2003, p. 318).

Como o pensamento laciano esclarece, o simbólico encontra um limite para sua atuação – esse limite, o que se determinou o “real laciano”.⁵ A crítica de Welch aos comentadores de Tucídides está na sobrevalorização do poder que as estruturas têm sobre os atores. Realistas tendem a trabalhar os pressupostos do sistema internacional de forma que parece suprimir a autonomia dos agentes e sua possibilidade de afetar mudanças, mesmo que

5 Ernesto Laclau se refere ao “real laciano” como o “ponto de falha, o limite inerente e totalmente não-substancial do simbólico, aquele que mantém a distância mesma entre a realidade e sua simbolização e, logo, coloca em movimento o processo contingente de historicização-simbolização”. BUTLER, J.; LACLAU, E. e Žižek, S. **Contingency, Hegemony, Universality – Contemporary Dialogues on the Left**. London, New York: Verso, 2000, p. 65.

apenas incrementais, nas estruturas sociais. Por outro lado, a ênfase dos construtivistas e pós-modernos nos jogos de linguagem, nas instituições e papéis sociais não deve ser confundida com a desconsideração dos constrangimentos reais sobre os quais vão incidir a habilidade humana de construção de símbolos e narrativas. Dessa forma, é possível imaginar que as diversas dimensões das RI permitem uso de um ou outro aparato teórico, de acordo com o contexto e objetivo do estudo, que nos permitirá acessar diferentes etapas ou facetas de fenômenos internacionais. Em capítulos subsequentes, procurar-se-á discutir como é possível o debate entre diferentes abordagens teóricas, no sentido de permitir, como veremos adiante com Sylvester, uma “política de conversação empática” para o campo de estudos em foco.

Estabelecida a importância dada pelos pós-positivistas a normas e a construção social, valores e identidades para as relações internacionais, cabe examinar as principais abordagens feministas em RI. Estas buscam, em desenvolvimento paralelo ao dos construtivistas e pós-modernos, relacionar as normas, valores e construções sociais relacionadas ao gênero às relações internacionais. A próxima seção procura mostrar a razão de a teoria feminista fazer parte das “viradas” – sociológica e lingüística – que alimentam o chamado “terceiro debate” da disciplina de Relações Internacionais. Feministas acabam inevitavelmente do lado pós-positivista do debate por priorizarem, da mesma forma que construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, dois pressupostos essenciais: o da construção social da realidade e o da relação entre linguagem, formação de identidade e relações de poder.

1.2. Feminismos e RI

A inclusão do gênero como parte do campo de estudo das relações internacionais no pós-Guerra Fria foi ponto de partida para o surgimento de um número considerável de abordagens feministas na disciplina. Algumas delas têm ampla bagagem histórica e caráter mais político do que propriamente um programa de pesquisa científico, como as feministas liberais. Em comum, todas procuram nas instituições e normas do sistema internacional explicações para a assimetria nas relações entre os gêneros e para a construção das identidades baseadas nessa categoria; todas incluem no seu projeto científico uma dimensão política – não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça não estejam

presentes. A ênfase nas instituições não impede que algumas dessas abordagens utilizem métodos empiricistas, enquanto outras se concentram na desconstrução do discurso científico tradicional – o uso do gênero como categoria de análise continua sendo o fio de ligação entre elas.

Peterson e Runyan, assim como Kratochwil e Onuf, procuram nas inter-relações entre linguagem e poder a chave para entender as inter-relações entre política internacional e questões de gênero. Consideram que a dimensão política da linguagem – sua capacidade de permitir aos sujeitos conhecer a realidade – nega, em si, a possibilidade de um “conhecimento objetivo” do real, já que sujeito e objeto fazem parte do mesmo sistema lingüístico. Para que o objeto possa fazer parte da realidade, ele requer participação no sistema de linguagem que existe apenas a partir da capacidade do sujeito de aplicar esse sistema para compreender a realidade (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 24). Todo o conhecimento é, logo, situado – há uma multiplicidade de perspectivas possíveis na ciência, e os pós-positivistas ou construtivistas que ainda usam a referência de “um mundo lá fora”, ou a um “paradigma operativo” da ciência política, no dizer de Onuf, devem procurar valores epistemológicos que produzam análises menos parciais desse “mundo lá fora”. Isso quer dizer que aqueles cientistas ligados a uma análise empírica devem reconhecer a posição a partir da qual essa análise é realizada, e a que objetivos ela vai servir.

A maior contribuição do trabalho de Peterson e Runyan, no entanto, é a identificação das duas possibilidades de trabalhar o gênero como categoria de análise nas RI; uma centrada em aspectos substantivos, outra, em conceituais. A primeira é chamada “posição das mulheres”; a segunda, “poder do gênero”. A primeira é própria das feministas engajadas em estudos empíricos, pioneiras na reflexão sobre as mulheres em RI, ou melhor, sobre a ausência e marginalização das mulheres nos espaços considerados pelas teorias tradicionais como próprios da disciplina – e que, por isso, passaram a buscar as mulheres, indivíduos, nas margens e nos espaços anteriormente impensados e impensáveis como parte das relações internacionais. Segundo Peterson e Runyan, essa categoria engloba as feministas de “ponto-de-vista” – em algumas interpretações, feministas radicais ou feministas “da diferença” – e as feministas marxistas, ou socialistas.

As autoras, contudo, apontam que a maior parte das feministas emprega o pós-positivismo não apenas para localizar as mulheres em suas posições marginais e/ou subordinadas, mas também para demonstrar como essas posições estão ligadas ao “poder do gênero” – o gênero como um valor e um sistema de valores que permeiam nossos sistemas de

percepção e significado e, conseqüentemente, nossas ações. Essas, para Peterson e Runyan (1999, pp. 26-27), são as feministas preocupadas com a construção **política** dos gêneros.

A construção política dos gêneros se origina na valorização superior do masculino e das atividades masculinas e na desigualdade de associação entre identidades, atividades e gêneros. Há uma estrutura de poder embutida nessa diferenciação, responsável pela hierarquização superior dos homens e do masculino nas esferas social e política, tornando identidades e atividades que, nessas esferas, são concebidas como próprias dos homens ou de “características masculinas”, vistas como de maior prestígio frente a identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas.

A relação que a categoria gênero estabelece é de exclusividade mútua – logo, as práticas, instituições, perspectivas e indivíduos que são definidos como masculinos o são pela negação da sua identificação com o que é feminino. Essa hierarquização e exclusividade mútua são construções políticas, na medida em que configuram poder, autoridade e alocação de recursos de forma a privilegiar o masculino – o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 31).

“Nós sugerimos que o fio de ligação entre as feministas é uma orientação que valoriza as diversas experiências das mulheres e que leva a sério seus interesses e capacidades para promover transformações políticas e sociais” (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 32). Dessa forma, o interesse na construção política do gênero é função da busca pelo fim das construções sociais que baseiam e sustentam desigualdades e pela transformação de estereótipos que suprima a polarização de identidades de gênero. A maneira vista como mais eficaz na promoção dessas transformações é a contestação dos modos pelos quais a masculinidade é privilegiada em conceitos, práticas e instituições.

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a **posição das mulheres** na sociedade; por outro lado, o **poder do gênero** se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certos sistemas de crenças e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado e mesmo pela coerção física. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas – são políticos porque isso significa a reprodução de relações de poder (PETERSON e RUNYAN, 1999, pp. 34-35). Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres,

mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. Pensamento de gênero nos socializa para o pensamento em padrões binários, um padrão de pensamento que é estático, simplista e incapaz de conceber alternativas aos pares de oposições que define (PETERSON e RUNYAN, 1999, pp. 38-39). Feministas procuram eliminar as dicotomias enfatizando a igualdade entre homens e mulheres.

Nas relações internacionais, o poder é pressuposto como “poder-sobre”. Essa definição de poder seria masculina porque pressupõe o modelo masculino dominante no Ocidente de “natureza” e “comportamento” – agência, competição e agressão. Esse conceito de poder exclui as mulheres de participação política a não ser que elas adotem uma maneira masculinizada de liderança. A visão masculina de poder também pressupõe um poder exercido “de cima”, por elites decisórias que organizam a sociedade, enquanto as mulheres, que historicamente trabalham mais em organizações de base e em nível comunitário, são invisíveis como agentes a partir dessa visão masculinizada de poder. Os efeitos relativos ao “poder do gênero” são as formas pelas quais mulheres e homens são tratados desigualmente no sistema internacional.

O comportamento dos Estados, por exemplo, é, segundo Tickner, um dos efeitos de gênero sobre o sistema internacional. Estados são construídos, ou se espera deles o comportamento, em concordância aos pressupostos da masculinidade hegemônica. O conceito de masculinidade hegemônica, central para os estudos de gênero, refere-se a ideologias de virilidade, trabalhadas também por Bourdieu. Na definição de Tickner, a masculinidade hegemônica é “um tipo ideal de masculinidade, repleto das características tidas como masculinas mas às quais poucos homens de fato se conformam” (TICKNER, 2001, p. 15).

Tickner afirma que o fato de o campo das RI ser tributário de experiências masculinas e do trabalho de homens responderia pela ausência de vozes femininas, ou por sua aparente impropriedade, quando presentes, nesse contexto. Um primeiro esforço de trazer o gênero para as relações internacionais, ao tentar identificar o campo de estudo com masculinidade pela presença majoritária de homens na sua construção, é passível de críticas de essencialismo por parte dos próprios estudiosos do gênero, principalmente daqueles mais próximos às abordagens pós-modernas. A presença de **mulheres** não é o mesmo que a presença do **feminino** como estrutura de pensamento – a base da diferença entre “posição das mulheres” e o “poder do gênero” de acordo com Peterson e Runyan.

Esse esforço pioneiro, no entanto, focaliza pontos centrais da teoria – a busca por

explicações das guerras no comportamento auto-interessado em segurança do Estado, o interesse nas atividades de equilíbrio de poder por parte das grandes potências, a definição da anarquia como característica central do sistema – como construções que carregam em si pressupostos de gênero, permitindo uma análise das RI a partir do uso dessa categoria.

O requerimento de militarização dos Estados como consequência da combinação dos três pontos definidos acima, por exemplo, requer uma preocupação especial de autoras como Tickner e Enloe. Elas apontam como “estados militarizados podem ser uma ameaça à segurança de suas próprias populações”, e, de forma análoga, como a segurança nacional serve para alimentar a violência estrutural – “condição pela qual aqueles nas margens do sistema internacional são condenados a expectativas de vida mais curtas pela alocação desigual de recursos” (TICKNER, 1992, p. 13). O gênero, e a situação das mulheres como base da pirâmide social, são parte inalienável da análise da violência estrutural. Feministas devem, então, se concentrar na crítica de conceitos centrais para a teoria, a partir de uma perspectiva da margem, para redefinir a forma como se constrói o campo.

No caso das feministas liberais, já citadas, o foco na reversão das desigualdades e hierarquias é muito mais prático que teórico. De acordo com essa corrente, a opressão das mulheres é função das barreiras legais do Estado que impedem a realização dos direitos individuais das mulheres. O surgimento das demandas de feministas liberais é ligado às revoluções liberais burguesas do século XVIII, com a ressalva de procurar estender às mulheres os “direitos iguais”, políticos e civis, então restritos apenas aos homens. Essa busca por extensão dos direitos masculinos às mulheres faz com que liberais vejam o Estado como agente potencial de promoção da igualdade. Apesar dele se engajar em práticas discriminatórias, é a autoridade mais apropriada para garantir os direitos das mulheres.

O contexto histórico de seu surgimento responde pelos compromissos epistemológicos positivistas que as feministas liberais assumem (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 28). Defendem, assim sendo, a possibilidade do conhecimento objetivo; a constituição das RI como ciência, no entanto, tem sido enviesada – a inclusão do pensamento sobre mulheres é o veículo para transformação do conhecimento em RI em verdadeiramente objetivo (TICKNER, 2001, pp. 12-13).

Muitas críticas têm sido feitas desde meados dos anos 60 ao feminismo liberal. Essas críticas se organizam em torno da idéia de que a busca das liberais ainda estaria promovendo valores masculinos relacionados ao individualismo e racionalismo. As feministas radicais opõem-se às liberais e suas afirmações de que as únicas barreiras presentes à emancipação

feminina são as legais. Ao defenderem que a opressão feminina seria uma das primeiras, mais profundas e difundidas formas de opressão, as radicais vêem o patriarcado como um sistema de opressão que permeia as instituições da sociedade para muito além da esfera legal. Radicais e liberais também se diferenciam pelo fato de, enquanto as últimas afirmam a igualdade entre os gênero, a ênfase das primeiras está na diferença, e na necessidade de valorização das características e experiências femininas, tradicionalmente inferiorizadas em sociedades patriarcais. Enquanto feministas liberais buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégios definidos pela masculinidade, feministas radicais priorizam autonomia e liberação das mulheres em relação a normas masculinistas e heteronormativas e em relação à prática masculina da violência sexual. A seu ver, no controle dos homens sobre o corpo das mulheres está a raiz da situação de opressão e desprivilegio dessas. Tanto o controle ideológico, (a pornografia teria importante papel nesse caso) como prático – pelas leis que organizam o casamento, pela violência doméstica e sexual –, sobre as mulheres, seriam expressões de princípios masculinistas (PETERSON e RUNYAN, 1999, pp. 169-170).

Radicais expõem, ainda, como as experiências e atividades associadas às mulheres e ao corpo feminino são desvalorizadas, como a violência sexual é uma forma de controle sexual das mulheres e como as questões de segurança deveriam ressaltar as relações entre a violência sexual e internacional.⁶ Elas também enfatizam o papel da cultura em denegrir o que é considerado “feminino”. O projeto político das radicais está na defesa da superioridade cultural dos valores femininos. Radicais afirmam que essa valorização carrega em si um potencial transformador da própria sociedade. “Elas argumentam em favor das ‘formas femininas de conhecer’. Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer têm procurado construir visão de mundo baseada em relações e conexões” (TICKNER, 2001, p. 14).

A base do argumento de que existe uma forma distinta de acesso ao conhecimento daquele comumente empregado na política e na ciência são as teorias psicanalíticas que usam o gênero como categoria de análise. De acordo com essas teorias, meninos são socializados para visões objetivistas do mundo a partir da diferenciação e separação desses de suas mães,

6 Um número considerável de trabalhos feministas tem sido realizado para analisar as formas como o estupro está ligado aos conflitos étnicos e à conquista territorial. Um dos principais é a análise e taxonomia dos casos de estupro militar realizados por Cynthia Enloe. Ver ENLOE, C. “When Soldiers Rape” in: **Maneuvers – The politics of militarizing women’s lives**. Berkley and Los Angeles: California University Press, 2000.

enquanto meninas se mantêm identificadas com a figura materna, conformando suas “formas de conhecer” a partir de relações e conexões. Sara Ruddick é a principal autora na análise do “pensamento maternal” e suas afinidades com o trabalho de construção da paz; Carole Gillian aborda como homens e mulheres teriam diferentes concepções de justiça – homens se engajam na elaboração de concepções universalistas, enquanto mulheres possuem pensamento mais relacional e baseado em situações concretas.⁷ Essas visões são, no entanto, criticadas por seu essencialismo. Apesar de reconhecer que as categorias de homem e mulher são frutos da construção social, dão a ela tal poder na definição de identidades que acabam por reificar, em vez de subverter, as dicotomias que perpetuam a marginalização das mulheres.

Radicais foram importantes, não obstante, por oferecer a primeira instância na qual o “ponto-de-vista” feminista foi levantado como forma do uso de gênero como categoria de análise. Esses primeiros esforços esclarecem que uma das tarefas das feministas é tornar o gênero visível, especialmente em espaços nos quais o processo de naturalização, a visão substancialista do mundo, fez o trabalho mais profundo de “apagamento” do processo histórico de construção social hierarquizada por gênero. As RI seriam um desses casos.

Uma terceira interpretação é a do feminismo socialista. Para as feministas socialistas, as diferenças entre condições materiais de existência de homens e mulheres são a base da opressão feminina – a principal fonte do patriarcado é, assim, o controle dos homens sobre o trabalho feminino, principalmente o reprodutivo. Socialistas procuram mostrar como a separação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo serve apenas a interesses masculinistas sob o capitalismo. A desvalorização e naturalização do trabalho reprodutivo das mulheres permitem a organização do sistema capitalista tal como é. A consideração do trabalho reprodutivo como parte integrante e importante das atividades econômicas colocaria em xeque, por exemplo, a produtividade das grandes corporações – segundo autoras desse ponto-de-vista, essa produtividade depende do trabalho não reconhecido e muito menos remunerado que as mulheres fazem de manutenção do lar e criação dos filhos. A não-remuneração do trabalho reprodutivo diminui o preço dos salários das mulheres. A revisão da importância social do trabalho doméstico também nos levaria a uma revisão das idéias sobre “bem-estar”, ou mesmo sua supressão, uma vez que a consideração do valor do trabalho reprodutivo transformaria esse conceito não em “benefícios” oferecidos pelo governo como assistência

7 Ver MIGUEL, L.F. “Política de Interesses, Política de Desvelo: Representação e ‘Singularidade Feminina’” in: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, pp. 253-267. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/11/2009.

social, mas o incentivo ao aumento da produtividade dos indivíduos.

Feministas socialistas são empiricistas, e parte do grupo chamado “ponto de vistafeminista”, que crê que a percepção da realidade varia com a situação material do observador. A situação material das mulheres permitira a essas uma visão mais objetiva da realidade.

Feministas socialistas definem ponto de vista como a posição na sociedade a partir qual certas características da realidade se tornam proeminentes e outras são obscurecidas. O ponto de vistafeminista pressupõe que todo o conhecimento reflete os interesses e valores de grupos sociais específicos; sua construção é afetada pelo contexto social, político, ideológico e histórico. A posição subordinada das mulheres significa que essas, ao contrário dos homens (ou de alguns homens), não possuem interesse na mistificação da realidade a fim de reforçar o *status quo*; logo, há maior probabilidade que elas desenvolvam um entendimento mais claro, menos enviesado, do mundo (TICKNER, 2001, p. 17).

Harwick, na interpretação de Tickner, vai justificar essa maior objetividade a partir da maior proximidade das mulheres das situações concretas da realidade, em oposição ao “mundo de abstrações” o qual os homens habitam. Essa posição difere daquela oferecida por Peterson e Runyan. A “maior objetividade” que essas autoras identificam nas abordagens feministas é resultado dos valores que guiam a análise feminista – valores ligados à justiça e igualdade, valores ligados a uma interpretação “informada” da realidade, sintonizada com um esforço de historicização, “desmistificador” dos próprios pressupostos.

O projeto do ponto de vista feminismo e de todo o empiricismo de alguma forma aliado às abordagens de “posição das mulheres” sofre fortes críticas a partir do final dos anos 80. A dúvida em relação à possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento sobre as causas da opressão das mulheres é fruto da emergência das feministas pós-coloniais, terceiro mundistas e pós-modernas. Essas levantam dúvidas sobre a possibilidade de se identificar todas as causas estruturais para opressão das mulheres. Para essas pesquisadoras “de cor” – também conhecidas como inauguradoras de uma “terceira onda feminista” –, as fontes de opressão são muito mais numerosas do que feministas radicais poderiam identificar, principalmente a partir do seu ponto de vista ocidental e branco. A partir de então, a teoria passa a considerar os pontos de vista e identidades múltiplos e a inexistência de um “ponto de chegada” da identidade feminina – que permitiria a categorização das mulheres e a identificação sistemática das causas da sua opressão. A teoria feminista em RI se aproxima,

dessa forma, de questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós-modernas e do pós-estruturalismo de Butler. O foco muda, dessa forma, das estruturas, das “coisas” e da “posição das mulheres” para o “poder do gênero” – o discurso como fonte de poder, ordem e construção de hierarquias de gênero.

Esse foco problematiza os projetos positivistas e moderno, assim como as relações de poder que os apóiam. Em sintonia com as discussões sobre representatividade no discurso sobre o sujeito feminino, as pós-modernas rejeitam a redução de mulher e gênero a categorias simplistas e homogêneas. Nas palavras de Sandra Harding (1991 *apud* PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 29): “Em certo sentido, não existem ‘homens’ e ‘mulheres’ no mundo – não há um ‘gênero’ – mas apenas indivíduos, mulheres e homens construídos por lutas históricas particulares sobre as quais raça, classe, sexualidade, culturas, grupos religiosos e assim por diante vai incidir no acesso a recursos e poder”.⁸

A delimitação das nossas experiências pelo gênero simplifica a identidade de indivíduos complexos, servindo a produção de interpretações usadas para organizar a sociedade hierarquicamente. A revalorização do feminino pelas radicais é, na ótica pós-moderna, a reificação de papéis e contribui para fortalecer hierarquias e ordem existentes. A ênfase na ligação entre mulheres e cuidado, mulheres e paz, serviria apenas como deslegitimação, nas relações internacionais, tanto das mulheres quanto da paz (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 175).

A relação entre outras correntes feministas e pós-modernas não é totalmente desprovida de conflitos, contudo. A tendência a se distanciar da realidade dos indivíduos, fechando-se excessivamente na crítica às construções discursivas da ciência, leva à crítica de que pós-modernas estariam se distanciando do projeto emancipatório original dos estudos de gênero. A abstração da crítica meta-teórica as afastaria dos problemas e dos indivíduos concretos – indivíduos cuja melhora de vida é a razão de ser original da teoria feminista.

Feminismos pós-coloniais são também conhecidos como anti-racistas ou anti-imperiais. A economia é importante fator explicativo para essa corrente, mas sua principal ênfase está na interseção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo e a opressão das mulheres. As mulheres do Terceiro Mundo experimentariam formas particularmente agudas de opressão por causa dessas interrelações. As pós-coloniais desafiam a distinção entre o local e o global, afirmando que estruturas de dominação perpassam esses níveis. Estruturas produzidas globalmente têm impactos específicos e consideráveis em contexto locais (PETERSON e

8 Sobre Sandra Harding, ver a discussão de Sylvester na seção 2.1.

RUNYAN, 1999, p. 173-175).

Existe, ainda, uma outra corrente, particular no seu modo de analisar os mecanismos que funcionam no apoio de estruturas hierárquicas e opressivas, as chamadas ecofeministas. Na interpretação das ecofeministas, toda opressão existe em um contínuo; toda exploração, seja ela expressa no uso insustentável dos recursos naturais, na violência doméstica ou em guerras totais, está inter-relacionada e é essencialmente a mesma, variando apenas em grau. As mulheres, associadas cultural e linguisticamente ao mundo natural, sofrem a forma de exploração primordial. Todas as outras formas de opressão de alguma forma estão modeladas a partir daquela experimentada pelas mulheres. A relação entre Estados, por exemplo, emularia essa opressão na medida em que Estados marginais ou “oprimidos” são feminilizados. Como consequência, todas essas relações de exploração acabam refletindo sobre as mulheres, que sofrem cargas acumuladas dessas explorações (YORK, 1998).

Ecofeministas vão defender a importância da substituição do ideal da autonomia – ideal masculinista que organiza todas as formas de exploração em um contínuo – pelo da interdependência. Uma visão que redefina a relação entre homens e mulheres, entre estes e a Terra, baseada em respeito, reconhecendo a interdependência inevitável entre todos esses, seria a forma de superar as diversas formas de opressão da nossa sociedade (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 169).

Para Christine Sylvester, três são as formas pelas quais a teoria feminista contempla incluir a categoria de “mulheres” ou gênero nos cânones da disciplina de RI. Em primeiro lugar, há a epistemologia feminista empiricista, cuja tarefa é reduzir o viés da disciplina (SYLVESTER, 1994, p. 10). O “ponto de vista feminista”, segundo Sylvester, toma como pressuposto a existência de uma maneira particular de conhecer a realidade própria às mulheres, ligadas às atividades reprodutivas que lhes são atribuídas caracteristicamente. Essas maneiras seriam comumente desvalorizadas e denegridas no campo científico por serem “instintivas”, “intuitivas” e/ou “emocionais”. Faria parte do projeto científico e político das feministas procurar incluir e dignificar essas formas de conhecimento, transformando-as em pontos de vista epistemológicos que desafiem e ofereçam alternativas aos atuais cânones teóricos, que reproduzem e mantêm os privilégios de certos grupos sociais (PETERSON e RUNYAN, 1999, p. 11).

Na interseção com as visões pós-modernas, identifica dois tipos de feminismo: o pós-modernismo feminista e o feminismo pós-moderno (“*feminist postmodernism and postmodern feminism*”) – ambos sendo tributários do pós-estruturalismo francês, principalmente das

feministas francesas, como Irigaray, que concebem a linguagem como uma força de construção e reconstrução de ordens simbólicas falocêntricas. O segundo tipo citado, feminismo pós-moderno, seria um ponto de negociação entre o pós-modernismo feminista, que interpreta a diferença sexual como função unicamente da linguagem, e o ponto de vista feminista, baseado firmemente na idéia da existência de mulheres “reais”, e um corpo de experiências femininas concretas, distintas e objetivas. Sylvester se propõe na sua abordagem a tentar o manejo de um dilema identificado por Enloe, em sua obra *Maneuvers*: como focalizar mulheres e valorizar visões e experiências femininas mantendo ao mesmo tempo uma desconfiança saudável, do ponto de vista pós-moderno, em relação a identidades de gênero que possam ser identificadas e logocentricamente fundamentadas em uma realidade biológica dos corpos?

Para Sylvester, localizações múltiplas de mulheres que o ponto de vista feminista alcançou, sem priorizar nem cristalizar nenhuma das várias experiências, seriam parte da resposta. Reverberando, porém suavizando, os argumentos de Butler, o meio termo seria a concessão da existência de subjetividades e identidades múltiplas para as mulheres. Sylvester se junta aos críticos da “virada pós-moderna” ao se preocupar em “temperar” seu ceticismo sobre as categorizações universais com a preocupação em não apagar, junto com os ideais de “Homem” e “Mulher”, a existência de indivíduos “de carne e osso” que se situam e vivem em complexa relação com todas essas categorias sociais. A fim de reconciliar o ponto de vista feminista ao pós-moderno, Sylvester propõe uma “política participativa de reconhecimento mútuo”. Uma vez que suspendemos os “lugares seguros” construídos para os sujeitos pela modernidade, não precisamos cair em um “vazio existencial” de subjetividade indeterminada – mas, mais uma vez nos ecos de Butler, podemos considerar a nossa e as demais identidades como espaços de negociação e “reconhecimento mútuo”.

Da elaboração dessa alternativa, Sylvester desenvolve seu projeto político-metodológico de uma “política de conversação empática”, “que nos ajuda a aprender quais são as vantagens e as limitações de nossas categorias identitárias herdadas e decidir sobre nossas identidades, política e preocupações diárias em vez de continuar a reproduzi-las ou rejeitá-las automaticamente porque vêm de fontes estabelecidas de autoridade” (SYLVESTER, 1994, pp. 12-13) – epistemologicamente, a construção do conhecimento passa a ser dependente de contínuas conversações e negociações sobre o conhecimento (SYLVESTER, 1994, p. 62). Poderíamos pensar o terceiro debate, ou mesmo a repetição da evolução paradigmática por meio de debates em RI, como uma prática positiva, cujo objetivo não deve ser chegar a uma

decisão definitiva sobre os termos da disciplina, mas a manutenção desse espaço permanente de negociações e conversações. Ao analisar os diversos debates que ocorreram na disciplina, contudo, Sylvester não crê que essa possibilidade de uso do terceiro debate para a cooperação empática está sendo realizada. Segundo a autora, o campo ainda se apega a práticas de exclusão que não permitem às RI a realização do seu potencial, incluindo as experiências, corpos e lugares sociais daqueles que foram historicamente definidos como “outros” na teoria. Os movimentos teóricos que até hoje tiveram lugar “evacuaram” as mulheres das construções teóricas de RI – o livro de Sylvester se propõe a análise dos debates teóricos que construíram o campo como um “domínio masculino” (SYLVESTER, 1994, p. 5). Uma vez que as mulheres foram suprimidas da teoria, a autora vê como objetivo da teoria feminista desestabilizar e subverter o campo – buscar as vozes femininas e as “formas femininas de conhecer” para ampliar o espaço ontológico da disciplina, objetivo que anima a discussão sobre experiências femininas em conflitos realizada no capítulo 4.

1.3. Conclusão

Tickner se opõe à idéia de que, com o terceiro debate e o fim da Guerra Fria, houve um movimento pela “inclusão das mulheres em RI”. Para a autora, as mulheres sempre estiveram inclusas no campo, mas encobertas pelas lentes usadas para estudá-lo. Em sua análise final sobre os desenvolvimentos recentes da disciplina, ela aponta, compatíveis com o uso do gênero como categoria de análise, a teoria crítica e demais teorias preocupadas: com a justiça e a moralidade do sistema internacional; com a genealogia do surgimento histórico do Estado; e com as relações entre poder e conhecimento sobre a organização da política estatal (TICKNER, 2001, pp. 27-35). O capítulo mostrou a possibilidade de interseções entre preocupações feministas e uma teoria de RI, pós-positivista, que seja capaz de mostrar as formas pelas quais mulheres são inevitavelmente parte do campo, ainda que tenhamos apenas recentemente nos dado conta disso.

Comumente, o fim da Guerra Fria haveria distanciado o sistema internacional das preocupações tradicionais de segurança e “*high politics*”, permitindo que assuntos da agenda dita “*soft*” tivessem sua importância para o campo ampliada. As abordagens feministas teriam, nesse contexto, com sua preocupação em identificar as margens do meio internacional,

alcançado maior expressividade. Essa, no entanto, é só parte da explicação para a expansão das abordagens centradas no gênero. Como quisemos demonstrar, a variação no leque de temas que podem ser abordados pela teoria não é função apenas de mudanças históricas na constituição do sistema, mas dos instrumentos que usamos para fazer sentido dele. Também a mudança na forma de conhecer as relações internacionais, a mudança epistemológica, permitiu a inclusão, mesmo que marginal, das mulheres na disciplina. As análises de textos tradicionais para o estudo de segurança que se pretende nos próximos capítulos procurarão se focar nos mecanismos que operaram, na construção da teoria de RI, essa exclusão e discutir os possíveis interesses por trás da reprodução de formas excludentes de produzir conhecimento.

Pensando nessa mudança de dimensão dupla com a qual a disciplina deve lidar, os próximos capítulos procuraram aliar a análise do “poder do gênero” à da “posição das mulheres”, seguindo Peterson e Runyan e a proposta de Sylvester de aproximação entre radicais e pós-modernas, do feminismo pós-moderno. Da crítica aos textos centrais à teoria, para identificar identidades e hierarquias baseadas no gênero, analisaremos, no momento seguinte, a presença das mulheres, em lugares centrais ou marginais do meio internacional. As mudanças históricas nos papéis de homens e mulheres na sociedade contemporânea fornecerão insumos para refletir as possíveis ramificações dos avanços já conquistados na teoria e futuras modificações possíveis na forma de construção do discurso de segurança e dos pressupostos sobre quem são os seus sujeitos.

2. A construção da segurança estatal – análise do discurso científico de Relações Internacionais

The feminists had only one image, one model of a full and free human being: man. For until very recently, only men (though not all men) had the freedom and the education necessary to realize their full abilities, to pioneer and create and discover, and map new trails for future generations. Only men had the vote: the freedom to shape the major decisions of society. Only men had the freedom to love, and enjoy love, and decide for themselves in the eyes of their God the problems of right and wrong. Did women want these freedoms because they wanted to be men? Or did they want them because they were also human?
Betty Friedan, *The Feminine Mystique*

2.1. Masculinidade e masculinismo nas RI – o gênero das construções teóricas

Localizar o gênero *nas* relações internacionais é também localizar o gênero *das* Relações Internacionais. O conceito tradicional de segurança, de soberania territorial, central para as RI, não é neutro. Ele se refere à segurança *por* um grupo e *de* um grupo – porque privilegia determinados valores desse grupo: uma elite de homens, ou masculinista.

Demonstrar o masculinismo no discurso estatal serve à crítica da concepção de segurança que considera o Estado como referente central, exclusivo e prioritário. Autoras e argumentos reunidos nesse capítulo mostram como indivíduos associados à masculinidade são privilegiados, quando o discurso de segurança estatal é composto por narrativas sobre características políticas, sociais e culturais desse grupo. Ignorar a existência dessas narrativas, ou construir interpretações sobre a realidade da política estatal e internacional que as ignora, reforça normas e práticas que estabelecem relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros. A defesa acrítica do referente tradicional de segurança, da prioridade da norma soberana, implica uma série de questões relativas à estrutura social de gênero e as posições de sujeitos nela.

Por sua vez, a dimensão da construção social e discursiva impacta nossas concepções do que é Estado e o que é defendê-lo. As justificativas para a segurança estatal recorrem a narrativas sobre o masculino e feminino para se justificar e justificar comportamentos. Mais ainda, o Estado democrático e o conceito de segurança não cumprem totalmente suas promessas por causa dessas narrativas tradicionais, que servem, a autores de RI e a decisores

estatais, como pressupostos. Essa, no entanto, não é a única possibilidade para o conceito de segurança, como tentar-se-á demonstrar ao fim do quarto capítulo. O que esse capítulo critica são certas justificativas discursivas para a segurança estatal que alimentam os dilemas de segurança contemporâneos. Além de contribuírem para a definição problemática de identidades de gênero, essas justificativas priorizam o Estado ao mesmo tempo em que “desempoderam”, ou aumentam a insegurança de, certos grupos. As avaliações feitas aqui servem com pano de fundo que esclarece e nos direciona para a solução da ambigüidade e do antagonismo entre a norma soberana e as prerrogativas de garantia de segurança humana.

O presente capítulo pretende avaliar narrativas por meio da análise das suas instâncias de construção: na virtude cívica, ou a ligação entre cidadania e a identidade de guerreiro-soldado; na masculinidade pressuposta no tomador de decisão; nos pressupostos de gênero presentes na construção do espaço público e dos direitos individuais pela doutrina liberal – o “contrato sexual” –; finalmente, nas relações entre nacionalismo e o controle sexual e reprodutivo das mulheres, sua circunscrição aos papéis tradicionais que o nacionalismo moderno determina.

Assim, pretende-se demonstrar que a defesa da perspectiva de segurança tradicional é a defesa de uma perspectiva masculinista. As dimensões escolhidas para análise procuram incorporar os principais elementos do conceito de Estado que dão sentido à segurança nacional. O Estado, dominante na análise de relações internacionais por aproximadamente três décadas, é o do monopólio weberiano sobre as ferramentas legítimas de coerção. Seus elementos essenciais seriam a cidadania – definida de acordo com o pensamento contratualista liberal – e a idéia de integridade territorial, herdeira de Vestfália, que faz a ligação característica da Europa moderna e contemporânea, entre nacionalidade e os limites geográficos do exercício político de uma autoridade central (DUNN, 2001, p. 50). A tríade que compõe o Estado moderno, segundo a teoria política clássica, está dessa forma contemplada em suas dimensões de gênero.

A ligação a “virtude cívica” e segurança estatal aparece assim como evidente, considerando a “virtude cívica” como a qualidade que impulsiona o cidadão à defesa do território. O argumento desenvolvido leva-nos além, contudo, pois liga a virtude cívica não só ao serviço da defesa territorial, mas também à nossa compreensão de cidadania. A ligação entre formação de exércitos nacionais e o Estado moderno tem uma dimensão de gênero que a traz ao início da discussão.

O nacionalismo também se liga a questões de segurança de maneira que aparenta ser

óbvia. Não obstante, essa ligação é enfatizada por leituras construtivistas do conceito de segurança, uma vez que abordagens sistêmicas, como as de Waltz, parecem querer apagar a qualificação da segurança como **nacional**. Katzenstein (1982, p. 10), contudo, procura reafirmar o conceito do Estado-**nação** como produto da história. E a história não representa uma busca mecânica e progressiva por instituições mais eficientes, mas um processo de mudanças que deixa marcas na identidade estatal. O nacionalismo é parte dessa história e processo, dependente da construção de identidades de gênero.

O liberalismo racionalista do pós-Segunda Guerra, período marcado pela expansão dos regimes e normas internacionais de direitos humanos, principalmente, com o fim da Guerra Fria, adiciona ao pensamento sobre elementos constitutivos do Estado. A democracia liberal como a melhor forma de governo, da tríade soberana tradicional – território; monopólio da violência; nacionalidade – leva, na acepção liberal, a uma qualificação da soberania como “responsável”. A autoridade do Estado, nessa visão, não é função apenas do monopólio legítimo da força e da defesa do território. A capacidade de fornecer aos cidadãos uma miríade de serviços que responderiam às necessidades básicas da dignidade humana se torna fundamental (CLAPHAM, 1987, p. 611). Por isso, a discussão sobre os pressupostos de gênero do contratualismo é parte da análise.

A questão da identidade do tomador de decisão não está relacionada com a definição do Estado. Ela, como a discussão sobre a evolução da disciplina por debates, é parte importante na constituição do discurso científico das RI, e negligenciá-la seria não apenas diminuir a força do argumento, mas também ignorar a importância que a questão da tomada de decisão tem para a área de segurança.

As autoras que servem à análise foram escolhidas por inaugurarem a transposição do pensamento em gênero para as Relações Internacionais. Dessa forma, elas não são apenas representativas para os debates a que o texto se propõe, mas também, em grande medida, por essa transposição ser recente, resumem as linhas mestras desses debates. O aprofundamento e expansão deles é o desafio para essa e para as próximas gerações de pensadoras e pensadores na área de interseção entre o campo das RI e dos estudos de gênero.

Inicialmente, trabalharemos os próprios debates que constituíram a disciplina. A ausência de mulheres na disciplina e nos espaços de poder tradicionais de RI é, em compensação, a presença maciça de visões e construções sobre a masculinidade nos principais discursos, debates e conceitos de Relações Internacionais. Quando olhamos para as dinâmicas que estão no centro da disciplina, a explicação para a participação tímida ou marginalização

das mulheres é também a explicação dos processos que contribuem para a presença masculina, lembrando sempre que o gênero é um conceito relacional. Relacionalmente, parte integrante da pergunta “por que estão ausentes as mulheres?” é a pergunta “por que os homens estão presentes?”.

A análise dessa presença e de seu impacto requer duas espécies de esclarecimentos prévios. Primeiro, a relação entre construções teórico-discursivas e sociais sobre homens e mulheres e a realidade da experiência individual é multidimensional. De acordo com Hooper, a formação da identidade de gênero se organiza em, especificamente, três dimensões: a da incorporação física das identidades; das instituições e processos sociais relacionados a gênero; e a dimensão discursiva da construção dos gêneros e da ordem – hierárquica – definida entre eles pela linguagem (HOOPER, 2001, p. 20). Hooper esclarece que, apesar de diferentes autores de estudos de gênero se concentrarem em apenas uma dessas dimensões, a análise combinada delas nos permite um retrato mais completo das relações entre ciência, política e experiência individual. De acordo com Chantal Mouffe, todo indivíduo é constituído de um conjunto de “posições de sujeito”, sempre contigentes e precárias. Identidades são negociações entre nosso corpo físico, nossa participação em práticas sociais e nosso posicionamento em situações discursivas próprias a particularidades espacial e temporal (HOOPER, 2001, p. 37).

Em segundo lugar, estão os conceitos básicos de masculinismo e masculinidade. Masculinismo, de acordo com Hooper, corresponde ao privilégio masculino na ordem entre os gêneros. Logo, independe do gênero dos indivíduos participando das dinâmicas masculinistas – mulheres podem contribuir para a reprodução de uma ordem masculinista, enquanto homens podem agir para sua subversão.

Hooper prefere esse conceito ao de patriarcado porque a idéia de patriarcado é vaga e universalizante com relação às formas de opressão, incapaz de representar todas as fontes de desigualdade entre os gêneros. A própria idéia de poder catalogar todas as fontes de opressão é extremamente problemática. Ir além, e considerar a possibilidade de reuni-las em um conceito, é quase irresponsável. Tampouco “androcentrismo” parece ser um termo ideal, porque sugere uma associação imediata e inequívoca entre anatomia masculina e poder masculino – associação que a análise da relação entre indivíduos, instituições e discursos vai mostrar ser excessivamente simplista. Uma distinção entre homens e masculinismo é fundamental; para Hooper, homens ganham acesso a poder e privilégio devido não a suas anatomias, mas devido a associações culturais feitas entre esses indivíduos e masculinidade

(HOOPER, 2001, p. 41). Como esclarece a diferenciação de Peterson e Runyan entre posição das mulheres e poder do gênero, exposta no último capítulo, a masculinidade, não indivíduos como homens, está associada ao poder.

Particularmente, um tipo de masculinidade está no centro dessa associação. A base da análise de Hooper é a existência de múltiplas possibilidades de masculinidade, presente em discursos e instituições, que alimentam identidades individuais de corpos masculinos. Uma dessas possibilidades, contudo, pode ser dita “hegemônica”, no sentido de ser o espaço em que se constrói o masculinismo, de serem os traços, entre todas as masculinidades, que garantem associação com o privilégio masculino.

Os traços de masculinidade nesse espaço não são fixos e essenciais, mas construções constantemente negociadas com base numa série de características disponíveis. Essas características podem ser contraditórias e ainda assim combinadas de diversas maneiras, de acordo com as circunstâncias (HOOPER, 2001, p. 62).

Os tipos ideais de masculinidade na literatura ocidental são quatro, para Hooper: o modelo grego do cidadão-guerreiro; o patriarcal judaico-cristão; o modelo da honra/patronagem; e o racionalista-burguês, protestante. Os vários arquétipos da masculinidade hegemônica enfrentaram historicamente alternados picos e baixas de influência:

Por exemplo, masculinidades marciais, proeminentes na Grécia e em Roma, perderam posições na Idade Média sob a “domesticação” papal da Europa (durante a qual jurisdições sobrepostas calaram a soberania nacional), quando o poder estava nas mãos dos cléricos, e masculinidades convencionais tendiam para a experiência camponesa ou monástica, no modelo judaico-cristão (...). A restauração do serviço militar como característica importante de masculinidade e cidadania, central para a identidade dos homens, foi associado à ascensão das cidades-Estado e, então, do Estado nacional (HOOPER, 2001, p. 64-65).

A partir desses esclarecimentos, alcançamos o problema histórico da política definida em termos masculinos e dominada por homens. Esse é resultado da construção histórica da soberania – a definição da proeminência do Estado como espaço político, definindo, conseqüentemente, a identidade política (cidadania) em termos estadocêntricos, ligando a política “autêntica” exclusivamente às comunidades limitadas territorialmente (YOUNGS, 2004, p. 82). A abordagem construtivista entende a soberania não apenas como dado objetivo que influencia a ação política, mas, como abstração, a soberania é uma narrativa responsável pela identidade dos indivíduos que agem politicamente, pela “construção do homem racional,

do sujeito soberano e do agente político” (YOUNGS, 2004, p. 83). Ao mesmo tempo, a soberania é resultado dessas identidades, ou do comportamento de agentes identificados politicamente de maneira específica. A ligação entre as dimensões da narrativa – estrutura discursiva –, das estruturas sociais e da incorporação física das identidades na construção da soberania ficará esclarecida como perpassadas por masculinismo nas seções subseqüentes, tratando da virtude cívica, do liberalismo, do tomador de decisão e do nacionalismo.

Em adição, iniciamos a análise pelo discurso científico de RI, no qual a divisão doméstico/público/internacional, central para a disciplina, é também própria da modernidade. A segregação de esferas da vida social é essencial para a existência de divisões de gênero. O internacional é posto, pelas abstrações científicas, o mais distante da vida das famílias e das mulheres, estabelecido virtualmente como uma esfera em que se movimentam homens, exclusivamente, e, por isso, acaba identificada com e identificando masculinidades. A política do poder se torna meio essencial de ligação entre masculinidade e poder, reforçando o masculinismo. A invisibilidade dos processos que produzem a masculinidade e a ligação entre ela e o internacional são resultado do desencorajamento à análise das conexões entre pessoal e internacional. O estudo dessas conexões não pode ser realizado apenas pela adição de “mulheres”, “feminilidade”, “homens” ou “masculinidade” às abordagens tradicionais da disciplina. “Essa abordagem ignoraria amplamente as formas pelas quais as relações internacionais estão implicadas em sua produção [das masculinidades]. As limitações epistemológicas de tal análise obscureceriam as políticas de masculinidade – isso quer dizer, o processo relacional e eivado de poder de sua construção” (YOUNGS, 2004, p. 92). Como discutido no capítulo anterior, isso quer dizer que análises centradas na relação entre o pessoal e o internacional requerem novas bases ontológicas e epistemológicas, exploradas com o estabelecimento do terceiro debate.

Hooper estuda as conexões entre pessoal e internacional na relação entre mídia – especificamente, a revista *Economist* –, disciplina acadêmica, instituições e identidades individuais. “Tipos ideais” de masculinidade, que permeiam as páginas da revista, competem entre si para informar identidades individuais de leitores. O que nos interessa aqui, porém, é como ela define a correspondência entre divisões contemporâneas da disciplina de RI e esses “tipos ideais”.

O primeiro debate entre realismo e idealismo é reconstituído por Hooper como um embate pela definição da masculinidade hegemônica. O realismo e sua “masculinidade da Guerra Fria”, na busca por essa hegemonia, usam estratégias de retratar o liberalismo como

“homem que falhou”. O idealista é o homem do Iluminismo que tentou usar a razão na “domesticação” da política internacional sem sucesso. A masculinidade guerreira ganha prioridade, dessa forma, frente ao racionalismo burguês, como identidade que responde às demandas do internacional. Já os anos setenta vêem uma reversão dessa lógica – nova ascensão do liberalismo, na sua forma institucionalista – acompanhando a oposição entre as duas masculinidades. A masculinidade realista do estadista passa a ser retratada como uma de interesses, particularistas, sedentos de poder para realização pessoal. Principalmente, ela é retratada como inferior a do especialista técnico, dentro do modelo racional-burguês, que operaria as variáveis da interdependência em ação no contexto internacional de maneira mais eficiente. Essa rivalidade, para Hooper, é o subtexto do discurso de Waltz:

Nessa virada científica, Waltz estava claramente enxertando masculinidade burguesa-racional sobre a base da masculinidade do cidadão-guerreiro sustentada pelo patriarcado (...). O **subtexto de gênero** aqui é que a perspectiva pluralista e liberal estava sendo feminizada por Waltz a fim de diminuí-la. Sobrecomplicação teórica que cria confusão é similar ao caráter de devaneio do pensamento feminino, significando ausência de razão e propósito masculino. Falta de parcimônia e a proliferação descontrolada de variáveis é análoga à propensão feminina para verbosidade incontrolada e indulgência que significa falta de auto-controle masculino. Essas falhas contrastam perfeitamente com a prosa de Waltz, direta, curta e levemente agressiva (HOOPER, 2001, p. 104).

A convergência entre liberais e realistas, a chamada “síntese neo-neo”, foi contemporânea à redefinição de masculinidade associada à economia internacional, resultado dessa aproximação entre o modelo guerreiro-cidadão e burguês-racional. O foco na consciência sobre gênero em determinadas abordagens pós-positivistas permitiu uma auto-reflexão crítica, no contexto do terceiro debate. A melhor maneira de evitar reproduzir padrões de masculinidade ou rivalidade entre esses padrões na constituição de um modelo hegemônico seria a manutenção dessa consciência na construção de explicações teóricas para as dinâmicas da disciplina.

Não obstante, essa possibilidade de reflexão não é parte inequívoca das reflexões pós-modernas. Hooper vê, incorporadas ao trabalho de Der Derian, possíveis novas formas de masculinidade hegemônica. O argumento sobre novas tecnologias de guerra, substituição do conflito pela simulação e aumento da importância estratégica da velocidade *vis-à-vis* a geografia transparece ambigüidade em relação aos efeitos da escalada tecnológica da guerra. A crítica irônica feita pelo autor estaria no limite da tecnofilia. Hooper prevê os tecnocratas como o próximo passo na evolução do especialista técnico, substituto, por sua vez, do

estadista guerreiro; todas, masculinidades que dividem entre si a possibilidade de ocupar o espaço da masculinidade hegemônica. Essencialmente, o que Hooper pretende é esclarecer que as abordagens pós-positivistas não incluem necessariamente uma reflexão crítica sobre estereótipos de gênero que podem se reproduzir por meio do discurso científico.

Um ponto importante levantado por Hooper sobre as dinâmicas atuais de gênero diz respeito aos efeitos complexos da globalização. A globalização suavizaria certos traços da masculinidade hegemônica, incorporando-lhe traços antes associados à feminilidade: consumo, flexibilidade, trabalho em equipe, habilidades para relacionamento interpessoal. Outros efeitos simbólicos na construção de uma representação para o processo de globalização, a análise de formas mais cooperativas de gestão de negócios, a construção discursiva da “Terra” como “nave” e os efeitos de risco nas finanças seriam fontes de declínio no uso de imagens patriarcais, acompanhariam a suavização da masculinidade hegemônica na construção de “novo homem” da globalização. Todavia, esses processos seriam simultâneos à remasculinização agressiva de alguns processos da tecnologia – como aqueles pelos quais Der Derian mostra especial interesse. Uma ansiedade de gênero, incerteza ou “crise” da masculinidade, associa-se ao fluxo e às mudanças rápidas do processo globalização.

Sylvester é outra autora cujo foco são os grandes debates. Instâncias de construção da masculinidade em RI, ao mesmo tempo em que definem a disciplina e os fenômenos próprios a ela, a interpretação de Sylvester é original na conceituação dos debates como “domicílios” para os homens.

Refleta sobre os dois debates oficiais que estabeleceram certos parâmetros identitários para a disciplina. O primeiro debate, entre realistas e idealistas, levantou uma questão geral: As RI serão o estudo de entidades territoriais autointeressadas chamadas Estados operando em um ambiente de anarquia, ou serão sobre Estados e atores não-estatais desenvolvendo redes de interdependência, cooperação e regras de paz? (SYLVESTER, 2004, p. 6).

O segundo debate, sobre metodologia, era uma indagação sobre se as RI seriam o desenvolvimento de teorias testáveis ou o raciocínio e julgamento moral a respeito, por exemplo, da existência do direito de intervenção por um Estado em assuntos de outro. Ambos os debates confinaram o campo em termos de política estatal, regras do sistema e/ou metodologias. A autora questiona se essas eram as únicas possibilidades de questionamento dos fenômenos das relações internacionais, ou se eram discussões entre homens de países industrializados ocidentais, fonte principal de produção teórica, sobre assuntos que os interessavam e foram subsequentemente projetados sobre todos nós.

Os debates que configuraram a disciplina não só oferecem identidade e limites ao campo, mas também a nós, individualmente. Para Sylvester, essa tentativa de dar coerência a processos sociais depende de uma série de manobras discursivas. Entre elas, a idéia de *homestead*, ou domicílio, é fundamental. Segundo a autora, é próprio das teorias positivistas a prática de estabelecimento de “domicílios teóricos”. Essa prática é ponto de partida da crítica de Sylvester porque é uma tentativa de fixar essências para coisas sociais.

De acordo com o pensamento das viradas sociológica e linguística, não existem, para essas coisas, referentes transcendentais, essências inequívocas a serem “reveladas” pelo pensamento racional. Admitir significados objetivos para o Estado, para políticas externas ou para o internacional é naturalizar ou limitar as possibilidades de objetos que, por serem sociais e históricos, não possuem domicílios eternos e fundamentais, mas apenas residências temporárias e contingentes. A autora se propõe a recuperar as formas de construção desses domicílios. No lugar de domicílio, ela propõe reconstruirmos a teoria a partir do conceito de “subjetividades móveis” – definições científicas seriam o resultado de movimentos ao longo de eixos de poder, seriam significados relacionais, instáveis. Definições de relações sociais e políticas, por essa perspectiva, são movediças, capturam conexões contingentes e momentâneas. Essas características abrem espaço para reimaginarmos e ressignificarmos conexões, expandindo as possibilidades do conhecimento teórico e do mundo político. O compromisso normativo da teoria feminista está na busca por redefinir conexões teóricas e sociais de forma a emancipar sujeitos.

As Relações Internacionais foram historicamente definidas como domicílio de homens, segundo a autora. “Homens”, contudo, não são apenas corpos identificados como masculinos. Homens, e mulheres, são “histórias contadas sobre ‘homens’ e ‘mulheres’ e os constrangimentos e as oportunidades que a partir daí surgem enquanto nos acomodamos em nossos lugares apropriados” (SYLVESTER, 2004, p. 4). Homem e Mulher não são essências de indivíduos; são narrativas e símbolos que informam nossa experiência e identidade. As Relações Internacionais são, assim, uma das instâncias em que se constroem histórias sobre homem e mulher, com impacto na “acomodação de corpos em seus lugares cotidianos.”

O esforço interpretativo de Sylvester é interessante por demonstrar os debates em RI como movimentações políticas – reverberando a tradição foucaultiana de perceber o conhecimento como parceiro inalienável do poder nas sociedades modernas –, em oposição a uma escalada inequívoca, evolutiva e racional, rumo a uma maior aproximação com a “realidade” das RI.

A modernidade, segundo Giddens e Lyotard, é a era na qual conhecimento e ciência “se enamoram”; o progresso se torna rota para níveis de consumo em crescimento constante; a modernização é identificada com o desenvolvimento, grandes narrativas de melhoramento contínuo são construídas para a engenharia social. “O passado tenebroso é conquistado pela modernidade. O contrato social derruba o despotismo e o patriarcado. A vida melhora. A evolução alcança seu apogeu” (SYLVESTER, 2004, p. 15).

Pós-modernidade seria a busca por discontinuidades nessa narrativa de desenvolvimento, busca por casos que não se encaixam nela. A proposta pós-moderna de Sylvester é buscar discontinuidades no projeto moderno das RI – o gênero seria uma ferramenta extremamente útil, a busca do porquê da ausência das mulheres e os mecanismo de exclusão delas seria o método para trazer à tona essas discontinuidades.

Desse ângulo, os realistas teriam sido os primeiros e principais responsáveis por retirarem as mulheres da disciplina, ao definirem Estados como os principais atores da disciplina, unitários e racionais, preocupados com a busca do interesse nacional definido como poder. Essa forma de definir Estado e interesse nacional coloca mulheres o mais distante possível do cânone da teoria. De fato, essa definição afasta não exclusivamente as mulheres, mas mulheres e homens “comuns”. “Há os homens de Estado e os tomadores de decisão (homens) e os soldados nas relações internacionais’, ‘homens’ e ‘mulheres’ comuns estão ‘seguros’ dentro do território ‘doméstico’ de controle estatal” (SYLVESTER, 2004, p. 15).

Na interpretação de Sylvester, o primeiro debate é sobre duas visões de modernidade – visões de modernidade que reverberam os “tipos ideias” de Hooper. Mais uma vez, vemos a narrativa da modernidade como masculina. A dos liberais/idelistas defende a harmonia de interesses. Essa visão informou diversas atitudes políticas do período, como a Paz de Paris e a Liga das Nações, e se localizava sobre a pressuposição de que governos responsáveis, organizados em regimes “esclarecidos”, que dessem voz à opinião pública, não fariam guerra, porque seu “esclarecimento” sobre os funcionamentos da política estariam conectado a outras dimensões da “evolução social” – o foco no avanço tecnológico para aumento do bem-estar e no aprofundamento de laços comerciais com o mesmo fim, nos moldes racionalista e burguês.

A do realismo clássico de Morgenthau parte do ponto de vistado homem de Estado como capaz de equilibrar relativamente o seu interesse e o dos outros Estados em termos de poder. Junto a eles estavam os analistas realistas de RI, que percebiam a necessidade, típica da modernidade, de autonomia para o estudo da política de poder. A preocupação principal seria

impedir a opinião pública, incapaz de ver que a sociedade doméstica funciona de maneira diferente da política de poder do espaço internacional, e aqueles que procuram estabelecer o direito internacional e outros interesses como o fundamento da ação dos Estados, colocassem, ultimamente, a sobrevivência desses em perigo – mais uma vez, o discurso do cidadão-guerreiro (SYLVESTER, 2004, p. 79).

O segundo debate, simultâneo às segunda e terceira ondas feministas, tem em comum com elas a reflexão sobre as formas de construir conhecimento. A distância entre as duas reflexões é garantida pela Mulher, como “outro”, como conceito, manter-se importante na forma de definir o que RI **não** era.

A idéia de anarquia de Waltz é, na interpretação de Sylvester, um instrumento de masculinismo. A autora chega a essa conclusão ao aplicar, para a teoria waltziana, a abordagem de Sandra Harding sobre o que seria “boa ciência”.⁹ Para Harding, “boa ciência”, ou “boa teoria”, reconhece o contexto no qual está inserida. Um bom teórico é aquele que não emprega abstrações como recurso para “fugir” da questão da sua localização social, mas expõe seus interesses, valores e pressuposições culturais, de forma que esses acabam funcionando como evidência adicional, “pano de fundo”, das ciências naturais e sociais (SYLVESTER, 2004, p. 108).

As abstrações de Waltz não funcionam como parcimônia, pela visão de Harding, mas como “máscara” sobre as contingências históricas e as localizações reais dos indivíduos. O principal problema que surge da valorização da parcimônia e da abstração, nesse caso, é que ela serve para dificultar, no caso das feministas, a percepção de como padrões de patriarcado estão interligados através dos níveis de análise. Usar a anarquia como uma “rede de proteção” que justifica a existência do Estado tal como é¹⁰ diminui a responsabilidade dos “protetores”, dos encarregados pela segurança e defesa, porque admite a reprodução das estruturas como dado da realidade, em vez de fruto de escolhas dos indivíduos. A abstração serve como instrumento de conservação dos limites sociais.

A anarquia significa ausência de autoridade, mas funciona a partir de regras do espaço público e político, o mesmo espaço que é dito “ameaçado” pela anarquia quando papéis tradicionais são questionados. A anarquia de Waltz é o espaço “ordeiro” da política vista em termos masculinos, enquanto a “anarquia”, como alteração dessa ordem, como insegurança, é

9 Ver Sandra Harding, **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

10 Ver seção 3.4, Cidadania no Estado Liberal, e a discussão de Richard Ashley sobre a “prática heróica” do Estado.

identificada com a mulher, ou com qualquer ator que força os limites estereotípicos. A subversão de papéis fica, nas lutas sociais, identificada com a ameaça de desordem social, como as discussões sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, deixa claro. A desconsideração de seu posicionamento histórico faz da teoria de Waltz, ao concluir que regras abstratas reforçam, quase mecanicamente, a ordem anárquica, um reforço a esses limites e barreiras que dificultam a revisão de papéis e modificação de estruturas.

Ainda em relação à teoria de Waltz, a autora faz um esforço interpretativo sobre a homogeneidade das unidades do sistema – o que essas unidades, aparentemente neutras, sem serem maculadas por qualquer característica própria ao seu regime ou sua cultura, representam.

Em momento no qual há a militância de 68 na Europa e nos Estados Unidos, Waltz se esforçava para colocar toda característica dos Estados em uma caixa preta, exceto por suas capacidades de “se manter no jogo pelo maior tempo possível”. Ele produziu um sistema que era trans-historicamente estável e cujos pressupostos legitimavam a superestrutura ideológica do sistema-mundo capitalista melhor que apenas o realismo conseguiria (logo, a analogia de Waltz com firmas e mercados). Essa estrutura existia para “seus especialistas, junto ao estrato dos grandes acumuladores de capital, seus principais beneficiários.” Enquanto o movimento das mulheres desafiava os privilégios de gênero e classe dentro das sociedades que os neorrealistas encaixotaram, e dentro dos pilares do conhecimento ocidental, o projeto neorrealista de raciocínio estratégico sustentava “o potente mito histórico” da autoridade dos homens na ciência, o símbolo-chave do controle humanista moderno (...) O neorealismo, logo, estava livre das distrações de raça, classe e diferenças de gênero (SYLVESTER, 2004, p. 115).

Do outro lado do segundo debate, a crítica de Sylvester ao masculinismo do pensamento liberal nas RI resulta em uma reflexão incomum a respeito da divisão doméstico/internacional. Pensar na transposição da ordem doméstica para o internacional, a proliferação de regimes e instâncias de governança e autoridade, como fonte de maior justiça e moralidade para o sistema pressupõe uma visão sobre a ordem doméstica fortemente criticada pelas feministas, e que será retomada em diversos pontos das seções subsequentes: a autoridade do Estado liberal é questionada como fonte de segurança e direitos individuais para diversos grupos, em particular as mulheres. Se há espaço para esse questionamento dentro dos limites territoriais soberanos, é pertinente pensar que a transposição da governança e do direito/moralidade doméstica para o internacional não é uma passagem sem percalços da política de poder para a justiça global.

Essa crítica ao masculinismo do Estado é o que as próximas seções procurarão explorar. Mostrar que instâncias conceituais, fundamentais para a concepção de segurança tradicional,

estão eivadas de pressupostos sobre masculinidade e feminilidade, que enviesam sua aplicação para o prejuízo de alguns, é o primeiro passo na defesa de um outro conceito, cujo conteúdo crítico estaria mais apto a servir como base para políticas de segurança nas sociedades.

2.2. Cidadania e virtude cívica – “Guerreiros Justos” e “Belas Almas”

A constituição de exércitos nacionais é um dos fundamentos para a formação dos Estados. A “corporificação” da masculinidade militar pelo treinamento dos exércitos é uma característica importante na definição da cidadania/nacionalidade do Estado moderno. Esse não é um fenômeno que conforma os indivíduos apenas fisicamente, mas também simbólica e socialmente. O treinamento militar, para Hooper, estabelece hierarquias entre masculinidades, assim como uma hierarquia entre cidadãos. Uma cidadania privilegiada reflete padrões de inclusão/exclusão de certos grupos no serviço militar – a interdição de certas etnias, gays e mulheres do serviço é exclusão dessa cidadania exemplar.

A cidadania exemplar incorporada pelo soldado é o objeto de análise Elshtain em *Women and War*. É a construção do que ela chama de “virtude cívica”, que corresponde à dimensão simbólica do soldado como um tipo particular e fundamental de cidadão. Ela também corresponde à relação entre compromisso individual e formação da unidade estatal, da coletividade. Narrativas sobre a guerra, sobre o masculino e o feminino, entrelaçam-se historicamente nessa construção.

Construções do “Guerreiro Justo” e da “Bela Alma” – duas identificações primárias do masculino e feminino para Elshtain – emergem com o triunfo do Cristianismo. Antes disso, na cidade-estado grega, política e guerra se fundiam: “Líderes políticos eram também líderes militares. A vida política envolvia necessariamente a preservação da comunidade política por meio da guerra” (ELSHTAIN, 1987, p. 47).

Esse é o ponto de partida para Elshtain em sua exploração das histórias sobre a guerra e nossas experiências particulares, dentro do Estado nacional e dentro de nossos corpos.

Nas formas pelas quais herdamos histórias de guerra como textos de um tipo particular. Narrativas de guerra e política são inseparáveis das atividades da guerra e da política (...) estruturam experiências individuais e coletivas na

medida em que conformam o horizonte para expectativas humanas de épocas posteriores (ELSHTAIN, 1987, p. 48).

A análise se inicia com o teatro e a filosofia gregos: a “virtude cívica armada” dessa substitui a glória guerreira celebrada por aquele. A passagem de um ao outro é também uma mudança nas narrativas de guerra, da busca pelo heroísmo individual à guerra como atividade regularizada e experiência coletiva da pólis:

Platão busca ordem, e a ética do guerreiro homérico é desafiada pela visão da honra masculina. A guerra une o corpo político, mas apenas como atividade coletiva regularizada, realizada por causa de necessidade cívica, não por causa de uma busca individual por glória, vingança ou desejo de aniquilação. Não há lugar na República de Platão para o amante da guerra. Mas há amplo espaço para e necessidade de guerreiro-Guardião, defensor zeloso da autonomia da cidade, completamente devotado ao bem dela e distante de objetivos “egoístas” (ELSHTAIN, 1987, p. 53).

A partir daí, mitos cívicos são importantes para unir a cidade. Em Aristóteles, a identidade cívica madura como cidadania masculina é um modo de vida rico e pleno. Ainda que a própria existência do **cívico** como uma possibilidade humana requeira constrangimentos, esses constrangimentos são, ao mesmo tempo, produtivos, permitindo a comunicação entre seres humanos, a organização de modos de vida comuns, a estruturação de regras morais. A reapropriação do ideal platônico de unidade e a celebração do nexos entre guardião e guerreiro pelos chamados republicanos cívicos transpõem para a história européia moderna em seus primeiros momentos as narrativas da virtude cívica (ELSHTAIN, 1987, pp. 55-56).

O pensamento de Maquiavel é uma dessas narrativas. A receita maquiavélica da autonomia cívica, segundo Elshtain, é uma igualdade entre cidadão, guerreiro armado e auto-suficiente, milícia armada, virtude cívica armada e Estado popular. “O primeiro dever do príncipe de Maquiavel é o de ser um soldado e criar um exército de cidadãos preparados para defender a 'respublica' e morrer por ela” (ELSHTAIN, 1987, p. 57). O cidadão, em Maquiavel, é o guerreiro que, por vontade própria, se põe a serviço da República, para “aparar as arestas” do conflito político e garantir a unidade política e a solidariedade. A narrativa de Maquiavel esclarece as divisões entre público e privado e, se exclui a mulher da virtude cívica porque ela não pode servir como soldado, atribui-lhe outras funções: elas são “causas para a guerra; incentivos à ação; lamentadoras das tragédias que a guerra deixa de rastro do seu acontecimento” (ELSHTAIN, 1987, p. 58).

Em Rosseau,

a entidade política deve funcionar como unidade; a vontade nacional não pode ser dividida; cidadãos devem estar preparados para a defesa da autonomia civil pela força das armas; o que quer que coloque o indivíduo em posição de dúvida é uma ameaça a “*la nation une et indivisible*”. O corpo individual e o corpo político devem ter o mesmo e único motor (ELSHTAIN, 1987, p. 60).

O pensamento desses autores é o que leva Elshtain à discussão do serviço militar obrigatório. O esforço de alistamento para formação de exércitos nacionais e modernos dá-se em escala original e inédita, que enfrentou considerável resistência. O exército só vai “convencer” como elemento de coesão nacional no final do século XIX. “A mudança da pátria local, lugar original do patriotismo, para um nacionalismo inclusivo precisa **derrotar** identidades locais ou situá-las como subordinadas e inferiores. Essa é a trama central da história da virtude cívica armada que se desenrola” (ELSHTAIN, 1987, p. 60).

Também em Hegel, a construção da unidade nacional é uma manobra filosófica que emprega uma série complexa de mediações à custa da exclusão das mulheres. De forma análoga aos direitos naturais, que absorvem o homem político e o redefinem como ser humano sujeito de direito, o indivíduo se completa como ser ético no Estado. E o Estado realiza sua unidade diante do incentivo negativo da guerra. Uma situação prolongada de paz pode levar o indivíduo a crer a realidade atomizada da sociedade civil como absoluta. O percalço eventual da guerra reforça a importância de construção nacional, da existência do Estado como espaço político e moral.

No século XX, Freud adapta essa construção ao interpretar pela psicanálise a guerra como descarga de impulsos agressivos.

Uma imagem popular do que torna a guerra possível – a liberação de impulsos agressivos, uma regressão a um estado menos civilizado (construído, sempre, como animalesco ou bestial) – dá credibilidade ao truísmo que a maioria dos homens são ou podem ser entusiasmadamente seduzidos pela empresa de matar (ELSHTAIN, 1987, p. 199).

Essas narrativas são resumidas por Elshtain como a identidade da “**maioria militante**”. O mito da virtude cívica armada, a construção da unidade estatal e a vida dos indivíduos tornam-se, assim, um todo coerente.

Uma outra influência sobre a virtude cívica como hoje a concebemos advém da teoria da guerra justa, para a qual Elshtain aponta o cristianismo como fonte. A reconstrução dessa

narrativa por Elshtain responde pelo modelo judaico-cristão citado por Hooper, hegemônico durante o medievo. Segundo Elshtain, Jesus teria sido o primeiro a divorciar política e violência. Esse divórcio responde pela segunda identidade masculina, política e moderna, a dos “poucos pacíficos”.

Jesus atacou o edifício da “falsa transcendência” da violência: isso é, estruturas que requeriam a constituição de inimigos, seu massacre e identificação de bodes expiatórios. Ao expor as origens violentas e tornar visíveis as paixões distorcidas requeridas na criação e sustentação das estruturas destrutivas da vida social, Jesus não apenas aterrorizou seus oponentes, mas também desestabilizou algum de seus seguidores que por vezes professaram sua confusão sobre o que estaria exatamente acontecendo (...). Escritores cristãos nos primeiros séculos depois de Cristo tendiam a aproximar assassinato em época de guerra do assassinato e classificavam a guerra em si como imoralidade e loucura (ELSHTAIN, 1987, p. 125).

Com a influência do cristianismo, redefinem-se os imperativos da violência coletiva. Em parte, as características políticas pacifistas dos ideais do cristianismo refletiam as circunstâncias de controle territorial pelo Império Romano – que tomava para si os deveres e privilégios da segurança. O fim do império e a necessidade de reorganização política da comunidade judaico-cristã são vistas como contingências que atrasam indefinidamente a realização do reino pacífico na terra. Surge assim o ideal de “Guerreiro Justo” ou “compassivo”, “que pega em armas relutantemente e apenas se for necessário para evitar um mal pior ou para proteger os inocentes do perigo inevitável. Sua tarefa trágica se torna necessária porque o sonho e a esperança da paz na terra tiveram que ser indefinidamente adiados” (ELSHTAIN, 1987, p. 127).

O resultado, uma construção alternativa do que é a ordem social, o Outro e a guerra, é a narrativa agustiniana. “Santo Agostinho acredita ter descoberto o mínimo denominador comum da existência humana no *seculum*: a necessidade de vida social, logo, de paz e ordem; uma vontade dividida, facilmente traduzida no desejo de dominação e posse; um mundo de estranhamento, perigo e deficiências” (ELSHTAIN, 1987, p. 131). Nesse mundo, as mulheres e a esfera doméstica se inserem de maneira essencialmente diversa daquela descrita na narrativa maquiavélica. A casa é unidade representativa da paz cívica que é o modelo da *civitas* agustiniana.

Da acepção da guerra como um mal que se teria que suportar, canalizou-se o sentimento da realização da guerra apenas quando inevitável para a guerra em nome de Deus e, a partir daí, da guerra em nome da união política. Do pacifismo cristão chegamos de novo ao

entusiasmo coletivo e a padrões políticos de mobilização em nome do “ideal estatal”, da auto-identidade e da identificação com um “povo” – e à produção de jovens preparados para agirem em nome desses ideais. O Estado forja educação objetivando explicitamente criar “gerações fisicamente adequada e psicologicamente preparadas para a guerra” (ELSHTAIN, 1987, p. 137).

O “**guerreiro compassivo**”, a terceira identidade masculina do cidadão moderno, segundo Elshtain, coloca ênfase não na capacidade de matar, como é o caso da “maioria militante”, mas na disposição em morrer. A lealdade do combatente em períodos de guerra não se dirige ao coletivo simbólico, mas aos seus companheiros próximos. Nesse ponto, a atividade do combatente se localiza em situação de paradoxo – a lealdade imediata que move os combatentes coloca a situação da matança em massa muito próxima à lógica maternal que está na base dos laços estabelecidos entre os soldados. A analogia entre “guerreiro compassivo”, virtude cívica e lógica maternal é de especial interesse para Elshtain na forja de uma alternativa às formas masculinistas de conceber a virtude cívica. O final da seção retomará essa questão.

Há uma trama paralela à do homem como cidadão e da lealdade/identidade masculina, contudo. Como as mulheres são incluídas nessa discussão do Estado? Como a lealdade delas é construída?

Como mães-metáforas da Nação; elas não são cidadãs elas mesmas, são “terreno” para a cidadania – “mães de futuros cidadãos ou futuras mães de cidadãos” (ELSHTAIN, 1987, p. 69). Wollenscraft, uma das primeiras feministas liberais, autora do século XVIII, cujo livro *Vindication of the Rights of Women* argumenta pelo direito das mulheres, defende que o reconhecimento da cidadania feminina aperfeiçoaria seu papel como transmissoras da virtude cívica para os mais jovens.

O argumento de Wollenscraft se resume a isso: em sua pressa para resgatar a virtude e evitar o vício, Rousseau identifica mal a virtude. Ele foi incapaz de perceber a verdadeira e gigante “má ação” do poder arbitrário e das “distinções hereditárias” que, combinadas com um “exército constituído”, são “incompatíveis com a liberdade”. “Subordinação” é o esqueleto da “disciplina militar” e “despotismo é necessário para dar vigor” à empresa militar. Noções de honra talvez sejam hábeis para o comando de alguns, mas a grande maioria dos soldados são uma massa varrida pela coerção e comando. Como isso pode servir de modelo de probidade cívica? (ELSHTAIN, 1987, p. 71)

O argumento de Rousseau é paradoxal no que diz respeito às mulheres: elas mesmas não têm identidade cívica e são, no entanto, responsáveis pela transmissão da identidade para

os filhos. A grande questão, ao considerar essas narrativas, não é incluir as mulheres na prática de “lidar” com a moral pública e os direitos políticos. É possível pensar que mulheres sejam incluídas, algumas delas, individualmente, enquanto **representações** das mulheres se mantenham restritas e a política continue orientada pelas narrativas discutidas acima. Das **representações femininas** e de possíveis alternativas ao discurso tradicional sobre virtude cívica e militarismo trata também o livro de Elshtain.

Das representações femininas, nem todas são alternativas, ou podem substituir o masculinismo da virtude cívica. Muitas delas são, na verdade, contrapartidas ao guerreiro-guardião, reforçam-no como identidade, são partes importantes de sua manutenção e reprodução. Uma das contrapartidas femininas da virtude cívica armada é o ideal das **mães espartanas** – mulheres que projetam a honra masculina no apoio ao esforço bélico de seus filhos, que vêm na realização dos deveres deles como soldados o sentido da maternidade. Elas são os chamados “espelhos” da honra masculina por Elshtain, reprodutoras de filhos para preencher as fileiras militares e, uma vez que tenham eles caído em combate, vêm como seu dever a produção de outros filhos do Estado para garantir vingança e supremacia. Diversas narrativas sobre mulheres sulistas na guerra civil dos Estados Unidos retratam esse ideal da mãe espartana (ELSHTAIN, 1987, p. 121).

A retirada das mulheres do espaço público, que elas rotineiramente ocupavam antes do advento da modernidade, é devida principalmente à identificação delas como **“Belas Almas”**.

A Bela Alma, em tempo de guerra, posiciona-se como aquela de luto, causa para a guerra, e mantenedora de todos os valores não-belicistas – e por isso foi organizada como um modo de ser e de vida que os homens simultaneamente valorizam e do qual procuram fugir, simultaneamente precisam e desprezam. O não-belicismo pode ter uma face generosa – do amor romântico, da devoção familiar, lúdico e contemplativo, da articulação estética de um meio de vida – ou pode ter uma face restritiva – das restrições moralistas sobre os prazeres simples, das cruzadas “higiênicas”, da obediência a regras, de um ponto de vista insulado, isolado em relação ao mundo. Em tempos de paz, e por meio da ação cívica, as mulheres podem tentar fazer o “mundo exterior” da *civitas* parecer mais com a imagem de um lar perfeito – ordeiro, saudável, limpo, confortável (ELSHTAIN, 1987, p. 152).

Isso não quer dizer que as mulheres tomaram explícita e deliberadamente para si a tarefa de manter intacta e reproduzir a cultura da qual elas fazem inevitavelmente parte. Entender a identidade da “Bela Alma” é, muito mais sutilmente, interrogar textos de forma a perceber se as construções sobre a mulher e seu lugar estão sendo reificadas ou deslocadas neles. Outras identidades femininas são definidas pela guerra moderna, junto à “Bela Alma”, e são

chamadas por Elshtain das **Poucas Ferozes, as Muitas Não-combatentes e as Mães Agressivas** (ELSHTAIN, 1987, p. 171).

A mulher guerreira é, para nós, uma identidade extrema, não uma expectativa comum. No entanto, Elshtain resgata a experiência das mulheres na Resistência francesa, das soviéticas na Segunda Guerra e de terroristas nacionalistas européias – tanto nas Brigadas Vermelhas italianas quanto na Baader-Meinhof alemã. Essas experiências, apesar de consideráveis em número, não modificam a visão de que essas “Ferozes” são “Poucas” no Ocidente: “como representações, as **Poucas Ferozes** são rotineiramente eclipsadas por uma enorme sombra, que surge quando as **Muitas Não-Combatentes** se põem sob a luz” (ELSHTAIN, 1987, p. 180). A representação das “**Muitas Não-combatentes**” é própria da modernidade, uma vez que é apenas após o estabelecimento do Estado moderno que a guerra se torna um fenômeno eventual. Na acepção medieval, o combate é situação permanente – as mulheres também estavam muito mais próximas ao centro do combate como espectadoras da bravura masculina e servindo de troféus de guerra.

Simbolismos anteriores à época moderna ganham novo significado graças ao aparato militar moderno. Corpos femininos são docilizados como não-combatentes: “mulheres são designadas como não-combatentes por causa do seu papel no processo reprodutivo; porque mulheres foram simbolicamente ligadas a imagens de socorro não-violento” (ELSHTAIN, 1987, p. 138). Algumas posições sociais são particularmente apontadas como próprias às mulheres em suas representações modernas como não-combatentes: enfermeiras, correspondentes de guerra. Elas também são posições de agência, são resultados **produtivos** da guerra, dos quais as mulheres se beneficiam. Mesmo mulheres que se opõem à guerra percebem, simultaneamente, que a guerra oferece oportunidades. Se formos incapazes de perceber essa dimensão da participação feminina nas guerras, o apoio ao combate e o entusiasmo mostrado por elas se torna inteligível.

Ainda que os homens “habitem” – são “domiciliados”, como diz Sylvester – o mundo da guerra, as mulheres são parte do conjunto de oposições que estrutura a sociedade para a guerra. As imagens femininas propostas por Elshtain compartilham e promovem visões sobre “o inimigo” que, assim como a visão dos “muitos combatentes”, da “sedução da violência” e do instinto agressivo, permitem os maiores excessos da guerra. Todas essas narrativas que vinculam o masculino e o feminino produtivamente com a guerra são identificadas como imagens **totalitárias** – “imagens que sancionam uma visão do inimigo como representante de algum princípio maligno que precisa ser esmagado, fonte de uma ética cruzadista”

(ELSHTAIN, 1987, p. 201).

Apesar do monopólio dos homens na construção das narrativas sobre a guerra, ela não é propriedade masculina, mas nos constitui, homens e mulheres, como sujeitos pela sanção que oferece a determinadas narrativas.

O soldado esteve no inferno e voltou, e isso fascina. Uma das frustrações infinitamente revividas por ativistas anti-guerra e filósofos da paz é a de que a paz não fascina como a guerra (...). A guerra cria as pessoas. A guerra produz poder, individual e coletivo. A guerra é propriedade cultural dos povos, um sistema de símbolos que somos capazes de ler sem muito esforço porque é bastante familiar para nós (ELSHTAIN, 1987, pp. 166-167).

A violência feminina, por exemplo, é uma narrativa que não permite sanção pela guerra. Uma vez que identidade das mulheres não é constituída pela ação política, elas não podem ser responsabilizadas politicamente. A violência masculina pode ser **moralizada** como uma atividade estruturada – guerra – e por isso, despersonalizada e idealizada. A violência feminina não poderia ser canalizada em nenhuma luz positiva – sempre se tornou personalizada e vingativa (ELSHTAIN, 1987, p. 169).

Mas essas construções brutalizantes e desumanizantes do “Outro” não são as únicas possibilidades para a nossa identidade em relação à guerra. Nesse ponto, Elshtain argumenta em favor do pensamento da guerra justa, como defendido por Walzer. O ponto mais forte desse pensamento na acepção de Walzer é a ênfase nos homens e mulheres como cidadãos preocupados, convidando-os a participar seriamente da reflexão sobre as questões de guerra e paz. A atualização do pensamento da guerra justa tem, entre outras características, a preocupação em “dar voz” à população – o que, naturalmente, implica novos dilemas. Para Elshtain, é possível perceber a diferença em situações concretas e contemporâneas. A reverberação, na sociedade civil, de temas como o desarmamento nuclear e intervenções humanitárias são bons exemplos. “Walzer presume e requer que seres humanos ajam como juízes morais, que pesam as consequências dos seus atos contra a magnitude dos atos dos outros, alcançando juízos de culpa ou inocência (relativa)” (ELSHTAIN, 1987, p. 158).

Apesar dos exemplos anteriormente citados, Elshtain ainda acha relevante perguntar se todos os indivíduos no Ocidente, hoje, estão preparados para assumir tal responsabilidade. Mais do que um problema de capacidade moral, nesse caso, Elshtain (1987, p. 159) assume que existem limitações à nossa racionalidade:

a estrutura de experiência e história particulares de uma nação será mais

saliente para os tomadores de decisões políticas que entram em debates sobre princípios morais do que sistemas éticos cuidadosamente afiados. De maneira similar, para homens e mulheres comuns, envolvidos nas estruturas de matança da guerra e de nascimento e cuidado dos tempos de paz, as experiências como soldados e mães têm sido ocasiões para reflexão e construção de narrativas que contam “a minha história” e momentos de silêncio, nos quais o reconhecimento de si se coloca fora da margem de significados aceitáveis e articulados.

As narrativas de si e da nação, dessa forma, são parte integrante do processo de decisão e julgamento de pessoas comuns e estadistas. Para alcançar o grau de reflexão moral presente no pensamento de guerra justa de Walzer é necessário, no mínimo, a adoção de uma postura reflexiva sobre essas narrativas.

Por exemplo, é possível para os combatentes verem uns aos outros como seres humanos, evitando os excessos, o “prazer na destruição”, que visões desumanizadoras encorajam. A equação entre homens e violência/agressividade, aponta a autora, restringe a capacidade de percebermos opções para a masculinidade – e para a cidadania –, e o fato de que, historicamente, a vertente guerreira não foi a única possível ou mesmo dominante: “havia muitas outras maneiras culturalmente endossadas de ser homem, de habitar um corpo masculino e usar esse corpo para outros propósitos além da, ou contrários à, violência legitimada. A religião oferecia modelos de masculinidade diferentes da guerreira, mas igualmente justa e corajosa” (ELSHTAIN, 1987, p. 205).

Possíveis alternativas para a masculinidade reforçam a tese de que as identidades são mantidas pelas estruturas sociais da guerra e pelas estruturas discursivas da ciência, afetando corpos, identidades e decisões sobre guerra e paz, mesmo quando estas procuram ser informadas por uma objetividade racional.

Elshtain, contudo, defende uma outra possibilidade para a cidadania moderna. O cidadão deveria ser definido pela capacidade crítica e pelo julgamento moral, que os permitisse uma posição mais autônoma em relação à violência legítima do Estado. Dessa forma, não seriam as identificações como agressivos, compassivos, belas almas, etc, que aproximariam ou distanciariam os indivíduos das dinâmicas da guerra e da cidadania. Não seriam identificações tradicionais que conformariam a virtude cívica, mas o acordo ou desacordo com as políticas do Estado, que não faz distinção *a priori* sobre quais papéis seriam atribuídos a diferentes gêneros.

O pensamento da guerra justa como base da virtude cívica não é capaz de endossar a agressividade sancionada pela virtude cívica armada em situações de guerra total. De fato, o que ele demanda de todo homem e toda mulher é

uma reflexão profunda sobre as ações de seu governo. Isso, por sua vez, pressupõe um certo “eu”; um “eu” afinado ao e capaz de pensamento moral; um “eu” forte o suficiente para resistir à sedução de entusiasmos violentos; um “eu” conformado e sustentado por um senso de responsabilidade. Em outras palavras, um caráter cívico moralmente formado é pré-condição para o pensamento de guerra justa como virtude cívica (ELSHTAIN, 1987, p. 222).

Elshtain oferece, ainda, para a revisão das formas de construção da virtude cívica, uma abordagem que aproxima o pensamento moral do cidadão-soldado de um “pensamento maternal”:

Algumas expectativas sobre atividade dos soldados e maternidade são abertamente (culturalmente) compartilhadas, por assim dizer: do soldado é esperado o sacrifício em nome do seu país enquanto das mães é esperado o sacrifício em nome de seus filhos. Essa não é uma simetria sacrificial, certamente. A maior parte das mulheres não abre mão de suas vidas propriamente, mas de uma versão do que suas vidas poderiam ter sido, assim como combatentes que são permanentemente impactados pelo que viveram (ELSHTAIN, 1987, p. 205).

As experiências de soldados e mães compartilhariam algumas características. Em primeiro lugar, os relatos daqueles que passaram pelas duas experiências são marcados pelo silêncio e por um sentimento de inadequação da linguagem para explicar tanto o terror da guerra, quanto a dor do parto. Para Elshtain, isso significa que essas duas são experiências limite, estruturas particulares de experiências descontinuadas em relação às expectativas criadas para a vida cotidiana. Unem também as duas experiências o dever e a culpa:

o soldado e a mãe cumprem o seu dever, mas os dois são massacrados pela culpa de talvez não o terem cumprido de maneira correta, ou de terem errado na tentativa de fazer o que achavam certo (...) Essa culpa não é, argumenta J. Glenn Gray, tanto um fardo psicológico pessoal quanto é a aguda consciência da liberdade humana e da falha em corresponder ao próprio ideal de bondade (ELSHTAIN, 1987, p. 222).

Uma identidade dividida entre o desejo de esquecer, de um lado, e a lembrança nostálgica e sentimental, do outro. Experiências limite transformam permanentemente as identidades daqueles que as viveram. A proximidade com as funções orgânicas mais básicas do corpo está também incluída no paralelo traçado por Elshtain (1987, p. 223):

a experiência de guerra é, concreta, suja, repleta de poluição e de fluidos, de perda do controle sobre o próprio corpo e de experiências de grande vulnerabilidade e ausência de privacidade (...) mães, e filhos, estão imersos de maneira similar em mundos que revolvem em torno de estômagos, bem ou mau estar corpóreo e busca por proteção. A realidade física define a vida de

mães e soldados (...).

Em último lugar, a identidade do soldado (com relação a seus companheiros) e da mãe enfatiza a *caritas*, o cuidado cristão. Mães e soldados não estão fixados em abstrações, mas na atividade concreta de se manterem, assim como outros, vivos. Esse paralelo, particularmente, é possível porque Elshtain diz que a realidade da guerra, principalmente no pós-I Guerra, enfatiza uma “personalidade defensiva”: “a experiência masculina na guerra é defensiva, uma história de agressão contida (na sua maior parte), um conto sobre tentativas de proteger, salvar, prevenir. A realidade do combate moderno estrutura a guerra como uma atividade altamente constritiva na qual a defesa comanda” (ELSHTAIN, 1987, p. 224). Em maternidade e guerra se está absolutamente **interior** a experiências, não se está participando de alguma evocação abstrata. Por isso, relatos de mães e soldados descrevem a experiência como algo que os engolfa, um mundo em sua lógica própria, suas conexões e incongruências.

Essas identidades limites são importantes para Elshtain, porque a articulação de limites cria espaço para reflexão individual em relação à ação pública – nos limites, localizamo-nos capazes de refletir sobre o que define virtude cívica, de realizar aqueles juízos morais que são tão importantes para a guerra justa de Walzer. A virtude cívica do pensamento da guerra justa pode ser animada por uma espécie de pensamento maternal-soldadesco. A virtude cívica pode se aproximar da experiências das mulheres, em adição, ao se aproximar do maternal – também aos homens podem se apresentar alternativas, uma vez que as narrativas sobre masculinidade que os obriga militarmente são percebidas de maneira crítica. Muda a narrativa sobre o cidadão e a cidadã, e a virtude que eles representam.

Sua proposta para o cidadão contemporâneo que busca fugir ao fervor nacionalista e estabelecer uma relação com o “Outro” de maneira mais positiva – na linha de Sylvester, ou do perspectivismo de Ashley, a ser discutido nas próximas seções, é pertinente e um interessante ponto de partida e discussão. “Desvirilizar o discurso, em favor não da feminização (pois o feminizado e masculinizado emergem conjugados e ambos incorporam distinções perigosas), mas da politicização, o patriota moderado constitui homens e mulheres como cidadãos. Esse cidadão é cético sobre as formas e demandas do Estado soberano” (ELSHTAIN, 1987, p. 252). Uma dualidade de cidadania, contudo, permanece na solução de Elshtain para a virtude cívica: nosso pensamento moral ainda é uma entre duas possibilidades relacionadas a identidades de gênero, a mãe ou o soldado. Elshtain admite que essas são possibilidades socialmente construídas, que devem ser instrumento político e reflexivo. A

manutenção da dicotomia definida ao longo das linhas de gênero, contudo, vai fazer com que as críticas a Elshtain estejam em consonância com as demais críticas feitas a feministas chamadas “da diferença”: a reificação do essencialismo. Imaginar que a virtude cívica se aproxima de uma cidadania para as mulheres ao se aproximar da experiência maternal recai na série de dificuldades identitárias já discutidas no capítulo 2.

A virtude cívica, as decisões sobre guerra e paz são parte das nossas narrativas individuais e coletivas, constroem estruturas sociais de gênero e nossa relação com a moralidade e a política estatal. As nuances político-identitárias do fenômeno da guerra é o principal a ser retirado da análise de Elshtain.

2.3. O Gênero do Tomador de Decisão

Elshtain esclarece as ligações entre gênero, guerra e o Estado em relação ao indivíduo “comum” – cidadãos e cidadãs que constroem sua lealdade em relação a uma comunidade política, ao mesmo tempo em que se constituem como soldados, reservistas, mães, pacifistas, eleitores. O Estado tem implicações de gênero em esferas mais privilegiadas, contudo. O Estado constrói o masculino e o feminino, enquanto é construído por essas identidades, também no nível dos tomadores de decisão. Como no caso da virtude cívica, criticam-se as explicações que se limitam a determinantes de racionalidade instrumental, procurando, em narrativas tradicionais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, aquilo que torna a tomada de decisão uma atividade hierarquizada e exclusiva, privilegiando determinados atores e comportamentos em detrimento de outros. No processo, discutem-se também os próprios critérios de definição de racionalidade. A redefinição do conceito é parte integral de um projeto feminista e pós-positivista que discute a forma como entendemos as dinâmicas da política formal.¹¹

Morgenthau, de acordo com Sylvester, faz do Realismo uma teoria de um ponto de vista – o do estadista, o **homem** de Estado.

Em retrospecto, pode-se ver Morgenthau operando para estabelecer a

11 Sobre isso, ver a discussão de Maja Zehfuss a respeito do construtivismo de Kratochwil e da teoria de Derrida no capítulo 2. Essa questão é retomada também na seção seguinte deste capítulo, sobre contratualismo, liberalismo e direitos individuais.

validade da epistemologia de ponto de vista, em detrimento do empiricismo do idealismo científico.¹² A medida crítica de um bom resultado político não pode ser sua aproximação a uma verdade empiricamente testável – isso seria uma impossibilidade considerando as muitas perspectivas existentes no mundo –, mas sua consistência com um grupo particular de experiências vividas, relacionadas à identidade nacional do homem de Estado. Ele sempre centralizou o poder, privilegiado com a habilidade de negociar politicamente o interesse nacional, nos limites da constante presença do poder na política, sem sucumbir aos truques e apelos a que estão submetidos os homens comuns. Sua posição social certamente não era uma de subjugação, isso é, sua visão não derivava da tentativa de decifrar os códigos invisíveis de poder que mantinham pessoas como ele fora do domínio da influência política (SYLVESTER, 1987, pp. 74-75).

Essa habilidade de ver além das maquinações seria uma característica de todos os homens de Estado. Todos têm a mesma tarefa de salvaguardar seus Estados-nação por meio do exercício do bom julgamento, e todos circulam com relativa facilidade pelo sistema de Estados a fim de realizar seus deveres. Todo bom julgamento desses homens de Estado pode também ser entendido como a tentativa de criar inteligibilidade para outros homens de Estado com os quais eles devem se relacionar. Dessa análise, Richard Ashley tira a conclusão de que, pela perspectiva realista, homens de Estado habitam uma esfera particular de significados compartilhados.

A evolução da interpretação de ponto de vista são as teorias racionalistas de tomada de decisão. O Realismo levaria-nos a olhar o mundo por cima do ombro dos estadistas. Teorias sobre tomada de decisão, como as de Allison e Alexander George, que se tornaram marcos para o estudo das relações internacionais,¹³ “oferecem um quadro de regras de racionalidade sobre o problema da tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procuram explicar as limitações da racionalidade.” (SYLVESTER, 1987, p. 118).

Para Sylvester, a interpretação de Allison e George sobre os limites da racionalidade é

12 A aparente contradição da expressão explica-se pelo argumento de Sylvester, baseado em afirmações de Morgenthau, de que a abordagem científica para RI, ao contrário do que comumente pensamos, surgiu com o que Carr chamou “idealismo”, não com a revolução behaviorista do pós-Segunda Guerra. De fato, ações políticas como as que levaram ao Pacto de Paris de 1928 eram o resultado da fé moderna e liberal na aplicação da racionalidade científica para a evolução e progresso de todas as áreas da atividade humana, inclusive Relações Internacionais. É a essa aplicação universal dos princípios do idealismo, para o fim dos conflitos, que ela chama “empiricismo”, em oposição à “epistemologia de ponto de vista” de Morgenthau, que nega a possibilidade de proposições universalistas serem uma resposta para as questões internacionais. Nesse ponto, contra o senso comum, Sylvester classifica Morgenthau como subscrevendo a uma epistemologia de ponto de vista, ou seja, relativista, porque dependente do posicionamento do estadista no sistema internacional, enquanto aqueles que chamamos “idealistas” são classificados “empiricistas”, pois acreditam em uma racionalidade comum e compartilhada, passível de aplicação concreta e universal, independente do interesse ou projeto de estadistas particulares.

13 Estamos falando sobre os modelos delineados nos livros de Graham Allison, **The Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**, Boston: Little Brown & Co, 1971, e de Alexander George, **Presidential Decisionmaking in Foreign Policy: The Effective Use of Information and Advice**, Boulder: Westview Press, 1980.

incompleta, porque não considera os *insights* psicanalíticos da segunda onda feminista. O *insight* da segunda onda feminista é perceber a característica não só como uma classificação epistemológica, mas também como característica cultural. Culturalmente, ela não é atribuída de maneira neutra a todos os indivíduos, ela é construída socialmente como parte da identidade de um gênero. As expectativas sobre o comportamento masculino são especialmente definidas pela ação motivada por cálculos instrumentais ou considerações racionais. O processo nas sociedades ocidentais, relativo a gênero, que encoraja homens a desenvolverem uma autonomia reativa como tendência central na organização de suas vidas, localiza o tipo de racionalidade que usamos como instrumento heurístico neutro e universal como resultado de socializações diferenciadas de meninos e meninas. Nisso se concentra o trabalho de Carol Gillian (1982 *apud* MIGUEL, 2001), baseado nos estudos psicanalíticos de Nancy Chodorow (1978 *apud* CARROL e ZERILLI, 1993).

Chodorow é uma crítica de Freud, cujo trabalho sobre desenvolvimento moral dos indivíduos afirma que as mulheres, por suas diferenças anatômicas em relação aos homens, têm o processo de solução do conflito edipiano comprometido e, por isso, atingem um estágio de desenvolvimento moral inferior ao masculino. Chodorow elabora uma outra análise para as diferenças no pensamento moral, baseada no desenvolvimento infantil. Especificamente, Chodorow diz que o raciocínio moral está ligado ao relacionamento que meninos e meninas estabelecem com a fonte primária de cuidado e atenção, a mãe.

As regras abstratas que governam o raciocínio moral dos homens, sustenta Gillian, refletem a conquista da identidade masculina pela separação radical da mãe e a manutenção de limites firmes para o *ego*. Os princípios dependentes de contexto, que governam o raciocínio moral das mulheres, refletem a conquista da identidade feminina por meio de uma separação consideravelmente menos radical da mãe e a manutenção de relações empáticas com outros (CARROLL e ZERILLI, 1993, p. 68).

O que Gillian procura, pela realização de diversas entrevistas em profundidade com homens e mulheres, não é estabelecer uma clivagem fundamental entre os raciocínios masculino e feminino, incorrendo no risco do essencialismo. Ela procura demonstrar a existência de modos alternativos de raciocínio moral e que, o raciocínio abstrato, baseado em regras gerais, que fornece a base da racionalidade instrumental, não é a única opção. Como ilustração de seu argumento, Gillian discute as respostas oferecidas por duas crianças de diferentes gêneros ao chamado “dilema de Heinz”:

O sujeito que, diante da própria falta de dinheiro e da intransigência do farmacêutico, tem como opções roubar um remédio ou deixar a mulher morrer de uma doença grave. Jake traduz o dilema numa espécie de equação matemática, em que o direito de propriedade e o direito à vida se contrapõem. Dada a primazia do direito à vida, não é difícil concluir que Heinz deve roubar o remédio. A discussão se faz num nível abstrato e a solução a que se chega pouco tem a ver com a situação concreta; antes, toma a forma de uma norma geral, válida para todos os casos similares.

A solução de Jake, porém, não satisfaz Amy. Em vez de abordar o dilema como se fosse uma equação, a menina o vê como um momento numa relação que se estende no tempo. Se Heinz roubasse o remédio, ele correria o risco de ser preso e, portanto, não poderia cuidar da mulher doente. Ela julga que é necessário buscar outras alternativas, que transcendem a formulação esquemática do problema, já que não se trata de decidir se a vida é mais importante do que a propriedade, mas de salvar o relacionamento ameaçado entre Heinz e a mulher. Talvez por isso suas respostas pareçam mais bisonhas: porque se recusam a permanecer nos limites estreitos apresentados pela questão. E não, como afirmava boa parte dos psicólogos voltados ao estudo do desenvolvimento moral, porque as mulheres não atingiam os patamares superiores do julgamento moral, caracterizados precisamente pela subordinação das relações interpessoais a regras associadas a padrões universais de justiça (MIGUEL, 2001, pp. 258-259).

Privilegiar um tipo de concepção de racionalidade constitui uma hierarquização entre possibilidades de resolver questões sociais, políticas e científicas. O argumento de Gillian funciona principalmente para desvelar a relação entre determinados conceitos científicos e padrões sociais e políticos, servindo para refutar a idéia de que é possível escolher produzir ciência neutra e desligada da configuração social na qual está incluída o próprio cientista.

Segundo Janna Thompson (1986), gerações de feministas se definiram pela busca de reconhecimento da capacidade das mulheres em fazerem julgamentos racionais. A ligação entre faculdades intelectuais e participação política, de acordo com a autora, está afirmada por Mill – na sociedade moderna, para o pensador inglês, as pessoas não nascem para ocupar um lugar específico. É o emprego e desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, ao longo da vida, que vão determinar a posição social a ser ocupada. Essa afirmação seria a base da indistinção entre as possibilidades de ocupação dos indivíduos, independente de seu gênero, raça ou religião.

Quando nos voltamos para o gênero, contudo, mesmo cento e trinta anos após a publicação de *The Subjection of Women*, de Mill, “a maioria das pessoas não acha que o sexo de uma pessoa é irrelevante em relação a como ela deveria ser tratada e quais dos seus talentos devem ser empregados” (THOMPSON, 1986, p. 99).

Para Mill, a participação das mulheres na política seria negativa, mas como resultado da socialização. Um bom cidadão, especialmente se ele vai ser responsável por qualquer tomada de decisão, precisa ser livre de visão estreita e viés particular. Mulheres não seriam boas

cidadãs porque sua socialização seria voltada exatamente para as preocupações particulares e estreitas da convivência doméstica. Ela não se preocupa com as abstrações do certo e errado na política por causa de deficiências em capacidade intelectual, mas por causa de sua educação e de situações em sua vida que não a permitem exercer sua capacidade intelectual.

Os liberais modernos, por outro lado, discordam de Mill sobre a racionalidade ser o resultado de uma certa situação social favorável, e o caracterizam como um “estado de espírito”: “Imparcialidade se alcança pelo exercício da imaginação: ao se colocar no lugar de outros, levando em consideração os interesses e desejos de cada pessoa e então pesando todas as preferências em ordem para decidir sobre um curso de ação que trará satisfação máxima” (THOMPSON, 1986, p. 104). Segundo Thompson, essa técnica para pensar sobre racionalidade é útil na reflexão sobre interesses e objetivos que as pessoas têm, mas não sobre interesses e objetivos que as pessoas **deveriam** ter. Para Mill, a reflexão sobre como os indivíduos **deveriam** pensar, como juízos racionais feitos para o bem comum podem ser alcançados, é central. Nesse sentido, as mulheres, como os trabalhadores, não são os indivíduos recomendados para a tomada de decisão política. A teoria da representação de Mill baseia-se em reservar a política formal àqueles que, pela sua situação social, estão mais próximos da racionalidade necessária para conceber o que é o bem comum.

Por outro lado, a autora questiona Mill sobre a possibilidade de racionalidade emergir apenas de um contexto específico. Não é possível imaginar que o interesse da mulher na família pode ser fonte de um ponto de vista passível de ser chamado racional? (THOMPSON, 1986, p. 105). Tradicionalmente, a teoria política, na linha do pensamento de Mill sobre representação, procurou definir grupos que seriam mais capazes de pensar o melhor para a coletividade. O pensamento de Marx, para Thompson, também é exemplo disso – mas, subvertendo o argumento de Mill, que defende a classe privilegiada como mais apta a representar o bem coletivo, Marx localiza o trabalhador como o sujeito político mais capaz de entender o melhor para a sociedade.

Livrarmo-nos dessa idéia de que algum grupo, por sua posição social, está mais apto a compreender o que é o bem social nos apresenta um problema fundamental: a virtual impossibilidade de consenso. Essa impossibilidade foi tradicionalmente afastada da teoria política pela limitação daquilo que pode ser visto legitimamente como bem comum. A alternativa, que abre as possibilidades de representação e do que pode ser visto legitimamente como parte do bem social, seria resolvida pela teoria do discurso e da racionalidade de

Habermas,¹⁴ segundo Thompson (1986, p. 110). A racionalidade, exercida em um espaço ideal de discurso e construção de consenso,

quer dizer não apenas que eles (os indivíduos) estão dispostos a se comunicar e criticar livremente, mas que eles estão comprometidos com a remoção das restrições reveladas no processo de tentar lidar com seus problemas. Na medida em que os modos de vida de mulheres (e homens) se apresentarem como obstáculos para a sua participação, mudanças sociais precisariam ser feitas (THOMPSON, 1986, p. 111).

Isso significa que o consenso é possível na medida em que os interesses específicos a determinados grupos, como as mulheres, não são entendidos como particularistas, porque os participantes da discussão não são entendidos como incapazes de empatia. Dessa forma, problemas próprios das mulheres, por exemplo, passam a ser compreendidos como gerais: representam as mesmas

questões levantadas pela crise do meio ambiente; pela tecnologia reprodutiva, como debate sobre o significado da biologia masculina e femininas; e pelos problemas causados pelo conflito entre demandas por liberdade individual e necessidade de coesão social. Se vão haver **soluções racionais para esses problemas, ou seja, soluções que não são apenas a imposição dos interesses de um grupo sobre os demais, elas apenas serão descobertas por meio do tipo de discurso a que Habermas visa** (THOMPSON, 1986, p. 111).

Há uma outra dimensão do modelo organizacional de Allison que merece consideração pelas dinâmicas de gênero que ela implica. A estrutura institucional, diz Sylvester, funciona de maneira tal que indivíduos perdem sua identidade – ou produzem um tipo específico, público, dela – ao participarem dos seus processos de reprodução. No processo de formação de identidade em atividades políticas formais, Peterson e Runyan (2006) identificam uma socialização em termos de “comportamento masculino apropriado” como resultado de três características das estruturas políticas.

Primeiro, avanços políticos requerem liderança “apropriada”, experiência educacional e ocupacional. Esses critérios discriminam mulheres que estruturalmente acessam menos ou diferentes recursos. A separação público/privado – mantida por estruturas ideológicas informais – alimenta exclusão política feminina. Isso porque a divisão do trabalho é informada por estereótipos de gênero – há o “trabalho dos homens” e o “trabalho das mulheres”; indivíduos enfrentam constrangimentos ou percebem oportunidades de alocação

14 Ver nota de rodapé 4.

no mercado de trabalho de acordo com esses estereótipos. Nossa visão sobre o tomador de decisão e o espaço por ele ocupado entra também nessa divisão de trabalho.

A segregação horizontal e vertical das mulheres na força de trabalho afeta o acesso ao poder político. Horizontalmente, mulheres estão concentradas em menos ocupações que os homens e os empregos nos quais as mulheres constituem maioria – trabalho administrativo, magistério, economia doméstica, cuidado de crianças ou idosos, enfermagem – não são as mesmas profissões que parecem particularmente compatíveis com alcançar e manter o poder político; essas últimas, profissões nas quais as mulheres são menor número nos cargos mais altos, estão ligadas ao Direito, ao trabalho militar, ao funcionalismo público e ao empresariado (PETERSON e RUNYAN, 2006, pp. 90-91).¹⁵

Em segundo lugar, instituições associadas com política e poder – historicamente dominada por homens – mantêm-se masculinas das seguintes maneiras: traços comportamentais considerados apropriados e por vezes essenciais para o sucesso político ainda são estereotipicamente masculinos; horários e locais de reunião, assim como redes e atividades de socialização são, na prática, convenientes para rotina dos homens e sua mobilidade geográfica; temas de importância central não são os mais imediatamente relevantes para as mulheres (“questões femininas” ainda são periféricas para a política convencional).

Peterson e Runyan (2006, p. 94) ainda identificam uma terceira barreira institucional: a discriminação direta contra mulheres. Como resultado geral dessa identificação entre decisor político e masculinidade,

mulheres individuais que buscam posições de liderança devem lutar contra os estereótipos que elas próprias internalizaram e também com o fato de que estereótipos em geral alimentam resistência à idéia das mulheres como atores políticos. Finalmente, para mulheres que, de fato, alcançam posições de poder, expectativas sobre o comportamento “feminino” apropriado entram com frequência em conflito com as qualidades requeridas para a liderança bem-sucedida. Em resumo, estereótipos de gênero sugerem que mulheres apropriadamente femininas (passivas, dependentes, domésticas, envolvidas na satisfação de necessidades familiares e privadas) são por definição inapropriadas como agentes políticos (ativos, autônomos, orientados para o público; envolvidos na satisfação de necessidades

15 Segundo dados da UNIFEM, em relatório de 2006, as mulheres são entre 10 e 19% da maioria das assembleias legislativas municipais e estaduais, e eram apenas 6% do parlamento federal em 2000. Na administração pública federal, eram, na mesma época, 15% dos cargos de hierarquia superior. No setor privado e no judiciário, o número de mulheres em posições de destaque fica em torno de 20%. O relatório da UNIFEM está disponível em <http://www.mulheresnobre.org.br/>. Último acesso em 28/10/2009. Na esfera militar, por razões institucionais que barram seu acesso, as mulheres não têm cargos de alto nível hierárquico ou alto poder decisório.

coletivas, não pessoais) (PETERSON e RUNYAN, 1998, p. 84).¹⁶

Carol Cohn (1987) reforça esse argumento. Em seu estudo sobre universo discurso das elites de segurança nacional, mostra o papel da masculinidade na conformação de paradigmas e práticas da política nuclear dos EUA. Ela analisa o gênero como metáfora e sistema de significado no terreno da segurança nacional. O uso de métodos etnográficos, observação participante, entrevistas, análises de textos escritos e visuais de cultural popular e informativos serve para demonstrar que a linguagem, como meio necessário de contato com a realidade, não é neutra. Em nossos esforços de representação da realidade, nós também a construímos e conformamos. No caso dos especialistas em estratégia nuclear e o discurso de segurança, “o discurso tecnoestratégico depende da separação radical entre pensamento e sentimento, na necessidade reconhecida de excluir emoções do pensamento racional (ou ainda, excluir o que possa ser **entendido** como emoções)” (COHN, 2006, p. 93).

A autora declara, após ter ficado impressionada com a “normalidade” dos homens envolvidos nesse processo – eles são descritos como homens de “charme, humor, inteligência, preocupação e decência” (COHN, 1987, p. 354) –, que o objetivo do trabalho se tornou entender como esses homens podem estar envolvidos em uma empresa, para ela, tão fundamentalmente destrutiva. O artigo é também um relato da “experiência em um mundo no qual homens discutem, calma e cotidianamente, armas, estratégia e guerra nucleares”.

O que ela observou foi o uso de abstração e eufemismos, que distanciam o orador e o ouvinte das realidades do holocausto nuclear. O uso de eufemismo chega ao ponto de funcionar invertendo significados: o míssil MX, com capacidade destrutiva de 250 a 400 vezes a da bomba usada em Hiroshima, é chamado, pelos analistas, de “arma de contenção de danos” (“*damage limitation weapon*”) (COHN, 1987, p. 355).

A linguagem desses especialistas, segundo Cohn, também serve para percebermos como a existência dos dispositivos nucleares mudou e distorceu nossa percepção de mundo. Essencial para o trabalho desses estrategistas é a clivagem entre imagem e realidade que caracteriza a linguagem tecnoestratégica:

[o uso do termo] “bombas limpas”¹⁷ nos diz que a radiação é a única parte

16 Sobre incompatibilidade entre papéis femininos e liderança política, contribui para essa discussão grande parte da literatura sobre cotas afirmativas para mulheres. Ver: Lúcia Avelar, “Mulheres na elite política brasileira”; o capítulo traduzido de Nancy Fraser, “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”, no livro organizado por Jessé Souza, “Democracia hoje”; o artigo previamente citado de Luís Felipe Miguel, “Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e ‘Singularidade Feminina’”; e Anne Phillips, “The Politics of Presence”.

“suja” de matar pessoas. Indo um passo além, tais frases podem mesmo parecer saudáveis/curativas/corretivas. Dessa maneira, não temos apenas “bombas limpas”, mas também “ataques cirúrgicos” (contra-ataques que supostamente podem “derrubar” – ou seja, destruir com acurácia – as armas ou centros de comando do oponente sem causar dano significativo a qualquer outra coisa). A imagem da incisão da arma ofensiva é de uma ridicularidade inenarrável quando o instrumento cirúrgico não é um bisturi delicadamente controlado, mas uma ogiva nuclear (COHN, 1987, p. 355).

A autora também identifica um subtexto sexual na linguagem dos especialistas de defesa¹⁸; ela também encontra uma narrativa que perpassa a criação e o emprego das armas nucleares, a da criação como “parto masculino”¹⁹. A abstração, o eufemismo, a sexualização e o “parto” são todos recursos lingüísticos que permitem o trabalho dos envolvidos no planejamento e emprego das armas nucleares. Eles servem para distanciar os indivíduos do impacto humano e real dessas armas. A linguagem racional, abstrata e desapegada, no caso dos estrategistas estadunidenses em guerra nuclear, é parte fundamental da sua identidade. Mais importante, ela determina uma divisão essencial entre os participantes da elaboração das estratégias e aqueles que estão exteriores ao processo, principalmente os opositores da guerra nuclear. A linguagem da estratégia nuclear, que serve principalmente para distanciar o discurso do referente humano, é incompatível com o diálogo do pacifista ou do ativista antinuclear.

aqueles de nós que acreditam que a política nuclear dos EUA está sendo mal

17 De acordo com Carol Cohn, “bomba limpa” é o termo usado para os dispositivos de fusão, em vez de fissão, que, por isso, liberam uma maior quantidade de energia como poder explosivo e menos como radiação (COHN, 1987, p. 354).

18 O argumento de Cohn é baseado em declarações em inglês, que usam linguagem coloquial, ou de termos usados como jargão cujo subtexto sexual depende da compreensão da plurissemia no idioma original, o que torna a citação de difícil tradução. Por isso, segue nessa nota trecho original retirado do artigo de Cohn: *“American military dependence on nuclear weapons was explained as ‘irresistible, because you get more bang for the buck.’ Another lecturer solemnly and scientifically announced ‘to disarm is to get rid of all your stuff.’ (This may, in turn, explain why they see serious talk of nuclear disarmament as perfectly resistable, not to mention foolish. If disarmament is emasculation, how could any real man consider it?) A professor’s explanation of why the MX missile is to be placed in the silos of the newest Minuteman missiles, instead of replacing the older, less accurate ones, was ‘because they are the nicest hole – you’re not going to take the nicest missile you have and put it in a crummy hole.’ Other lectures were filled with discussion of vertical erector launchers, thrust-to-weight ratios, soft lay downs, deep penetration and the comparative advantages of protracted versus spasm attacks – or what one military adviser to the National Security Council has called ‘releasing 70 to 80 percent of our megatonnage in one orgasmic whump.’* (COHN, 1987, p. 355).

19 Segundo a autora, as imagens do discurso dos cientistas nucleares envolvidos no projeto da primeira bomba atômica “sugerem o desejo dos homens de se apropriarem do poder das mulheres de dar vida, que combina criação e destruição (...) Em Los Alamos, referiam-se à bomba atômica como “o bebê de Oppenheimer” (...) Em Lawrence Livermore, referiam-se à bomba de hidrogênio como “o bebê de Teller”, ainda que aqueles que queriam denegrir Teller, diminuindo o valor de sua contribuição, diziam que ele não era o pai da bomba, mas sua mãe.” (COHN, 1987, p. 357). Segundo a autora, o uso dessas imagens, que confundem o poder tecnológico de destruição com criação, invertem o poder destrutivo do homem e afirmam, em seu lugar, o poder de criação de uma nova vida e um novo mundo.

conduzida, de maneira desesperadora, enfrentam um sério dilema. Se nos recusamos a aprender a linguagem [tecnocrática], está virtualmente garantido que nossas vozes vão ser mantidas fora do espectro de opinião “politicamente relevante”. Não obstante, se de fato nós aprendemos a linguagem, não apenas limitamos severamente aquilo que podemos dizer, mas também convidamos a transformação, a militarização, do nosso pensamento (...).

Muito da sua afirmação de legitimidade [dos intelectuais de defesa] é a afirmação da objetividade resultante da especialização técnica e da rejeição disciplinada de valências emocionais que possam ameaçar a objetividade. Se a superfície do discurso – suas abstrações e seus jargões técnicos – aparenta inicialmente apoiar essas afirmações, um olhar abaixo da superfície não o faz. Aí estão as correntes de excitação homoerótica, dominação heterossexual, o impulso pela competência e maestria, o prazer da participação em uma elite ou grupo privilegiado, a importância e significado último de ser membro do sacerdócio e o poder emocionante de se tonar a Morte, destruidor dos mundos. Como é possível manter todos esses elementos como paradigma de fria objetividade? (COHN, 1987, p. 360)

A desconstrução da legitimidade que está pressuposta na racionalidade do decisor, no caso da estratégia nuclear, diz Cohn, deve servir para que essa não seja a única linguagem considerada legítima no debate sobre política nuclear. Nesse sentido, a discussão de Cohn está bem próxima da desenvolvida por Thompson.

Para evitar uma visão simplista da experiência feminina em esferas de poder é preciso considerar que as mulheres podem se aproveitar e, com frequência, se aproveitam de estereótipos de gênero para galgarem posições de liderança. Essas estratégias, no entanto, acabam reforçando o pensamento dicotômico, ainda que privilegiem algumas mulheres individualmente.

Duas são as possibilidades para as mulheres que pretendem ascender a altos postos políticos. Ambas as possibilidades não desafiam fundamentalmente o pensamento dicotômico e hierárquico, nem hierarquias de gênero. Mulheres atuando em altos cargos políticos podem adotar identidade da “mulher tradicional” – símbolo materno de união e cuidado, de proteção, transmissão dos valores culturais de homogeneidade política – ou identidade que as autoras chamam de “homem honorário”.

Esse fenômeno traz à tona questionamentos sobre o que são afinal os objetivos do feminismo ou o que seria uma remodelação de instituições para distanciar-las do masculinismo? É isso o mesmo que buscar incorporação de mulheres nas instituições? O que são “valores femininos” ou “antimasculinistas”? Como se traduziriam institucionalmente esses valores se fôssemos capazes de identificá-los? É importante lembrar mais uma vez a sugestão de Sylvester: se a participação feminina nas esferas decisórias institucionais parece dilemática, o primeiro passo é reconhecer as relações inevitáveis entre nossas identidades

pessoas, os discursos sobre gênero e as instituições políticas. A consciência crítica sobre essas relações, se não nos permite escapar dos paradoxos da relação entre agência política e identidades de gênero, permite que os manejemos mais criticamente.

2.4. Cidadania no Estado moderno liberal – o contrato sexual

Como se relacionam gênero e o conteúdo da soberania e do Estado liberal? Como nossa compreensão dessas realidades políticas está envolvida na realidade das identidades e experiências de homens e mulheres?

Esta seção lida com os questionamentos em duas etapas. Primeiro, avalia-se o conteúdo problemático da soberania e segurança nacional na construção hierárquica e dicotômica do “eu” e do “outro” no trabalho de Mearsheimer, uma das correntes que informam o pensamento recente do realismo em RI. Em seguida, o argumento de Carole Pateman sobre os pressupostos de gênero do contratualismo é analisado em perspectiva.

Adaptando a narrativa maquiavélica, Mearsheimer constrói seu argumento sobre a segurança nacional: a sobrevivência da comunidade política é o fim último das políticas de segurança. As políticas de poder que garantem a sobrevivência do Estado, contudo, são definidas pelos resultados no longo prazo, o que desloca o julgamento sobre efetividade da racionalidade das políticas de poder para um futuro indeterminado. Inseguranças momentâneas são submetidas a uma segurança permanente futura. Pequenas guerras, agora, são garantia de sobrevivência mais tarde. O mais alto nível de segurança da comunidade política é definido, em última instância, pela subjugação das outras comunidades políticas: o impulso último da segurança nacional é a construção do império.

Mesmo quando uma grande potência alcança uma vantagem militar distinta sobre seus rivais, ela continua procurando oportunidades para acumular mais poder. A busca por poder para apenas quando se alcança a hegemonia. A idéia de que uma grande potência pode se sentir segura sem dominar o sistema, contanto que ela tenha uma “quantidade apropriada” de poder, não é persuasiva, por duas razões. Primeiro, é difícil avaliar quanto poder relativo um Estado precisa sobre seus rivais para se sentir seguro (...). Em segundo lugar, determinar quanto poder é suficiente torna-se ainda mais complicado quando grandes potências contemplam como o poder será distribuído entre elas dez ou vinte anos adiante (...). Considerando as dificuldades em determinar quanto poder é necessário para hoje e amanhã, grandes potências reconhecem que a melhor maneira de garantir sua segurança é alcançar a

hegemonia no presente, eliminando assim qualquer possibilidade de desafio por outra potência (MEARSHEIMER, 2001, pp. 34-35).

O medo é outra variável essencial nos cálculos sobre segurança – a competição de segurança é diretamente proporcional ao medo de um Estado com relação aos outros. Medo é resultado do fato de que “potencial ofensivo está sempre presente”, de que ausência de autoridade central significa que não há restrição ao uso desse potencial ofensivo por um Estado sobre o outro e da incerteza a respeito das intenções de outro Estado. Poder é, para Mearsheimer, poder militar: principal instrumento no controle territorial, que é o objetivo primário do poder político. Diante do medo, a garantia de segurança se dá pela conquista territorial com uso do poder militar, ou seja, pela subordinação de um Estado ao poder político de outro (MEARSHEIMER, 2001, p. 43). Outros interesses podem ser perseguidos pelo Estado, mas necessariamente subordinados aos interesses de segurança, ou seja, considerados politicamente apenas depois que a segurança nacional esteja garantida. No entanto, pelos pressupostos de Mearsheimer, em que a segurança só se garante absolutamente em situações de hegemonia, isso quer dizer que, entre um objetivo de segurança e qualquer outro, há uma clara hierarquia – o acúmulo de poder subordina a prosperidade econômica, a unidade nacional, a garantia dos direitos humanos.

Ser um hegemon – ter capacidade dissuasória inquestionável – é a melhor garantia de segurança, porque nenhum outro estado poderia seriamente ameaçar poder indubitavelmente superior. Segundo Mearsheimer, seu argumento diferencia-se do de Waltz²⁰ por sua defesa de que a maximização de segurança só vem com a maximização do poder. “Sobrevivência requer agressividade.”

A forma como Mearsheimer constrói os pressupostos da segurança nacional é extremamente problemática por suas nuances hierárquicas e autoritárias. Ao discutir as dificuldades de convencimento da opinião pública estadunidense sobre a importância do realismo, o discurso de segurança torna-se algo a ser realizado **apesar** da população, ainda que em seu nome. Essa distância entre os valores nacionais e as demandas da defesa nacional é, em Mearsheimer, a distância entre prática e retórica política.

Porque os americanos não gostam da *realpolitik*, o discurso público sobre política externa nos Estados Unidos é usualmente amaciado pela linguagem do liberalismo. Por isso os pronunciamentos das elites políticas levam uma forte dose de otimismo e moralismo. Acadêmicos norte-americanos são especialmente bons em promover o pensamento liberal no mercado das

20 Ver seção 2.5.

idéias. A portas fechadas, contudo, as elites que fazem a política de segurança nacional falam principalmente a linguagem do poder, não a dos princípios, e os Estados Unidos agem no sistema internacional de acordo com o que dita a lógica realista (...) Como é possível escapar impune dessa contradição entre retórica e política? A maior parte dos americanos aceita essas racionalizações porque o liberalismo está profundamente enraizado em sua cultura. Como resultado, eles acham fácil acreditar que estão agindo de acordo com seus “caros princípios”, e não de acordo com considerações frias e calculistas. (MEARSHEIMER, 2001, p. 27).

Mearsheimer critica chefes de Estado que deliberadamente agem contra o que seria o interesse nacional, definido racionalmente, e baseia sua interpretação em pressupostos extremamente problemáticos sobre a natureza humana. Isso tudo se soma na definição do caráter especial das políticas de segurança. O autoritarismo da sua visão sobre como determinar o interesse nacional e como garanti-lo não é o único problema do retrato que ele pinta sobre a oposição público/tomadores de decisão. A construção do Outro implícita na sua abordagem é também passível de crítica.

Para Rob Walker, depende da exclusão dos diferentes, no interior dos Estados, a construção da idéia de comunidade política universal e internamente coesa. A legitimidade do poder estatal unificado passa a ser vista como conseqüência da “identidade alcançada pela sociedade em torno de valores e propósitos comuns” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p 199).²¹

Na mesma linha de pensamento, Richard Ashley argumenta que a divisão interno/internacional é uma artificialidade justificada pela “prática heróica” do Estado. Essa prática é a proteção da sua população nacional e, de acordo com a lógica da oposição construída pelo discurso estatal, a população estaria, sem essa prática, sujeita a incertezas do sistema internacional.²² O sistema internacional, conseqüentemente, passa a ser caracterizado, pela reprodução dos discursos tradicionais sobre o Estado, como amoral. Para os indivíduos, viver à margem da organização política e moral no interior das fronteiras dos países se traduziria em múltiplas inseguranças. As ameaças apresentadas pela “anarquia internacional” reforçam a filiação necessária de todos os indivíduos a um Estado nacional (BARROS, 2006, pp. 57-58). O discurso da anarquia e da distinção doméstico-internacional é o discurso que possibilita, assim, a universalização do Estado como unidade central do sistema.

21 Ver Walker, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

22 Ver Ver Ashley, R. K. “Untying the Sovereign State: a Double Reading of the Anarchy Problematique” in: **Millenium: Journl of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1998.

Ashley oferece uma contribuição importante para a crítica ao estadocentrismo das Relações Internacionais ao evidenciar que tanto a unidade quanto os fundamentos do Estado são instáveis, que “não há significados fixos, terreno seguro, interpretação profunda” e que “as interpretações devem ser compreendidas como práticas de dominação que têm lugar na superfície da história” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 199).

Barros (2006) afirma, segundo Campbell,²³ que

a noção de “perigo” serve para reafirmar espaços morais criados para definição de fronteiras éticas e territoriais através do estabelecimento das dicotomias “dentro/fora”, “eu/outro”, “doméstico/estrangeiro”. A partir de um “discurso do medo” que mostra o fora, o outro, o estrangeiro, como fonte de perigo os Estados reafirmam suas fronteiras éticas, ou, suas identidade, e conseqüentemente suas fronteiras territoriais (BARROS, 2006, p. 73).

A visão do “outro” nos termos de Mearsheimer é negativa, porque dificulta a superação contemporânea do desafio do Estado liberal de inclusão doméstica do diferente e dos grupos que foram tradicionalmente marginalizados no discurso moderno: mulheres, ambientalistas e demais minorias.

A saída para redefinir a construção da teoria e o pensamento sobre segurança e soberania baseada no medo nas RI é o **perspectivismo**. Disso depende considerar o momento etnológico de encontro entre eu e o outro como recurso para auto-avaliação e modificação substancial, não apenas na forma de ver o outro, mas também da forma como o eu percebe a si próprio e a sua cultura (BARROS, 2006, p. 95). O desafio do perspectivismo, logo, é conceber e lidar com as dificuldades particulares que cada Estado tem para “fixar” significados da sua prática política da soberania estatal, tanto de si quanto do outro.

O perspectivismo pode não resolver a questão da existência inegável de capacidades ofensivas dos exércitos nacionais. Ele, não obstante, é uma contraposição interessante às proposições de Mearsheimer, por permitir uma reflexão sobre as bases do medo entre comunidades políticas e o dilema de segurança. Mais ainda, assim como Elshtain e seu discurso da virtude cívica, permite uma discussão sobre o interesse e segurança nacionais que é inclusiva e pressupõe uma população informada ou capaz de se informar sobre a participação de seu Estado no sistema internacional, sendo mais democrática na construção do projeto de Estado tanto na esfera doméstica quanto internacional.

O perspectivismo, em comparação à segurança como projeto de império de

²³ Ver Campbell, David. **National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1998.

Mearsheimer, não depende da hierarquização indiscutível de prioridades nem do binarismo entre autoridade centralizada/anarquia sistêmica. Essas divisões binárias e hierarquias políticas, discutiu-se até agora, alimentam e são alimentadas por divisões binárias e pensamento hierárquico presente na constituição de nossas identidades pessoais e conformam não só o relacionamento internacional, mas também o interpessoal.

A problematização dessa divisão interno/internacional, pelo argumento de Walker e Ahsley, é passo importante para a superação dos argumentos de segurança tradicional e aproximação com o perspectivismo. Os dilemas da esfera civil de liberdade são parte dessa reflexão perspectivista sobre os significados que construímos para “Eu” e o “Outro”. No caso das sociedades ocidentais, questionar a ordem do espaço doméstico, trazendo à tona as dinâmicas que colocam em xeque a sua identificação com liberdade e segurança, é necessário para operacionalizar a abordagem perspectivista. Nesse caso, a variável gênero vai ser, mais uma vez, bastante útil. É o espaço interno, da sociedade civil caracterizada como espaço da realização das liberdades individuais, que Carole Pateman vai criticar em O Contrato Sexual (1989). O pensamento de Pateman levanta várias questões pertinentes à análise das formas de construção da segurança nacional que podem ser problemáticas para minorias e grupos excluídos da condição de “protetores”.

O contrato sexual é parte integral da escolha presente no contrato original. Em sintonia com Elshtain, o contratualismo em Pateman também é uma história, uma que procura fazer sentido da formação de uma sociedade civil e de novas formas de direitos políticos.

O contrato social estabelece o patriarcado moderno, mas a dimensão sexual da história do contrato social não é geralmente discutida – deficiência da teoria política que Pateman vai procurar suprir. A relação entre contrato social e construção de liberdade dá-se pelo estabelecimento de uma sociedade civil: submeter-se à autoridade civil do Estado substitui o controle patriarcal próprio do medievo.

Por outro lado, esse contrato renova, mas mantém a sujeição das mulheres, reorganizando o acesso dos homens ao corpo das mulheres. Ele não é contrário ao patriarcado, mas sua forma moderna. O livro de Pateman é a análise de quatro situações, na sociedade moderna, em que a participação da mulher na sociedade civil não significa liberdade, mas subordinação: o contrato do casamento, a prostituição, o trabalho doméstico e a “barriga de aluguel”. Ela pretende demonstrar que a esfera doméstica da sociedade civil, construída discursivamente como espaço do gozo da liberdade individual, apresenta um reverso, que é também sua base: a subordinação feminina. Em todos esses casos, a passagem

para uma sociedade civil liberal não significou o fim da sujeição, apenas seu reenquadramento.

Patriarcado, afirma Pateman, não se trata apenas do controle paternal, mas também marital. Os contratualistas originários, apesar de se oporem à primeira forma de controle, reificam a segunda. A teoria clássica do contrato é incapaz de perceber essa manobra porque está centrada apenas na construção da esfera pública da sociedade civil, enquanto a esfera privada é considerada politicamente irrelevante.

O artifício do estado de natureza é usado para explicar porque, dadas as características dos habitantes da condição natural, a entrada no contrato original é um ato racional. O ponto crucial que está sendo omitido é que os habitantes são sexualmente diferenciados e, para todos os autores clássicos (com exceção de Hobbes), uma diferença em racionalidade resulta da diferença sexual natural (PATEMAN, 1988, p. 7).

Hobbes é a única exceção entre os contratualistas no que diz respeito à relação entre racionalidade e diferença sexual. Para os demais contratualistas, a diferença sexual significa racionalidade deficiente das mulheres, incapacidade e exclusão do contrato original. Em Hobbes, as mulheres não são menos capazes racionalmente. No entanto, a necessidade de garantir o bem-estar da prole é exclusivamente sua. O cuidado com os filhos as coloca em situação de desvantagem no ambiente hostil do Estado de Natureza, respondendo pela submissão das mulheres aos homens ainda nessa etapa – quando os últimos estabelecem o contrato civil, a subordinação feminina, como nas outras narrativas da teoria política moderna, já é a norma.

Firmado o contrato de fundação do Estado civil, a peculiaridade de excluírem-se as mulheres do contrato hipotético reflete-se em contratos firmados cotidianamente: o caso da prostituição, do casamento, do trabalho doméstico e da barriga de aluguel. Esses casos são exemplos, no Estado moderno liberal, do que Pateman chama “subordinação civil”. Eles também se referem a um tipo muito particular de propriedade, à propriedade do indivíduo sobre sua pessoa. Isso porque não apenas a racionalidade é característica essencial das partes originais do contrato social. A propriedade individual sobre si é a outra característica essencial que caracteriza o Estado civil como o Estado de liberdade.

Dessa forma, a definição do contrato constitui os indivíduos que dele fazem parte. De fato, a ideia de um contrato – de um acordo entre indivíduos – como fundamento da sociedade depende da percepção de que todos são iguais em sua capacidade racional e propriedade de si. O direito político é resultado do reconhecimento mútuo das partes de um contrato como

iguais, enquanto o consenso entre iguais, simultaneamente, oferece legitimidade ao acordo político. A exclusão das mulheres do contrato é também sua exclusão da categoria de indivíduos, porque, para elas, a propriedade de si é inexistente. Como dito, os contratualistas estabelecem que a subordinação feminina é a regra ainda no Estado de Natureza.

Para além disso, a forma como narramos a origem das sociedades fundadas no direito liberal faz com que contratos, em geral, sejam vistos como paradigmas da relação entre iguais, do assentimento livre. Por causa da manobra de exclusão, no entanto, os contratos analisados por Pateman – representativos não do acordo entre iguais, mas da submissão e da negação de uma das características básicas do indivíduo político, a propriedade sobre si – são possíveis no contexto de uma sociedade liberal. Os contratos que as mulheres firmam, porque elas não são indivíduos políticos, não são propriamente políticos e não são uma expressão da igualdade e liberdade como propriedade de si, são a formalização da hierarquia, subordinação e, por isso, diz Pateman, que o Estado Moderno não suprime a submissão das mulheres, mas apenas “rearranja” os modelos de distribuição do acesso dos homens a seus corpos.

Apenas homens possuíam características necessárias para entrar na esfera pública, celebrar contratos, serem indivíduos. A exclusão das mulheres da categoria de indivíduos foi etapa importante da construção das instituições modernas. Mulheres, na passagem do estado natural para o civil, são incorporadas em um âmbito que não é exatamente um nem o outro, mas algo dos dois. “A esfera privada é parte da sociedade civil mas é separada da esfera civil” (PATEMAN, 1988, p. 11). A antinomia entre público/privado é expressão da diferença entre natural/civil, submissão/liberdade. A esfera privada é pressuposta como necessária e, no entanto, tratada como marginal ao espaço público. “A diferença sexual é, na sociedade liberal, a diferença entre liberdade e submissão” (PATEMAN, 1988, p. 6). A discussão de Pateman procura esclarecer a impossibilidade do pressuposto que “indivíduos” podem ser separados dos seus corpos sexualmente diferenciados, trabalhando a dimensão pública do patriarcado. O poder associado historicamente à figura do pai, o poder exercido por homens como homens, são formas originais de poder. A isso se contrapõe a organização política baseada no indivíduo, próprio da modernidade. O fato de que as instituições analisadas por Pateman – prostituição, casamento, trabalho doméstico, barriga de aluguel – se perpetuam significa que o contrato sexual, como subjacente ao contrato social e como reforço da exclusão das mulheres da individualidade política, ainda é central para as sociedades liberais.

A partir dessa análise, é possível perceber discontinuidades do discurso liberal, quando, na esfera pública, vemo-nos capazes de firmar contratos de subordinação. O contrato

do casamento, como concebido originalmente, é o que deixa mais clara a dependência entre liberdade e subordinação civil – e a possibilidade de existência simultânea dessas categorias. Não só a possibilidade de sua existência, mas, de fato, a conexão entre sua existência e as identidades masculinas, femininas e do indivíduo sujeito de direitos. “O contrato de casamento, diferente de quaisquer outros contratos válidos, requer que uma das partes abra mão do direito de auto-proteção e integridade corporal” (PATEMAN, 1988, p. 163) – por isso, e pela ausência de alternativas para a mulher socialmente, o contrato de casamento não é similar a outros contratos civis de submissão. Por outro lado, e por essas mesmas razões, ele é exemplar para entendermos a idéia de proteção do Estado como subordinação – das formas pelas quais servilidade se infiltra na liberdade civil. Os maridos podem não gozar dos mesmos direitos extensivos sobre suas esposas que o contrato do casamento costumava estabelecer. Contudo, o pressuposto de que o contrato do casamento significa o acesso irrestrito do marido ao corpo da mulher ainda vige na doutrina penal do direito brasileiro.²⁴

O caso do trabalho doméstico também é, para Pateman, ilustrativo. A família nuclear como conhecemos hoje só se forma entre os séculos XVII e XVIII. Antes, o *status* da esposa estaria mais próximo ao de servo, ou de uma forma particular de trabalhador. A negação dos direitos das mulheres sobre o próprio corpo, aqui, funciona de maneira análogo a no caso do casamento. Em relação ao trabalho doméstico, contudo, a aproximação que Pateman faz é entre o direito do marido sobre o trabalho da mulher e o direito do senhor sobre o do escravo (PATEMAN, 1989, p. 123). Donas-de-casa se aproximam do trabalho escravo ao receberem, em troca dele, apenas os meios de subsistência. Diferenciam-se de outros trabalhadores, contudo, porque em outros casos, o contrato de trabalho é considerado público. Esse pensamento está muito próximo às análises por feministas que, em RI, dedicam-se ao estudo da economia internacional. Grande parte delas tem como principal interesse a discussão das formas pelas quais o trabalho reprodutivo, ou o trabalho doméstico gratuito, é base das estruturas econômicas ou de garantia de lucro capitalista.²⁵

A prostituição, inequivocamente defendida pelos contratualistas (PATEMAN, 1989, p.

24 Sobre a questão do estupro conjugal no direito brasileiro, ver Bárbara Martins, “Do estupro conjugal”, disponível em: http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=495&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5. Acesso: 17/11/2009.

25 Ver Tickner, “Gender in the Global Economy”, em seu livro “Gendering World Politics”; Maria Mies, “Patriarchy and Accumulation on a World Scale”; Prügl, “What is Worker? Gender, Global Restructuring and the ILO Convention on Homework”, no livro editado por Prügl e Mary K. Meyer, “Gender Politics in Global Governance”; e Chistine Chin, “In Service and Servitude: Foreign Female Domestic Workers and the Malaysian ‘Modernity Project’ ”.

190) é outra forma de contrato que precisaria ser entendida politicamente, ainda que seja comumente identificada como uma questão moral. A prostituição é a instituição na qual o contrato de acesso ao corpo das mulheres é mais patente. Entre grande parte dos contratualistas, a prostituição não é entendida como o “aluguel” – que Pateman identifica com “escravidão temporária”- do corpo feminino, mas como um contrato de trabalho comum, a partir do qual são negociados “serviços sexuais” (PATEMAN, 1989, p. 191). A identificação primária das prostitutas com a subordinação e a sexualidade não permite Pateman subscrever a essa interpretação. No contrato de prostituição, a prostituta vende-se, mesmo que temporariamente.

Impossível não pensar que haja uma relação entre essas instâncias de servilidade e as formas pelas quais entendemos as implicações da segurança estatal. A idéia de que o Estado liberal aceita instâncias de subordinação e hierarquia, da troca de liberdade por proteção, será explorada ainda no próximo capítulo. O uso da experiência feminina serve, mais uma vez, para esclarecer as discontinuidades no discurso estatal que implicam permissividade em relação ao estabelecimento de hierarquias entre seus cidadãos – e, conseqüentemente, entre as prioridades políticas estatais.

2. 5. Nacionalismo – “Nós” e “Outros”. Ou seriam “Outras”?

A liberdade oferecida pelo Estado é também subordinação, se entendermos o contrato social como função de um contrato sexual anterior. Essa subordinação é fortalecida pelos mitos criados sobre masculinidade, feminilidade e cidadania. Esses mitos são instrumentalizados pelo tomador de decisão racional, construído como homem, agindo sobre o medo do Outro que baseia a soberania e reforça a necessidade de proteção pelo Estado. As dicotomias masculinistas que permeiam nossa experiência estatal individual de eu/outro, interno/internacional, segurança/ameaça, liberdade/subordinação, masculino/feminino, protetor/protégido são unidas ainda por outra narrativa – a da nacionalidade.

A discussão de Waltz sobre as causas da guerra, em seu livro de cinquenta e nove, Q H o m e m, o E s t a d o e a G u e r r a, é bem conhecida. Rebatendo tentativas de demonstrar causas da guerra, ou soluções para esta, ele se opõe às explicações para o conflito internacional que se baseiam na natureza humana ou na característica dos Estados. O livro baseia a concretização

posterior do realismo estrutural, ou sistêmico, da Teoria da Política Internacional. Ao buscar explicações sistêmicas para a guerra nesse ensaio inicial, Waltz oferece argumentos que servirão de pressuposto para sua teoria sistêmica e que valem a pena ser discutidos.

O Estado como unidade funcionalmente sem diferenciação foi citado pela interpretação de Sylvester. Mas isso não o esgota como discurso – essa construção depende da compreensão do relacionamento entre nacionalismo, sistema internacional e indivíduos que retoma questões já abordadas, mas que merecem mais ampla discussão.

Estado pode ser considerado unidade se for capaz de formular e fazer lei como se fosse vontade geral. O “realismo” waltziano impede-o de elaborar qualquer narrativa rósea sobre essa vontade geral.

Os dissidentes dentro do Estado são movidos por duas considerações: sua incapacidade de usar a força para alterar a decisão; sua convicção, baseada no interesse percebido e na lealdade consuetudinária, de que, a longo prazo, é vantajoso para eles seguir a decisão nacional e trabalhar por sua mudança de acordo com as formas prescritas e aceitas (WALTZ, 2004, p. 220).

Em oposição à leitura de Elshtain sobre nacionalismo e sua ligação com excessos da virtude cívica armada, Waltz vê sempre positivamente a escalada em convicção nacionalista. O nacionalismo teria uma relação direta com o grau de consenso conquistado por um governo e sua capacidade de agir como unidade internacionalmente: “quanto mais nacionalista, tanto mais a segunda consideração é suficiente; e, em último caso, a concordância dos cidadãos com a formulação da política externa do governo é total” (WALTZ, 2004, p. 220).

Assim como em Mearsheimer, a questão da construção de unidade nacional, de coesão política, tem um objetivo claro para a política externa, a garantia da sobrevivência da comunidade política. Nesse caso, por vezes, não basta a inclinação nacionalista dos seus cidadãos – é preciso que o Estado seja capaz de reforçar essa unidade.

No entanto, quando consideramos que o interesse de sobrevivência não é apenas resultado da coesão construída pelo jogo político e pelas demandas nacionalistas, tem-se um problema. Quais são os mecanismo ou os atores que devem agir em nome dessa “necessidade de unidade”? Quem está na situação de garantir e defender essa unidade **apesar** do dissenso, em nome da sobrevivência do conjunto político? “A frente unida é criada pelos sentimentos dos indivíduos, por sua convicção de que sua própria segurança depende da segurança de seu Estado. Esta é imposta pelas ações do Estado, que pune traidores e recompensa os que são mais eficaz ou particularmente patriotas. É imposta pelas pressões de dentro da sociedade”

(WALTZ, 2004, p. 221). Waltz não explicita quais seriam essas pressões, mas podemos entender que elas são, ainda que não unicamente, as narrativas analisadas – e criticadas – por Elshtain, que agem na definição dos patriotas, os identificados com a virtude cívica armada, o oposto dos céticos ou movidos pela politização da sua cidadania das visões de Elshtain e Walzer.

Waltz também vai aceitar claramente o pressuposto de que as unidades nacionais dependem da percepção sobre o Outro nas relações internacionais para existirem como atores no sistema.

Em suma, a unidade de uma nação é alimentada não somente por fatores internos como também pelos antagonismos tão frequentes nas relações internacionais. Esses antagonismos tornam-se importantes não quando resultam em sentimentos de ódio entre indivíduos de diferentes países, mas quando o Estado mobiliza recursos, interesses e sentimentos por trás de uma política de guerra. (WALTZ, 2004, p. 221).

Ausência de autoridade internacional torna a anarquia um problema na medida em que impede, como no Estado, a imposição dos mecanismos de supressão de certas vontades em nome da construção da unidade. Esta é a origem da guerra. As considerações sobre nacionalidade e imposições **sociais** presentes nos argumentos sobre a dissidência nacional não têm mais espaço aqui. Elas tiveram seu papel no desencorajamento da dissidência interna – mas nenhuma norma social sobrevive no vácuo da autoridade formal, na interpretação de Waltz. Simplesmente não é uma questão; diante da ausência da autoridade formal, as imposições sociais e a lealdade ao grupo não têm espaço.

O dilema sobre a relação entre força e legitimidade no Estado não encontra uma avaliação profunda em Waltz, principalmente quando ele desvia do problema da unidade nacional para diferenciá-la em relação às vontades irreconciliáveis do sistema internacional. É pela força que o Estado constrói a unidade ou é unidade que permite ao Estado arbitrar pela força e desencorajar a dissidência nos termos descritos por Waltz? O modelo de Waltz não contempla essa questão, adotando-a como premissa. A formação da unidade nacional, quando se aplica à variável de gênero em sua análise, mostra-se, contudo, importante na formação do conteúdo da segurança nacional.

Assim como a vontade de uma associação dentro do Estado, embora geral por si mesma, pode ser errada quando considerada do ponto de vista do bem-estar do Estado, também a vontade de um Estado, embora justa quando considerada em si mesma, pode estar errada em relação ao mundo (...). Para chegar a uma vontade geral para o mundo, ter-se-ia de sublimar a

particularidade dos Estados individuais, do mesmo modo como Rousseau insiste que a particularidade das associações privadas deve perder-se no Estado (...) a ausência de uma autoridade acima dos Estados para prevenir e conciliar os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares significa que a guerra é inevitável. (WALTZ, 2004, pp. 224-225)

Ainda que o nacionalismo tenha uma importância fugidia na abordagem formalista de Waltz, ele é um elemento importante em diversas análises sobre unidade estatal e construção de uma vontade nacional una. Mesmo a visão utópica de nacionalismo de Mazzini se liga perigosamente à idéia de que a unidade nacional se sobrepõe à liberdade e aos direitos individuais. Para Elshtain, apesar da ligação histórica entre soberania popular, democracia e nacionalismo, a relação entre esses conceitos não é simples nem evita contradições e posições extremadas, violentas ou masculinistas. Casos como nazismo e fascismo e mesmo discussões sobre a construção nacional sob a ótica de Bismarck – considere-se sua asserção célebre sobre a necessidade de ferro e sangue na construção de uma nação – dão indícios das dificuldades que podem surgir do nacionalismo militarizado.

Talvez o lugar para se começar sejam com a doutrina do nacionalismo popular como tomou forma na Europa do século dezenove. Nacionalismo popular, ou liberal, é geralmente associado com a esperança de que cada nação do mundo seria capaz de constituir seu próprio Estado. Esse é o princípio de autodeterminação dos povos. Mas a defesa de tal nacionalidade freqüentemente omite a noção menos atraente que uma nação (Estado) tem demandas de grandeza ou expansão que requerem a dominação sobre outras, nações (Estados) mais fracas (ELSHTAIN, 1987, p. 108).

Sobre a dimensão de gênero do nacionalismo, Peterson e Runyan apontam o viés masculinista do conceito de autodeterminação.

A manipulação de identidades de gênero e símbolos, assim como as divisões de poder, trabalho e recursos constroem e mantêm a unidade nacional. Lutas por justiça política ou econômica têm sido tipicamente enquadradas no contexto da autodeterminação nacional e autonomia – conceitos que tem uma feição decididamente masculinista e, até o momento presente, traduziram-se em auto-determinação e autonomia para os homens e, especialmente, para líderes homens. (PETERSON e RUNYAN, 1998, p. 192).

Mulheres encontram-se em posição ambígua no que diz respeito aos nacionalismos. Elas são símbolo de moralidade e avatares da pureza cultural e, enquanto essas posições significam uma valorização do feminino e do maternal, simbolicamente, o reverso e o resultado disso é o fato de a unidade nacional e os movimentos nacionalistas estarem ligados à

necessidade de restringir a mulher aos seus espaços e tarefas estereotípicas. Por isso, Peterson e Runyan dizem ser o heroísmo nacionalista masculino dependente da subvalorização do trabalho reprodutivo feminino cotidiano, e a idéia de autodeterminação ser um conceito fortemente masculinista.

Mulheres têm sido usadas – como símbolos da moralidade e pureza nacional, como trabalhadoras e apoiadoras nos bastidores, como guerrilheiras – para vencer as lutas nacionalistas. Com a vitória, os interesses práticos e estratégicos das mulheres são subordinados às prioridades masculinistas em nome da consolidação nacional e da continuidade da união (PETERSON e RUNYAN, 1998, p. 193).

A importância política da atividade reprodutiva define a exclusão das mulheres da formação de interesses da sociedade. A busca por afirmação de laços abstratos entre homens é, segundo Peterson, uma forma de extensão e substituição do laço biológico entre mãe e filho que não é possível para os homens. Lealdade entre homens é construída de forma a manter filiação grupal e continuidade. Relações sociais patriarcais e a busca pelo controle sobre o corpo das mulheres e atividades reprodutivas seguem esse raciocínio. Por isso, as atividades reprodutivas são essencialmente políticas, ou, mais ainda, são seu pressuposto. Às mulheres é negado o direito de participação na definição dos interesses da comunidade política, definida pelos laços abstratos de lealdades masculinistas. A negação desses direitos se torna condição mesma dessa lealdade.

São cinco as dimensões dessa “política de reprodução”, ou formas pelas quais mulheres estão implicadas nos movimentos nacionalistas. Essas dimensões referem-se a imagens construídas das mulheres, que Peterson classifica como: (1) Reprodutoras Biológicas de Membros do Grupo – “regula sob que condições, quando, quantas vezes e de quem as mulheres vão carregar filhos” –; (2) Reprodutoras Sociais de Membros do Grupo e Formas Sociais – “garantir que crianças nasçam e sejam criadas de maneira culturalmente apropriada” –; (3) Significantes para Diferenças de Grupo – metáfora da “nação-como-mulher” necessariamente retira agência das mulheres em sua construção simbólica. Elas se tornam instrumentos, “espaços”, para a realização das agendas masculinistas. A idéia de proteção dos símbolos culturais, a proteção oferecida pelo Estado à nação, e à nação-como-mulher, implica o controle sobre os corpos femininos a fim de garantir unidade e continuidade cultural.

As duas últimas dimensões são as de (4) Participantes nas Lutas Político-Identitárias – dimensão de reconhecimento da participação das mulheres, mesmo que não seja em posições de liderança ou em papéis flagrantemente públicos –; (5) e Mulheres como Membros Sociais

em Geral – no caso da questão de gênero vir combinada a outras questões identitárias em movimentos nacionalistas (PETERSON, 1998, p. 47).

Em sociedades patriarcais, discutir a relação entre gênero e nacionalismo significa tocar em uma das instâncias nas quais um discurso hierárquico é construído. As demandas dentro da nação são hierarquizadas e algumas suprimidas no processo de criação de consenso, no qual a posição do mulher em relação ao nacionalismo é importante para entender a vontade ou interesse nacional assim criada.

2. 6. Conclusão

Este capítulo demonstrou como narrativas sobre gênero são uma das instâncias de construção do pensamento que hierarquiza e constitui interesses e prioridades políticas. No processo, procurou-se esclarecer a relação entre narrativas sobre masculinidade e feminilidade e as relações internacionais – disciplina ou gama de fenômenos. Vemos que as hierarquias que constituem o Estado e as relações dos Estados no sistema devem-se principalmente ao *status* privilegiado que é oferecido ao masculino dentro de nossas sociedades. Dessa forma, o teorias que privilegiam a segurança do Estado e certas concepções sobre como se estabelecem suas relações no sistemas, reforçam essas hierarquias, ao recorrerem ou pressuporem certas narrativas.

A discussão reuniu, principalmente, as críticas feministas a dimensões essenciais de constituição do Estado nacional. Tais críticas são o primeiro passo para uma crítica feminista ao discurso tradicional de segurança – e a proposição de outras formas de definir o conceito de segurança, de forma a melhor manejar os dilemas que a norma soberana impõe à emancipação de indivíduos e grupos sob essa soberania. Espera-se que o leitor tenha tido acesso a uma nova perspectiva sobre as relações entre identidades individuais e dinâmicas de guerra, cidadania e serviço militar; sobre identidades, individuais e estatais, e as demandas do nacionalismo; sobre os pressupostos da racionalidade do homem de Estado e decisor político; e sobre as irregularidades do discurso liberal. A discussão terá, assim, tocado os pressupostos da segurança, como tradicionalmente percebida: o uso da racionalidade instrumental para a defesa prioritária do território do Estado nacional e democrático-liberal. As implicações dessa crítica e seu desdobramento na defesa de uma visão alternativa de segurança serão o assunto

do próximo capítulo.

3. A Mulher n’“O Homem, o Estado, a Guerra”? A participação das mulheres em conflitos e alternativas para o discurso de segurança

It is true but of course women cannot suffer from it the way men do, men after all are soldiers, and women are not, and love France as much as we do and we love France as much as the men do, but after all we are not soldiers and so we can't feel a defeat the way they do.
Gertrude Stein, *Wars I Have Seen*

3.1. Gênero – espaço para mudança e alternativas?

O capítulo anterior expõe o Estado como uma construção masculinista em muitas dimensões, especialmente naquelas ligadas às dinâmicas da segurança nacional. Este capítulo reforça esse argumento e procura sugerir alternativas para o discurso tradicional da segurança. A necessidade de alteração na forma de perceber e conceituar segurança parte de uma motivação dupla, que pode ser esclarecida em perspectiva com a análise da participação feminina em conflitos contemporâneos.

As experiências das mulheres nesses conflitos ficam mais em evidência durante o século XX, pois este vê uma mudança da posição das mulheres em assuntos tradicionais de segurança. O trabalho feminino como parte do esforço de guerra, simbolizado pela imagem americana de “*Rosie the Riveter*”, da mulher envolvida na produção industrial de material bélico, é uma dessas mudanças. O crescente ativismo político pela causa da paz e mesmo por causas mais específicas das mulheres, como desdobramento do aumento na participação política após a conquista do sufrágio, é outra dessas mudanças. Podemos citar também sua incorporação, ainda que tímida, nos exércitos nacionais ao longo do século.

Outras experiências femininas, contudo, não são particulares a esse século. Mesmo sendo constantes históricas, foram incorporadas pela teoria apenas a partir da “abertura das lentes” científicas. A presença de mulheres nas guerrilhas, nos movimentos nacionalistas e sua exploração sexual em situações de conflito – seja pela prostituição militarizada, seja pelo emprego do estupro como arma de guerra – são fenômenos que sempre estiveram presentes, mas eram interpretados como ausência por causa da forma como se estudava a guerra.

Dessa forma, veremos que repensar a segurança nacional e internacional facilita a

inclusão de grupos diretamente impactados pela guerra, mas historicamente invisibilizados, quando é necessário definir o interesse nacional e elaborar políticas de defesa. Ademais, alinha o campo da segurança à necessidade de acompanhar as mudanças no contexto da política e segurança contemporâneas. Os exemplos usados na segunda seção desse capítulo servem como ilustração de alguns temas principais da agenda feminista de segurança, em sua dimensão mais empírica.

Como conclui o argumento feminista, em defesa do conceito amplo de segurança, a não-revisão tem uma série de implicações negativas não só para as mulheres, mas também para o relacionamento entre o Estado e suas cidadãs e cidadãos, em um contexto democrático. Retomemos a discussão sobre a relação entre o discurso do Estado e construção do conceito de segurança, partindo, dessa vez, do pensamento de Walzer. Influência no pensamento de Elshtain, a justificativa que ele oferece se distancia das visões realistas de Waltz e Mearsheimer, analisadas no último capítulo. Walzer procura empregar um conceito de segurança que seja compatível com o pensamento e com as visões liberais para a soberania estatal. A defesa do território não é, por isso, um fim em si mesmo – só faz sentido como prolongamento da garantia dos direitos individuais dos cidadãos pela autoridade central. Segurança, dessa forma, é a busca pela garantia, ou auto-garantia, desses direitos das comunidades políticas, e neles se baseiam os princípios de integridade territorial e soberania política:

os dois pertencem aos Estados, mas derivam em última análise dos direitos dos indivíduos, e deles extraem sua força (...). Como esses direitos se fundam, não tenho como tentar explicar aqui. Basta dizer que de algum modo eles estão implícitos em nosso sentido do que significa ser um ser humano. Se não forem naturais, nós os inventamos; mas, naturais ou inventados, eles são uma característica palpável do nosso mundo moral. Os direitos dos Estados são meramente sua forma coletiva. O processo de coletivização é complexo (WALZER, 2003, p. 89-90).

Não só a segurança se justifica assim, mas também a exigência do serviço militar. A defesa dos direitos de soberania por um Estado contra a agressão é a defesa pelos indivíduos de suas liberdades individuais e independência.

Quando Estados são atacados, seus membros é que são desafiados, não apenas em sua vida, mas também na soma de tudo que mais valorizam, aí incluída a associação política que fizeram (...). Se eles não tivessem o direito moral de escolher sua forma de governo e moldar as políticas que dão forma à sua vida, a coação externa não seria um crime; nem poderia ser tão fácil dizer que eles foram

forçados a resistir em defesa própria (...). A posição moral de qualquer Estado específico depende da realidade da vida em comum que ele protege e de até que ponto os sacrifícios exigidos por essa proteção são aceitos de bom grado e considerados vantajosos. Se não existir vida em comum, ou se o Estado não defender a vida em comum que realmente existe, sua própria defesa pode não ter justificativa moral. (WALZER, 2003, p. 89-91).

A guerra e, logo, as políticas de defesa, só podem ser moralmente justificadas como defesa da comunidade política enquanto instância que garante os direitos individuais. Uma vez que, pela teoria da guerra justa em Walzer, é a reflexão moral dos cidadãos que sanciona atividades bélicas, é preciso que os cidadãos entendam a ameaça ao Estado como uma ameaça à sua sobrevivência, não apenas física, mas também política. A defesa territorial não é só necessidade de sobrevivência da nação e afirmação de poder, como nos casos das teorias realistas, mas da autonomia moral e política individual dos cidadãos daquela nação e território.

A agressão é um crime no direito internacional porque viola essa soberania moralmente fundada no acordo político de uma comunidade que se auto-determina – fulcro da sociedade internacional. Sem um sistema centralizado de direito internacional, cabe aos Estados reforçar essa norma. Essa é a única instância na qual a guerra é justificada, na qual Estados têm direito de usar a força para obrigar esse comportamento das outras unidades soberanas – quer a agressão tenha sido cometida contra si ou contra outra unidade do sistema. A existência de exércitos nacionais seria justificada apenas na medida em que esses servem como resposta à norma internacional que condena a agressão. Os Estados se armam, no pensamento de Walzer, não como resposta a um dilema de segurança ou no sentido de manejar o equilíbrio de poder, mas para punir o delito internacional da agressão, caso venha a ocorrer. Exércitos nacionais são a **polícia** internacional, nessa interpretação. A defesa não está submetida aos imperativos do poder, mas da moralidade. “A máxima na sociedade de cada país é punir o crime para evitar a violência; sua correspondente em termos internacionais é punir a agressão para evitar a guerra.” (WALZER, 2003, p.105).

Elshtain é influenciada por Walzer na medida em que, para esse, a decisão de defender a comunidade política depende da escolha autônoma dos cidadãos – principalmente no caso dos soldados. É a politização da decisão em servir ao Estado, oferecendo a própria vida, que aproxima Elshtain de Walzer. Nesse caso, em que o soldado é definido como “servo voluntário”, não são narrativas sobre masculinidades guerreiras que definem quem defende ou não o Estado; é a escolha moral, política e autônoma. Tampouco a justificativa para a defesa

territorial é o nacionalismo exacerbado ou o “interesse” definido abstratamente por uma elite insulada da população. É a percepção comum dos cidadãos da necessidade de defender a existência da comunidade política, dos seus direitos individuais, que justifica o uso da força contra a agressão – só essa percepção justifica que alguns se ofereçam em servidão estatal, para encher as fileiras dos exércitos nacionais. A masculinidade, nas suas narrativas mais explícitas, são afastadas. A política, baseada nos direitos individuais, na racionalidade e na autonomia substituiria, na definição das políticas de segurança, as narrativas que constroem identidades de gênero para os indivíduos, que os compelem a se posicionarem como protetores ou protegidos, como defensores ou símbolos do nacional que dá sentido à comunidade.

A reflexão trazida por Walzer se complementa com a análise de Íris Marion Young. Justificar a segurança nacional é uma questão importante também para ela, principalmente com relação às políticas de segurança nacional do governo Bush pós-11 de setembro. Sua conclusão mostra, em geral, as dificuldades de adequação das interpretações tradicionais de segurança a um contexto democrático.

Em adição, Young usa o gênero como categoria de análise. Para ela, a construção do discurso de segurança nacional tem sido, historicamente, resultado de uma lógica masculinista de proteção. Essa lógica é a soma de duas identidades mutuamente dependentes: o modelo negativo do macho dominante e o modelo de proteção “cavalheiresca.” Elas são mutuamente dependentes porque a proteção benéfica dos “homens bons” só faz sentido a partir da existência da imagem do agressor, que deseja invadir a propriedade alheia e conquistá-la, estando nessas narrativas incluídas, entre “propriedades”, as mulheres. A masculinidade dominadora e agressiva, por um lado, constitui a proteção masculina positiva, por outro. Essa imagem do protetor é o que faz do doméstico um local seguro.

Em contrapartida à proteção masculinista está a relação de subordinação daqueles na situação de protegidos. Em retorno à proteção oferecida pelo homem, a mulher concede se distanciar da capacidade de decisão autônoma (YOUNG, 2003, p. 4). O chefe da casa decide as medidas necessárias para a segurança das pessoas e da propriedade. Subordinação feminina, no entanto, não é submissão violenta. “A mulher feminina, pelo contrário, nessa construção, adora seu protetor e defere alegremente ao seu julgamento em troca da promessa de segurança que ele oferece” (YOUNG, 2003, p. 5). Essa visão, segundo Young, tem lugar ao lado da interpretação de Pateman do **Contrato Sexual**. O Leviatã, a narrativa hobbesiana, teria as mesmas duas faces da proteção masculina. A interpretação de Young da submissão

suave não nega as relações patriarcais como uma questão de assimetria de poder – a diferença é que o poder hierárquico pode ser óbvio ou mais disfarçado sob a máscara da virtude e mesmo do amor.

É o fato de a dominação autoritária poder vir acompanhada da imagem do cavalheirismo que torna a questão da segurança e proteção um desafio para o Estado democrático e para os direitos humanos.

Valores democráticos e liberdades seriam muito mais simples de afirmar e defender na política moderna se a face do autoritarismo fosse tão feia e fácil de reconhecer. Como o patriarca benevolente, no entanto, o Leviatã com frequência apresenta outro aspecto, o do protetor sábio e altruísta cujas ações objetivam promover e manter segurança. (YOUNG, 2003, p. 7).

A ambigüidade da proteção masculinista é base do que Young define como “Estado-segurança”, aquele que subordina cidadãos e reprime críticas ao exercício arbitrário de poder, justificando suas políticas como prerrogativa das autoridades cuja função primária é manter a segurança e proteger a população (YOUNG, 2003, p. 8). A grande questão do Estado-segurança é sua incapacidade de lidar com o dissenso interno.

A comunidade só pode assegurar a paz se for capaz de unir a pluralidade de seus membros em uma vontade única (...). Pela lógica da proteção, o Estado demove os membros de uma democracia a situação de dependentes. Os funcionários do Estado adotam a posição do protetor masculino, dizendo-nos para confiarmos nossas vidas, não questionar suas decisões sobre o que vai nos manter seguros. Sua situação de protetores coloca cidadãos e residentes que dependem de funcionários do Estado na situação de mulheres e crianças sob o cuidado do protetor masculino (...) medidas especiais de unidade e obediência são necessárias para garantir proteção contra um perigo incomum. Porque ele se arrisca e organiza a atuação do Estado, é sua prerrogativa determinar objetivos da ação protetora e seus meios (YOUNG, 2003, p. 8-9).

É preciso perceber que a argumentação de Young não vai no sentido de identificar as políticas de defesa ou a segurança nacional como desnecessárias ou fundamentalmente elaboradas para “enganar” os cidadãos – “a questão-chave é quanto poder os cidadãos devem ter, quão justos são os procedimentos [de produção da política de defesa], quão bem eles seguem o devido processo legal, e quão facilmente podem os cidadãos revisar políticas oficiais e agir para responsabilizá-los [funcionários do governo]” (YOUNG, p. 11). Basicamente, a crítica está na incompatibilidade observada entre a democracia e a mobilização pelo medo – forma pela qual o discurso da segurança constrói uma posição

privilegiada para aqueles responsáveis por ele sob a cobertura “das regras do jogo”:

Líderes invocam o medo, então prometem nos manter seguros. Porque nós estamos assustados, (...) somos gratos aos líderes e funcionários que dizem suportar o risco a fim de nos proteger. A lógica da proteção masculinista trabalha para colocar o protetor em uma posição de autoridade superior e demover o restante de nós para uma posição de gratidão dependente. Ideais de igualdade democrática e responsabilidade vão ficando pela margem no processo (YOUNG, 2003, p. 13).

Há ainda um outro problema: as condições determinadas para a segurança dos protegidos não permite a existência de grupos fora da rede de proteção. A escolha não é propriamente entre liberdade e segurança, uma vez que os que escolhem a liberdade em relação ao protetor são percebidos como ameaças à lógica da proteção. Para aqueles que não se submetem à norma da proteção, o protetor vira potencial ofensor.

Na medida em que leis e políticas do Estado presumem ou reforçam a visão que uma “boa” mulher deva andar sob a direção de um homem, o Estado funciona como uma rede de proteção. Ele ameaça ou permite que os homens ameacem aquelas mulheres que desejam independência da proteção individualizada de maridos ou companheiros. Não apenas o protetor retém proteção das mulheres que demandam autonomia, mas também ele pode se torna ofensor. O Estado-segurança funciona de maneira muito similar à rede de proteção para aqueles que vivem sob ele. Enquanto aceitarmos a proteção do Estado e pagarmos o preço que ele exige não apenas em dinheiro, mas também em redução da nossa liberdade e submissão à possível supervisão, nós estamos relativamente seguros. Se decidirmos declinar desses serviços e buscar liberdade da posição de dependência e obediência na qual nos colocaram, nós nos tornamos suspeitos e, dessa maneira, ameaçados pela mesma organização que afirmava nos proteger (YOUNG, 2003, p. 14).

Young retira duas conclusões do argumento. Uma “cidadania democrática” depende da aceitação de que nenhum Estado pode nos oferecer proteção completa, tampouco pode nos privar da responsabilidade em relação às políticas que usa em nome da nossa proteção. Em relação ao Estado, mesmo o provimento de segurança não pode ter como contrapartida obediência e subordinação – isso não só é pré-requisito para que as pessoas, recebendo a *benesse*, não se vejam em situação de suspensão de direitos individuais, mas também é pré-requisito para que ela mantenha a possibilidade de opinar sobre as políticas sendo estabelecidas, ou seja, mantenha voz para criticar as políticas de defesa. A partir dessa redefinição da relação entre cidadãos e segurança podemos pensar na construção de uma comunidade política na qual a lógica do protetor/protegido é suprimida. Em seu lugar, surgiria

uma “sociedade de defensores”: “uma sociedade composta de cidadãos com iguais probabilidades de experimentar violência e igualmente responsáveis pelo exercício da violência da sociedade” (YOUNG, 2003, p. 22).

A idéia da “cidadania democrática” é relevante para as discussões correntes sobre política e relações internacionais contemporâneas. O movimento feminista, por outro lado, cresce paralelo às políticas de identidade e sua relação com a redefinição de direitos individuais e democracia no Estado liberal contemporâneo. Cidadania democrática e feminismo estão umbilicalmente conectados.

O aprofundamento democrático – ou a superação das deficiências do contratualismo que funda o Estado liberal, que torna possíveis relações de subordinação nas descontinuidades da política democrática, como as demonstradas por Pateman – requer ações que transformem todas as relações que colaboram na construção de posições de sujeito subordinadas. Pelo argumento de Young, vemos como a segurança é também um espaço que requer transformações para suprimir a posição de subordinação de sujeitos.

Laclau e Mouffe (2001) percebem o momento atual, no qual discussões como essa ganham importância, como uma “revolução democrática”. Essa se inicia com a era moderna e se aprofunda no último século. Apesar da reprodução e manutenção de narrativas como as analisadas no último capítulo, baseadas em mitos identitários, uma nova justificativa discursiva para a sociedade a partir de 1777 permite a articulação progressiva da política identitária do século XX, que é a base de um projeto democrático contínuo. “O terreno foi criado que torna possível uma nova extensão da revolução democrática em novas direções. É nesse terreno que surgiram novas formas de identificação política que, em debates recentes, tem sido freqüentemente agrupadas sob o título de ‘novos movimentos sociais’” (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 158).

Laclau e Mouffe estão preocupados com condições que possibilitam a crítica e discussão de narrativas que estabilizam relações de subordinação. É apenas por causa da evolução do pensamento democrático que, segundo os autores, discussões como a presente podem se pretender um ideal coletivo – uma luta da comunidade política, pela substituição de discursos de naturalização da subordinação por alternativas políticas mais autônomas.

A permanência de um imaginário igualitário permite, para Laclau e Mouffe (p. 160), estabelecer uma continuidade entre as lutas do século dezenove contra as desigualdades herdadas pelo antigo regime e os movimentos sociais do presente.

Novas lutas – e a radicalização de antigas lutas como a das mulheres e minorias étnicas – devem ser entendidas pela perspectiva dupla das transformações do período do pós-guerra, e os efeitos de seu deslocamento para novas áreas da vida social do imaginário igualitário constituído em torno do discurso liberal-democrático (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 165).

A revisão do que constitui o sujeito de direitos permite esse aprofundamento das concepções democráticas e pluralistas. Se o discurso de segurança não for capaz de absorver essas evoluções da política democrática, de caráter identitário, e manter a justificativa para sua existência na tentativa de fixar a importância da sua perspectiva tradicional em identidades nacionalistas, masculinistas – no medo, na agressividade e hierarquia do poder, ela tende a se distanciar cada vez mais do centro da política democrática. De maneira ainda mais preocupante, pode se tornar um obstáculo ao aprofundamento da “revolução democrática”. A discussão de Laclau e Mouffe é, assim, ilustrativa do contexto histórico e político que explica porque, ao pensarmos a segurança internacional contemporânea, deparamo-nos com dilemas como aquele que estrutura esse texto – a impossibilidade de manter a defesa da segurança estatal distante de preocupações sobre a segurança de grupos, indivíduos, ou mesmo do sistema internacional com um todo interrelacionado.

Laclau e Mouffe reconhecem o movimento feminista como uma das primeiras movimentações políticas responsáveis por virar o discurso liberal contra si mesmo, o que é o primeiro passo da “revolução democrática”. A combinação dos argumentos de Walzer, Young, Mouffe e Laclau apresenta-nos um contexto da política estatal contemporânea, influenciado pela política identitária, pelo aprofundamento democrático, pelos novos movimentos sociais, que exige do estudo e da política de segurança uma revisão de paradigmas. No capítulo anterior vimos como a crítica feminista ataca as bases do Estado como percebido pela teoria e prática política convencional. No argumento combinado desses quatro autores, surgem indicativos do que seria uma teoria de segurança em parte compatível com o feminismo pós-moderno e pós-modernismo feminista de Sylvester, citado no capítulo 2. Em parte porque essa análise permite vislumbrarmos um discurso de segurança compatível com a proposta de Sylvester no sentido discursivo. A idéia do feminismo pós-moderno e pós-modernismo feminista, contudo, precisa da consideração da realidade de mulheres implicadas nas políticas de segurança para completar-se. Os casos que ilustram a próxima sessão, apesar de serem centrais na agenda de segurança feminista e de deixarem clara a ligação entre questões de segurança e defesa e particularidades da experiência das mulheres em conflitos, nem sempre conseguem ser percebidos pela teoria convencional. Eles servem como exemplos

da agenda feminista em temas de segurança, e fortalecem o argumento de que a abertura das lentes teóricas beneficia mulheres e experiências reais. Ilustram os “pontos cegos” da teoria tradicional, da segurança cujo referente é o Estado, demonstrando as situações empíricas nas quais a defesa deste, feita nos termos criticados pelo capítulo anterior, é mais prejudicial à segurança cujo referente é o indivíduo – mais especificamente, as mulheres. No capítulo anterior, vimos as manobras discursivas que identificam o referente tradicional de segurança, o Estado, com a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres; procurar-se-á retomar as críticas já feitas para dar sentido às experiências discutidas. Dessa forma, os casos empíricos reforçam as críticas, na mesma medida em que abrem espaço para alternativas à teoria tradicional, de forma a atualizá-la para a realidade da segurança contemporânea e seus desafios.

3.2. Mulheres e conflitos contemporâneos

A existência de condições discursivas para a inclusão das mulheres não significa que essa inclusão transforma de imediato a realidade de indivíduos. Tampouco a participação das mulheres se traduz em aprofundamento democrático inequivocamente. Como dito em Peterson e Runyan, as mudanças no **poder do gênero** só são tangencialmente relacionadas a mudanças na **posição das mulheres**. O caso da inclusão feminina nas instituições militares é uma boa ilustração dos dilemas que surgem entre as feministas na interpretação das relações entre posição das mulheres e poder do gênero. Em adição, ele demonstra que a inclusão de mulheres em Forças Armadas não significa necessariamente uma mudança nas narrativas identificadas por Elshtain. Como veremos no caso de mulheres combatentes, o que ocorre, em geral, é uma tentativa de adaptação de novas práticas às mesmas narrativas, ou seja, de manutenção de significados tradicionais de gênero para sujeitos, particularmente mulheres, em novas situações históricas.

Aumentar a presença das mulheres nas Forças Armadas não beneficia enormemente os interesses práticos de gênero da maior parte das mulheres e serve apenas minimamente aos interesses estratégicos de gênero se não levar a uma transformação dos propósitos militares. Permitir às mulheres que fazem parte das Forças Armadas a participação em posições de combate é um golpe significativo contra o estereótipo da feminilidade e a discriminação

que as mulheres enfrentam no contexto da divisão por gênero da violência. Contudo, não contribui necessariamente para desafiar o lado masculino dessa divisão, nem contribui necessariamente para a igualdade de gênero fora, ou mesmo dentro, da instituição militar. Finalmente, aumentar a presença de mulheres nas Forças Armadas não questiona necessariamente a utilidade e inevitabilidade da violência (PETERSON e RUNYAN, 1998, p. 226).

Pode-se dizer que a história da inclusão das mulheres européias e norte-americanas nas instituições militares iniciou-se com a ajuda que elas ofereceram ao esforço de guerra nos dois conflitos mundiais. A crescente inclusão, contudo, não atingia posições de combate – com exceção da União Soviética e da resistência *partisan* na Europa oriental.

A segunda onda feminista, durante os anos oitenta, levou diversas Forças Armadas a incluírem mulheres nas linhas de frente. Durante a Guerra do Golfo, 33 mil mulheres norte-americanas, junto a mil mulheres britânicas, foram mandadas a serviço de seus exércitos. Em 1994, o departamento de defesa dos EUA revisou suas regras sobre risco em combate de forma a oferecer mais oportunidades para as mulheres (CARTER, 1998, p. 34). Nos países ocidentais, a inclusão tem sido cada vez mais abrangente, a infantaria sendo a arma que ainda resiste em oferecer funções às mulheres. O número delas nas linhas de frente, uma mudança em relação à participação simplesmente em papéis de apoio (enfermeiras, intendência), é ainda pequeno, mas significa que há um número crescente de mulheres ocidentais, incluindo mães, indo para a guerra.

Feministas liberais defendem que essa é parte simbólica importante na emancipação feminina.

Movimentos nacionalistas e socialistas de independência deram às mulheres *status* simbólico como combatentes nos anos trinta e quarenta, assim como a China comunista da década de trinta, a campanha judaica por independência, na de quarenta, e o Congresso Nacional Africano em sua luta armada na África do Sul, durante as décadas de setenta e oitenta. Uma vez no poder, contudo, movimentos de emancipação tendem a demover mulheres de volta a atividades mais tradicionais, talvez como reflexo do esmaecimento das aspirações emancipatórias (CARTER, 1998, p. 34).

Por outro lado, feministas pacifistas vão se opôr às aspirações de participação igualitária da mulher nas Forças Armadas. O direito ao uso da violência não deveria, segundo essas feministas, estar entre a gama de demandas das mulheres em sua participação no espaço público. Pelo contrário, seguindo o pensamento do feminismo radical, o estereótipo feminino maior – o da mãe – é que deveria se reverter em guia para o comportamento político de toda a

sociedade, homens e mulheres. Para Sara Ruddick (1992), as mulheres deveriam aproveitar sua “afinidade” com a maternidade em prol da política da paz.

Ruddick (1992, p. 143) diz que mães não são naturalmente pacíficas. Em várias culturas a prática da criação das crianças incorre em abusos, e várias são as mães que individualmente parecem contradizer a idéia de altruísmo, sacrifício e cuidado que caracteriza as narrativas sobre maternidade. As mães, como Elshtain deixa claro, são parte importante do encorajamento para a guerra e “fornecem”, parte das vezes animadamente e de boa vontade, soldados para ela. As narrativas sobre o pacifismo maternal, contudo, subsistem e, de acordo com Ruddick, deveriam ser reforçadas, politicamente, em favor de formas de organização não-violentas. A autora enfatiza ainda que todas essas características positivas associadas à maternidade não se traduzem em experiências reais automaticamente, mas são um modo de vida que requer muito daqueles que nele se engajam (RUDDICK, 1992, p. 142).

Meu projeto particular, evoluindo do pensamento maternal à política da paz, é uma instância de uma empresa transformativa mais geral – nomeadamente, a transformação de “atitudes de mulher” em pontos-de-vista feministas ou libertadores. Diversos filósofos feministas sugerem que pessoas engajadas no “trabalho de cuidar” adquirem uma posição epistemológica própria, uma “racionalidade do cuidado”. A maternidade é ao mesmo tempo uma instância de trabalho de cuidado e uma instância de interconexão de vários outros tipos de trabalho de cuidado, tais como o trabalho doméstico, a assistência a parentes, doentes e idosos, o ensino de crianças pequenas. Logo, o pensamento maternal – uma mistura de atitudes metafísicas, capacidades cognitivas e valores que resultam da maternidade – é um dos elementos da “racionalidade do cuidado” (RUDDICK, 1992, p. 143).

De maneira geral, o que Ruddick propõe é que governo e cidadãos usem a experiência da maternidade – no que ela propõe culturalmente de mais positivo – como fundamento do seu raciocínio político. O pensamento maternal também estaria acessível aos homens e, para ser o parâmetro da sociedade utópica de não-agressividade de Ruddick, depende do trabalho ativo de homens e mulheres para funcionar.

O trabalho de Ruddick é um contraste ao de Elshtain, que também usa a narrativa sobre maternidade na construção de uma ética política que justifica o pensamento da guerra justa, não o pacifismo. Ambas, apesar de suas ressalvas sobre o fato de que a maternidade também é uma identidade acessível aos homens e que depende de ações políticas para ser reproduzida e valorizada, não ser criticadas, como feministas radicais, por reificar visões que ligam as mulheres e a maternidade de forma necessária ou essencial.

De toda forma, como combatentes ou como mães que resistem à guerra, a **posição das**

mulheres, para ter visibilidade política e científica, precisa se opôr a esse essencialismo e partir da idéia de que mulheres, assim como os homens, são agentes políticos, capazes de escolher entre violência ou não-violência, guerra e paz – não sendo “naturalmente” ligadas a nenhuma das dinâmicas. É nesse sentido que analisaremos os casos de participação das mulheres em conflitos contemporâneos.

3.2.1. Britânicas e fábricas de munição – novas possibilidades de participação durante a Primeira Guerra Mundial

Foi o recrutamento maciço de civis para o esforço de guerra total da primeira guerra mundial que abriu a participação direta na guerra muito além das fronteiras tradicionais das Forças Armadas na Grã-Bretanha. No processo, as dimensões de gênero do envolvimento patriótico foram renegociadas:

As mulheres e seu papel de produção de munições durante a guerra transgrediu noções da guerra como uma empresa masculina (...) as mulheres foram atraídas para as fábricas de munição pelo retrato glamoroso feito da importância patriótica do trabalho com munições. Mulheres fabricantes de munições estavam completamente implicadas na “fabricação” da guerra. A maior parte delas estava provavelmente confortável com seu envolvimento direto na propagação da guerra; não eram pacifistas. Além de receberem um salário superior ao de outras trabalhadoras, operárias das fábricas de munição tinham a satisfação de ajudar diretamente as Forças Armadas com munição, armas e equipamento criticamente necessários (WOOLLACOTT, 1998, p. 126).

A beligerância dessas mulheres não é surpreendente, uma vez que as mulheres da Grã-Bretanha no pré-guerra eram imbuídas do mesmo código moral imperialista e nacionalista dos homens que as haviam deixado para lutar. Woollacott descreve as formas pelas quais a experiências das mulheres nas fábricas se aproximava de uma organização militar.

Os albergues construídos para abrigá-las perto das fábricas lembravam acampamentos militares. Mulheres trabalham turnos longos e regulares seis ou sete vezes por semana, eram disciplinadas por vários agentes de autoridade, usavam uniformes, estavam cercadas por reclames sobre trabalhar arduamente, aumentar a produção e assim ajudar a ganhar a guerra (WOOLLACOTT, 1998, p. 127).

Os elementos se somariam, assim, na constituição de uma “experiência feminina de guerra”, uma guerra travada no espaço confinado e opressor das fábricas, que não tem o mesmo lugar no nosso imaginário que a experiência do campo de batalha, porque não tem sua mesma visibilidade. Historiadores, segundo Woollacott, tendem a retratar essa experiência mais como uma aberração em relação aos padrões ordinários de emprego que como envolvimento concreto no esforço de guerra.

Produzir munições é uma função sem qualquer característica inerentemente positiva ou emancipatória. É algo que foi feito como parte do esforço de guerra, e representa a história – perigosa, desconfortável e moralmente problemática – de várias mulheres. Mobilizadas pelos mesmo recursos simbólicos e políticos que suas contrapartes masculinas, as mulheres não tem sua experiência na guerra posteriormente representadas da mesma forma porque, como propõe Elshtain, essas experiências não podem ser moralizadas e transformadas em narrativas que alimentem o discurso sobre gênero e guerra. O caso das operárias de fábricas de munição ecoa, em menor grau, o das mulheres combatentes. Não obstante, Woolacott aponta, nessa experiência, uma particularidade política e histórica, porque ela representou também um momento de transgressão das categorias estabelecidas de gênero.

Woolacott aponta ainda para a conexão existente entre o trabalho das mulheres nas fábricas de munição e suas demandas por cidadania. As próprias operárias acreditavam estar realizando seu dever para o país, como qualquer homem. A mesma qualidade de participação no esforço nacional dos anos da guerra deveria garantir-lhes certos direitos que, durante a desmobilização, foram ignorados e enfureceram muitas das antigas operárias. A presença maciça de mulheres em fábricas de munição estaria ligada, dessa forma, a uma série de questões sobre cidadania e o Estado moderno industrial e democrático, a pressões femininas por maior participação no espaço público, política e economicamente. A experiência dessas operárias e suas conseqüências colocam em relevo as discontinuidades do discurso liberal, da mesma maneira que outras experiências, analisadas por Pateman e discutidas no capítulo 3. O trabalho com munições, realizado por mulheres, pode ser relacionado às problemáticas do trabalho feminino, problemática resultante da posição da mulher como indivíduo no meio termo entre as esferas pública e privada. Como a questão da prostituição, discutida nas próximas seções, o trabalho com munições coloca as mulheres no centro dos esforços de guerra, diretamente impactadas pelas políticas de segurança. A natureza particular dos temas relativos à mulher, como nos explica Pateman, no entanto, distancia a participação delas do

reconhecimento pleno como uma participação no esforço estatal. Se estrategicamente positiva ou não – em termos de objetivos do feminismo, de reconhecimento –, o envolvimento direto com a guerra contribuiu para as conquistas em cidadania e participação no mercado de trabalho das mulheres.

Durante o mesmo período no qual mulheres primeiro foram atraídas para o trabalho com munições, e então para organizações paramilitares, e finalmente, para as Forças Armadas regulares, elas também foram gradualmente (ainda que não igualmente) incorporadas à cidadania legal, eleitoral e econômica (WOOLLACOTT, 1998, p. 31).

A participação das mulheres no esforço de guerra como funcionárias das fábricas de munições pode ser vista como precedente do seu processo de incorporação às Forças Armadas nacionais também se considerarmos a evolução da tecnologia militar, que torna possível classificar certos grupos como combatentes, mesmo que não soldados (WALZER, 2003, p. 246). A especificidade dos exércitos nacionais contemporâneos, em sua relação com o caráter industrial das sociedades que defendem, define a participação das mulheres nas fábricas como sua participação também na lógica do combate e da segurança nacional. Os termos dessa participação e seus problemas podem ser compreendidos em perspectiva com as análises realizadas no capítulo anterior, que serão retomadas em seções subseqüentes.

3.2.2. Movimento feminista, pacifista e internacionalista no Entre-Guerras

Amira Gelblum (1998) utiliza a experiência de duas expressivas feministas e socialistas alemãs, Anita Augspurg e Lida Gustava Heymann, para ilustrar os dilemas do feminismo europeu do entreguerras. As duas são também ilustração do trabalho feminino na oposição às políticas de segurança e na rejeição da guerra como um recurso disponível ao Estado. Os dilemas que as duas alemãs enfrentavam giravam em torno de questões básicas para feministas lidando com temas de segurança, já citadas: apoiar a guerra – como forma de participar da política estatal – ou o pacifismo – de um tipo particular, como defesa de uma “experiência feminina própria”? Como lidar com as realidades do trabalho feminino e, mais amplamente, industrial, em novo contexto histórico? Que posição tomar entre o nacionalismo extremado do período e o internacionalismo do movimento feminista?

Antes da guerra, Auguspurg e Heymann eram feministas liberais. Durante a guerra, defenderam o pacifismo e participaram da fundação da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade. Depois da guerra, o pensamento delas se direcionou para um socialismo de tipo particular, baseado na defesa de “valores femininos”.

O feminismo pré-guerra do casal se baseava em princípios de individualismo, direitos iguais e universalismo. Elas rejeitaram a ideologia das “esferas separadas” e demandaram inclusão das mulheres em todos os espaços, concebendo igualdade como objetivo primário. Todavia, em 1910, elas também começaram a falar da diferença e particularidade das mulheres, noções que até então haviam sido usadas por feministas moderadas; elas não mais encorajavam a participação de mulheres em partidos políticos de homens. Ao que parece, as principais razões para a mudança em direção a um viés essencialista e separatista foi seu desapontamento com a recusa de partidos da esquerda liberal em incluir demandas por direitos políticos para as mulheres em seus manifestos. Augspurg and Heymann passaram a criticar fortemente a “política masculina” e tentaram desenvolver uma definição diferente, feminista, da política (GELBLUM, 1998, p. 309).

Mesmo depois do início da guerra e da explosão dos nacionalismos, as duas se mantiveram próximas ao internacionalismo pacifista do movimento de mulheres do pré-guerra. Isso, contudo, não foi a posição tomada por todas as feministas – um número considerável delas subordinava seu feminismo ao nacionalismo, encontrando alternativas para conciliação entre as duas posições políticas.

Suas prioridades continuaram a ser a solidariedade entre as mulheres. Aderindo a esses princípios, Augspurg and Heymann emergiram das experiências da guerra com uma teoria feminista-pacifista claramente formulada. Elas vieram a entender a guerra e a sociedade em termos de gênero, identificando homens com valores e características de poder e agressão (o “princípio masculino”) e aspirando a uma sociedade baseada no “princípio feminino” – cuidado, auxílio mútuo e não-violência (...). Ambas colocavam a culpa da guerra no “princípio masculino.” A paz poderia ser obtida apenas por meio da concessão de todos os direitos políticos nacionais às mulheres, e engajando-as na reformulação da política. Em adição, elas acreditavam que as mulheres estavam melhor qualificadas para promover o internacionalismo: como resultado da sua longa exclusão da política, mulheres teriam uma atitude diferente em relação ao Estado, que tornariam mais fácil transcender o nacionalismo e buscar paz entre as nações (GELBLUM, 1998, p. 310-311).

Elas foram parte central no planejamento do Congresso de Haia, que aconteceu no primeiro ano da Grande Guerra, reunindo aproximadamente mil e quinhentas mulheres de

doze países, neutros e em conflito. Uma lista de propostas para garantir a paz futura foi acordada, incluindo o reconhecimento do direito de autodeterminação, direito das minorias, abolição da diplomacia secreta, estabelecimento de cortes internacionais para lidar com disputas entre nações, desarmamento, livre comércio e educação para a paz. Alguma referência foi feita ao sofrimento das mulheres em tempos de guerra, com referência particular ao estupro. A principal novidade na realização do congresso, contudo, foi a reunião de mulheres a fim de declarar suas opiniões, e o sentimento de que isso poderia fazer alguma diferença. O Congresso também foi o primeiro passo para a criação de uma organização internacional de mulheres em 1919, a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade.

O pós-guerra vai significar para Heymann e Augspurg o fim da visão utópica sobre a ligação entre mulheres e paz, ou do efeito pacífico da garantia de direitos civis e políticos para a parcela feminina da população. As fundadoras da WILPF (acrônimo em inglês para a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade) não se satisfariam mais apenas com a garantia dos direitos das mulheres e acordos internacionais, mas passaram a objetivar mudanças fundamentais na sociedade (...). Todas as participantes concordaram que as causas da guerra estavam enraizadas na ordem política, econômica e social existente, especificamente na economia capitalista e na ausência de democratização completa (GELBLUM, 1998, p. 316).

O Congresso, na identificação dessas causas para a guerra, mostrou os primeiros sinais do que seria um cisma no movimento feminista do entreguerras. Augspurg and Heymann, junto a outras delegadas de países que tinham sofrido durante a guerra (França, Alemanha, Hungria e Áustria), apoiavam o direito dos trabalhadores e das revoltas organizadas por eles na Hungria, Alemanha e Rússia. Essa ala do movimento acreditava que apenas uma sociedade que satisfizesse as demandas socialistas poderia oferecer igualdade às mulheres. Delegadas da Grã-Bretanha, Holanda, Escandinávia e principalmente dos EUA eram mais cuidadosas em suas críticas ao capitalismo. Seu apoio a reformas na sociedade eram opostas a medidas drásticas.

O segundo grande cisma estava relacionado à questão da não-violência. As alemãs consideravam a que apenas a disseminação do “princípio feminino” poderia trazer o fim da violência e injustiça endêmica da sociedade. Esse modelo teórico binário também serviu para a forja do tipo próprio de socialismo que as duas feministas alemãs defendiam:

Seu socialismo não se baseava na análise do trabalho e das forças de mercado nem em divisões de classe, mas em voluntarismo ético,

individualismo, democracia direta, e distribuição justa de recursos. Aqui, mais uma vez, elas empregavam uma teoria baseada em dois princípios: capitalismo como a incorporação do princípio masculino; socialismo como princípio do auxílio mútuo, divisão e igualdade (GELBLUM, 1998, p. 318).

A experiência nazista e a Segunda Guerra Mundial levaram as duas a questionarem o princípio da não-violência, considerando que, por vezes, a causa da liberdade poderia anteceder a da paz – o posicionamento inicial das duas era que a liberdade sem paz era impossível.

Finalmente, o pacifismo-socialista das alemãs levou-as a se moverem, no final de suas vidas, para além da política centrada nas mulheres. O pensamento das duas tem uma relação importante com o feminismo da diferença ou radical, que vai ganhar espaço na academia européia a partir da segunda metade do século XX. Em adição, elas são claro exemplo da busca por espaço para maneiras alternativas de pensar política e tomada de decisão, fora dos modelos definidos pela instrumentalidade racional ou pelas demais lógicas que constroem imagens problemáticas tanto do nós – do nacionalismo – como do “Outro”, à la Waltz ou Mearsheimer. A identificação dessas alternativas com um “princípio feminino”, no contexto da terceira onda feminista, após as críticas feitas ao feminismo radical, é preciso ser entendida como uma manobra político-discursiva que serve aos fins de questionamento da lógica dos estadistas, mais do que a identificação de alguma característica própria ou exclusiva das mulheres. Não obstante, elas demonstram a possibilidade de um trabalho político que corresponde ao previsto por Gillian, Chodorow ou mesmo Habermas. É interessante, nesse sentido, pensarmos que a organização que Heymann e Augspurg ajudaram a fundar existe ainda hoje, e, entre as causas que defende ativamente está o desarmamento nuclear; que muitas das decisões finais da Conferência em Haia, realizada pela Liga Internacional das Mulheres, foram adotadas posteriormente, nas conferências diplomáticas oficiais do pós-Primeira Guerra. O movimento feminista, internacionalista e pacifista do entreguerras pode ser interpretado não apenas como um momento importante em termos de **posição das mulheres** em questões de política internacional, mas também em termos de **poder do gênero** sobre a tomada de decisão nesse espaço.

3.2.3. As dificuldades de inclusão das mulheres no serviço militar norte-americano desde a Primeira Guerra do Golfo

Apesar de representar em grande medida um desenvolvimento histórico inédito, a participação das mulheres nas Forças Armadas dos países parte da coalização da Guerra do Golfo também acomoda discursos tradicionais. A exclusão das mulheres de papéis de combate é interpretada por D'Amico como uma concessão que mantém a distinção de gênero entre homem-protetor/mulher-protegida, enquanto simultaneamente nega habilidades e valores às mulheres: o padrão que as mulheres devem alcançar ainda é o masculino. A igualdade nas instituições militares é uma igualdade **com** gênero, mais que **de** gênero.

O treinamento específico dado a homens e mulheres e as tarefas particulares alocadas a cada um reforçam as diferenças de gênero. Para mulheres recrutas, na maior parte dos exércitos nacionais, o treinamento em assuntos femininos prevalece sobre o em artes marciais (...). Mesmo em Forças Armadas nas quais as mulheres recebem treinamento com armas, elas raramente recebem funções que requerem o uso de armas. Geralmente, armas e treinamento físico enfatizam preparação para autodefesa no caso do imprevisível acontecer, isso é, os soldados homens falharem em sua função de proteção e as mulheres militares se virem frente a frente com o inimigo (D'AMICO, 1998, p. 126).

Assim como as mulheres civis na força de trabalho, as mulheres militares estão predominantemente em serviços administrativos, burocráticos e de apoio a especialidades médicas. Diferentemente de suas contrapartes civis, contudo, mulheres militares não têm sido capazes, em geral, de protestar contra sua exclusão de certas ocupações, especialmente da contestada designação do que é “combate.”

A formalização das relações das mulheres com a instituição militar, a mudança de serviço auxiliar para regular, não garantiu direitos ou tratamento iguais em qualquer país. Em adição, essa formalização dá aos oficiais militares controle sobre as mulheres como recursos da instituição.

Em Forças Armadas nas quais políticas de pessoal excluem gays e lésbicas, caças às bruxas periódicas ajudam a manter mulheres militares em seus lugares: “causadoras de confusão”, isso é, aquelas que rejeitam avanços dos colegas, denunciam assédio sexual, advogam em favor de políticas consideradas “questões femininas” ou de qualquer forma se engajam em solidariedade subversiva e resistem ao sistema são alvo dessas batidas. Tomadores de decisão militares tentam justificar a exclusão de gays e lésbicas com base no argumento de que essa presença nas fileiras tem efeito negativo sobre a moral e recrutamento. Essas racionalizações mascaram o

heterossexismo e a homofobia dos tomadores de decisão e dão a eles ferramentas para determinar o número e tipo de mulher a quem o serviço militar será permitido (D'AMICO, 1998, p. 127).

Homossexual ou não, a sexualidade da mulher que serve nas Forças Armadas torna-se uma arma usada pela instituição para controlá-la. À luz dessa perspectiva, a carreira militar não aparece como veículo para a emancipação feminina. Essas estratégias demonstram claramente o quão intimamente a identidade da “maioria militante”, tratada por Elshtain, está associada à masculinidade e é importante para a instituição militar. Relacionalmente, demonstra como isso requer o delineamento muito claro dos contornos da feminilidade e, logo, do limite à atuação das mulheres. A análise de D'Amico sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas norte-americanas é uma forte resposta ao argumento das feministas liberais. Apenas confrontando abertamente essas questões, ela argumenta, o serviço militar pode ser, principalmente para mulheres trabalhadoras ou parte de minorias étnicas, uma alternativa real de melhoria de vida.

3.2.4. Mulheres israelenses – conscrição e ativismo anti-militarista

3.2.5.

Uta Klein (1998) faz afirmações similares às de D'Amico ao analisar conscrição feminina no Estado israelense. Segundo ela, a conscrição não impactou fundamentalmente a interpretação que se faz dos papéis sociais de homens e mulheres. Em primeiro lugar, a exclusão das mulheres do exército israelense que dão à luz ou se casam é imediata. Em segundo, as Forças de Defesa Israelenses (FDI), como o exército americano, exclui mulheres da maior parte das posições de combate. Da mesma forma, a divisão protetor/protegido, mesmo com a inclusão das mulheres nas Forças Armadas, se mantém inabalada.

O caso de identidades de gênero em Israel é, contudo, mais profundamente tratado por Letin (2002), que elabora categorias para análise das identidades israelenses desde sua constituição como Estado. A autora objetiva uma história dos movimentos de mulheres israelenses e sua contribuição para as tentativas de construção da paz entre israelenses e palestinos e para as tentativas de desmilitarização do Estado de Israel.

Israel – como diversas outras nações colonizadas que reimpõem papéis rígidos de gênero após alcançarem independência – construiu uma nova masculinidade, um tipo militante de judeu, a

antítese do judeu da diáspora, fraco e perseguido, afirmando o direito de poder do homem, privilegiando a “segurança nacional.” Em contraste, o ativismo feminista e pacífico judeu-israelense, enquanto desafia o consenso da masculinidade militarizada, raramente desafia o próprio Sionismo, apesar do reconhecimento por ativistas feministas, tais quais os membros da Coalizão de Mulheres por uma Paz Justa, de que a ocupação e as políticas de fechamento, o toque de recolher e a demolição de casas são racistas e opressivas (LENTIN, 2002, p. 435).

O ativismo pacifista israelense, contudo, está longo de ser monolítico. O principal grupo, “*Women in Black*” – “Mulheres de Preto” – foi criado durante a primeira Intifada. Sua marca mais distintiva é a organização de vigílias individuais, por mulheres vestidas de preto, em esquinas de Jerusalém ou Tel-a-Viv, em nome do fim da ocupação israelense na Faixa de Gaza e na Margem Ocidental. Lentin narra a resposta violenta que o grupo recebeu – principalmente abusos verbais de passantes, mas também empurrões e cusparadas. O grupo foi ativo durante a segunda Intifada, e é criticado por Lentin por se basear em um discurso essencialista de feminilidade pacífica, da maior aptitude das mulheres para a solução de conflitos.

Suas atividades incluem ligações de condolências para as famílias palestinas que tenham tido algum de seus membros assassinado, envio de ajuda humanitária para hospitais palestinos e campos de refugiados, organização de orações conjuntas entre judeus, muçulmanos e cristãos, protestos e ajuda a palestinos cujas casas e oliveiras tenham sido destruídas pelas FDI e, em particular, apoio crucial aos conscritos que se recusam ao alistamento e aos soldados da reserva que se recusam a servir em territórios ocupados e por isso são encarcerados (LENTIN, 2002, p. 438-440).

O maior desafio para o movimento feminista e pacifista em Israel, segundo Lentin, é ser capaz de articular-se criticamente a partir do discurso sobre maternidade. Sem essa crítica, a capacidade deles de resistir ao discurso de segurança nacional ou reformá-lo é ameaçada. Sem essa crítica, a autora se pergunta, essas tentativas não podem, ultimamente, levar apenas ao reforço do que pretendem suprimir?

Nesse ponto, a discussão sobre maternidade e virtude cívica crítica é pertinente. A pergunta de Lentin se mantém igualmente pertinente quando percebemos o desafio que representa articular o discurso sobre maternidade da maneira crítica em Israel, onde o nacionalismo parece seguir fielmente a categorização de Peterson, exposta no capítulo anterior. A “política de reprodução” do Estado israelense, no caso do movimento Mulheres de Preto, reflete claramente a segunda imagem definida por Peterson. Como “reprodutoras

sociais de membros do grupo e de formas sociais”, a oposição dessas mulheres às políticas de segurança israelenses é também uma subversão em relação aos papéis reservados às mulheres. Uma mãe se posicionar contra o militarismo do Estado de Israel não é apenas uma decisão política, mas tem um efeito cultural percebido importante para a reprodução do nacionalismo israelense. Isso se torna ainda mais claro quando Baum (2006, p. 565) afirma que as mulheres do movimento, ao fazerem vigílias às sextas-feiras, recebiam respostas violentas de indivíduos não apenas por se posicionarem contra as ações em Gaza e na Margem Ocidental, mas porque estavam fazendo isso em lugar de cumprir com as responsabilidades tipicamente femininas de preparação para o Sabbath. A maternidade, mostram as ativistas israelenses, é uma identidade com alto teor político e potencial para usos no reforço de diferentes, e mesmo antagônicos, conceitos de segurança.

3.2.5. Palestinas – ativismo e resistência

O discurso da maternidade também é parte fundamental do ativismo feminino palestino. A “política reprodutiva” está incorporada no discurso da “mãe do mártir”: “o sacrifício materno de um filho é o ato político supremo, e a mãe se torna um símbolo do trauma do exílio e da resistência” (NEUGERBAUER, 1998, p. 177). A função da mãe palestina, assim como as israelenses descritas acima, é a “reprodução social de membros do grupo e formas sociais” – ou seja, a educação dos filhos no nacionalismo. Neugerbauer tem uma visão mais positiva sobre as potencialidades do discurso da maternidade para o ativismo político das mulheres que Lentin. “Manter-se na esfera doméstica pode impedir as mulheres de certas contribuições públicas para a luta, mas fortalece os laços de cooperação entre as mulheres que podem ser mobilizados de forma a trazê-las a uma participação significativa” (NEUGERBAUER, 1998, p. 177). Neugerbauer chama atenção para o fato de que descartar a esfera privada pode não ser benéfico para todas as mulheres. No caso de sociedades em desenvolvimento, como a palestina, ela diz, o individualismo da participação na esfera pública pode ser fonte de maior vulnerabilidade para as mulheres. A infraestrutura e os sistemas econômico e educacional não são suficientes para oferecer apoio alternativo àquele oferecido pela família ou comunidade.

A participação feminina é algo presente na história moderna da Palestina desde seu

início, baseada principalmente em papéis tradicionais como mães e educadoras. Com a criação do Estado de Israel em 1948, o ativismo das mulheres palestinas era centrado principalmente em ações de caridade para famílias que perderam suas casas ou terra. Depois de 1967, com a perda de parte significativa de território e aumento da repressão israelense, laços de parentesco e apego às comunidades locais, junto a renovado radicalismo político, emergiram. Nesse período, instituições surgiram a partir de movimentos de protesto – entre elas, a União Geral das Mulheres Palestinas (UGMP) e a União Palestina dos Comitês de Trabalho das Mulheres (UPCTM). A primeira foi criada em 1965, a segunda em 1978, e ambas representam uma nova forma de ativismo surgido nos anos setenta.

O objetivo da maior parte das organizações surgidas nesse período era a mobilização da população rural e da população urbana de camadas mais baixas, aumentando a consciência sobre a luta de determinação nacional. A movimentação nesse sentido não impactou sobre ideologias de gênero prevaletentes, contudo. As organizações de mulheres estavam inseridas ao longo do, e, de fato, divididas pelo espectro das organizações masculinas.

Sua autonomia potencial para perseguir questões das mulheres e preocupações sociais era diluída porque elas eram parte de um movimento político mais amplo que concedia primazia à meta da independência (...) grupos de mulheres também tinham menos recursos, o que limitava sua habilidade para exposição ampla (NEUGERBAUER, 1998, p. 179).

O início da Intifada foi um momento único na luta palestina, na dimensão organizada pelas mulheres. Até então, as atividades de resistência haviam sido planejadas pela OLP. A Intifada marcou a passagem de uma organização centralizada e formal para o ativismo de comitês locais. Mulheres de áreas rurais e refugiadas, grupos que haviam participado antes relutantemente, engajaram-se na luta.

A retomada do controle da mobilização pela OLP ao fim da Intifada foi desanimador para as mulheres. Os comitês que elas fundaram passaram a ser ignorados, a experiência de ativismo e visibilidade – que foi acompanhada pela repressão israelense – foi marginalizada depois que Arafat retomou o controle. No início da década de noventa, as organizações tradicionais se mostraram um mau canal para as demandas dos movimentos de mulheres na Palestina. O dilema é se o movimento de mulheres deve se manter junto a essas organizações ou procurar um caminho independente para sua consolidação. Estamos, mais uma vez, diante da relação entre gênero e nacionalismo com a qual se preocupa Peterson. A relação entre o movimento nacionalista palestino “amplo”, “central”, e as organizações de mulheres é a

quarta dimensão identificada por Peterson – “participantes nas lutas político-identitárias”. A perda de espaço das mulheres e suas iniciativas quando há a reorganização do movimento centralizado expõe a “política reprodutiva” como uma política que hierarquiza e prioriza certas formas de organização política e de nacionalismo, que privilegia os esforços liderados, ou majoritariamente compostos, por homens. Para Peterson, como vimos, a hierarquização depende dos significados políticos que o nacionalismo atribui ao papel reprodutivo das mulheres. Apesar dessa hierarquização acontecer no caso palestino e do papel reprodutivo, nessa sociedade, ser central à participação política das mulheres, Dajani (1994) e Neugerbauer (1998) não fazem a mesma conexão entre os dois fenômenos que Peterson faz.

Quanto ao uso continuado da identidade maternal, Souad Dajani (1994) tem a mesma abordagem de Neugerbauer. Segundo ela, a experiência palestina demonstra que o conceito de maternidade não é estático ou conservador. Para Dajani, a experiência das mães sul-africanas contra o *apartheid* demonstra a possibilidade de redefinição de papéis tradicionais e privados como papéis revolucionários e políticos. O dilema apontado por Neugerbauer, entre se manter associadas às organizações tradicionais ou procurar caminhos independentes logo, pode ser reenquadrado como um conflito entre duas imagens sobre a maternidade. Por um lado, as a relação entre organizações tradicionais palestinas e organizações de mulheres implica uma hierarquização baseada na lógica da política reprodutiva, a qual reserva às mães um papel pré-político, marginal à trama central do nacionalismo, protagonizado por homens. Por outro lado, as mulheres palestinas ativistas buscam um papel mais central para si e suas organizações a partir da tentativa de redefinir o papel de mãe e sua relação com a política nacional, consequentemente, com a própria idéia do que é o nacionalismo. Para recuperar o espaço que tiveram, seria preciso que as ativistas, junto às organizações tradicionais, conseguissem ter sua atuação política como mães e mulheres vista de maneira, central à definição do nacionalismo palestino. E, para isso, seria preciso que as próprias organizações tradicionais redefinissem suas concepções nacionalistas e, consequentemente, subvertissem a política reprodutiva. Ficamos, dessa forma, outra vez diante do conflito central entre diferentes concepções de nação, sobrevivência e segurança nacional, e suas relações com identidades de gênero. Um exemplo de percurso político no qual o reconhecimento da luta política das mulheres torna-se parte central da construção da luta nacionalista será abordado mais à frente, com as zapatistas.

3.2.6. Mulheres asiáticas e o conflito cingalês

No conflito cingalês, mulheres foram combatentes tanto na guerrilha quanto nas Forças Armadas regulares. No último caso, a experiência das mulheres é próxima àquela das mulheres em outros exércitos nacionais, de acordo com a análise de de Alawis (1998) sobre vinte e nove mulheres aceitas para a Força Tarefa Especial do exército do Sri Lanka e que completaram o treinamento em guerra de guerrilha.

A construção identitária do Estado cingalês, segundo a autora, baseia-se principalmente em textos religiosos da etnia Sinhala, usados inclusive pelo sistema de educação pública. Os principais textos constroem uma narrativa política marcada basicamente pelas identidades de “mães morais” e “filhos leais” – identidades que são usadas para retratar, em jornal desse país, a experiência dos soldados em questão.

Apesar do fato de que as novas recrutas descrevem seu exigente treinamento como um desafio que elas tiveram prazer em superar e das afirmações sobre o orgulho em ser parte da força de elite do exército, o tom geral do artigo passa uma mensagem epitomizada nesse excerto: “a resistência que elas adquiriram, contudo, não se sobrepõe à sua feminilidade, como ficou evidente quando as surpreendemos retocando a maquiagem quando chamadas para posar para uma fotografia”. (DE ALAWIS, 1998, p. 262).

Pela interpretação da autora, a afirmação deixa transparecer que, apesar de estarem treinadas para combater a guerrilha, não é essa a tarefa essencial na qual seus superiores pretendem empregá-las. “Parece que o propósito principal do recrutamento das mulheres para as Forças Armadas é tê-las realizando os deveres civis, liberando um número maior de seus colegas homens (em um contexto no qual menos homens estão se alistando e grande quantidade deles deserta) para o combate” (DE ALAWIS, 1998, p. 262).

Por outro lado, mesmo essa acomodação um tanto conservadora das mulheres nas Forças Armadas provoca discontinuidades na estrutura binária mães morais/filhos leais naturalizada pela sociedade cingalesa. No caso das combatentes, elas se localizariam em um hiato identitário. Movimentos na tentativa de localizá-las estão presentes, por exemplo, quando as mulheres são alocadas em funções civis, mesmo quando parte das forças regulares. O pólo dos “filhos leais” se manteria assim intacto. Por outro lado, quando uma mulher soldado fica grávida, ela é imediatamente localizada no pólo da “mãe moral.” Apesar da distância entre as experiências europeias analisadas por Elshtain e a base religiosa Sinhala das

identidades discutidas por de Alawis, é possível perceber um eco das “mães agressivas” e do “guerreiro compassivo” na organização binária de “mãe moral”/“filho leal”. A análise da presença de mulheres cingalesas nas Forças Armadas de seu país mostra, como no caso das estadunidenses, que narrativas tradicionais podem se adaptar a novas situações históricas.

No caso da participação das mulheres na guerrilha tâmil, diferentes construções de feminilidade entram em jogo – definições que evoluem de maneira específica em diferentes momentos do conflito étnico. Sitralega Maunaguru (*apud* DE ALAWIS, 1998, p. 264) categoriza algumas dessas feminilidades: “mães corajosas,” “mulheres guerreiras,” “novas mulheres” e “mães sociais.” Na sociedade do Sri Lanka, a presença das mulheres em combate na guerrilha de liberação dos tigres de Tamil Eelam (LTTE) é fonte de polêmica. Muito do debate se centra na discussão sobre se as mulheres na LTTE são emancipadas ou subjugadas, agentes ou vítimas.

Maunaguru marca duas fases distintas para a categoria da “mulher guerreira” e sua mobilização pelos grupos militantes. Durante a primeira fase, liderada pela LTTE, era esperado que a mulher fosse ao mesmo tempo mãe e combatente, o que formava uma posição que combinava as subjetividades de “mãe corajosa” e “mulher guerreira”. Voltando à categorização de Elshtain, essa etapa compreende ainda uma participação feminina em uma situação nova, o combate, sem que se perturbem estruturas discursivas tradicionais: as “poucas ferozes” e as “mães agressivas” são identidades integrantes da formação de uma virtude cívica que recorre à dicotomias identitárias na constituição de identidades de gênero.

Em uma segunda fase, no entanto, é identificada pro de Alawis. Essa fase contou com a pressão das alas de mulheres e de outros grupos progressivos tâmil e com a consequente formulação de uma nova categoria que “contestava aspectos patriarcais da ideologia cultural tâmil. E insistia na ligação entre liberação nacional e liberação feminina” (de ALAWIS, 1998, p. 265).

Há ainda uma fase ulterior da “mulher guerreira” que de Alawis descreve como a “guerreira virgem masculinizada.”

Em um contexto no qual a LTTE reinam suprema, tendo exilado, incorporado ou assassinado todos dissidentes ou críticos (incluindo muitas feministas), esse é o ideal de feminilidade que parece estar em primeiro plano na sociedade tâmil (por meio da propaganda da LTTE). Como aponta Coomaraswamy, a “virgem armada” é uma inovação da LTTE puramente, não tendo precedência na cultura ou literatura tâmil. No entanto, enquanto se espera que a constituição interna da mulher LTTE seja “pura,” “casta” e “virginal,” seu exterior é marcadamente masculino; seu cabelo é curto e ela usa

uma boina, farda e cápsula de cianureto ao redor do pescoço (exatamente como suas contrapartes masculinas), mas nenhuma maquiagem ou jóias (...) a mulher revolucionária deseja transformar seu corpo biologicamente e culturalmente conformado (como feminino) em uma masculinidade “heróica”, proclamando simultaneamente sua virgindade e castidade (DE ALAWIS, 1998, p. 266).

De Alawis não entra em detalhes sobre as características do que seria a mulher do segundo momento, que pressiona pelo reconhecimento da ligação entre liberação feminina e libertação nacional. No entanto, a citação acima demonstra que essa pressão de grupos feministas tâmil é sufocada como dissidência, quando a guerrilha se fortalece. Assim sendo, na última fase analisada por de Alawis, há um retorno à tentativa de conformar o fenômeno novo, da participação das mulheres na guerrilha nacionalista, às narrativas tradicionais. A guerreira tâmil, assim, se adequa à masculinidade heróica tradicional, diz de Alawis, negando o traço distintivo da feminilidade – a sua ligação com a sexualidade, com o corpo sexuado, como afirma Butler. A participação de mulheres na narrativa da masculinidade não perturba essa narrativa, dessa forma. Ao se distanciarem do sexual, do que faz do feminino o “outro”, a guerreira casta e virginal é parte do *ethos* combatente, do *ethos* masculino, que pode ser despersonalizado e moralizado. Pela negação da sexualidade, da feminilidade, as guerrilheiras tâmil não recaem na categoria de “poucas ferozes”, mas na “maioria militante” ou no “guerreiro compassivo”. As mulheres se mantêm parte das narrativas de gênero que constituem a virtude cívica exatamente como descreve Elshtain. Elas são “homens honorários”.

A presença da mulher no cenário político do Sri Lanka contemporâneo não é apenas como combatente, em qualquer dos dois lados do conflito. Mulheres ativistas do Sri Lanka, no início do conflito entre governo central e rebeldes do Tâmil, em 1984, formaram a “Mulheres Pela Paz,” em favor de formas diferentes de pensar a solução da disputa, em favor de um acordo negociado e pacífico. Com a evolução do conflito, o ativismo feminino passou a incluir programas em nível de comunidades em todas as partes do país, incluindo intercâmbios entre norte e sul, seminários, *workshops* e manifestações pela paz (BARRY, 2005, p. 34).

Em 2002, a organização de uma conferência por grupos ativistas em Colombo resultou em uma Missão Internacional de Mulheres para o Nordeste do Sri Lanka e o estabelecimento subsequente de um Sub-Comitê para Questões de Gênero. A Missão Internacional documentou os efeitos da guerra em mulheres e crianças, e produziu um relatório que deveria

auxiliar o processo de paz. O sub-comitê se mantém em funcionamento, analisando o tratamento de questões de gênero nos sistemas legal e educacional e outras formas de conscientização sobre o tema (BARRY, p. 38).

3.2.7. Mulheres asiáticas e o militarismo norte-americano

A presença de bases militares norte-americanas no Japão, Filipinas e Coréia, principalmente desde a Guerra Fria, está intimamente ligada à experiência das mulheres do sudeste asiático com prostituição e exploração sexual. Kirk e Okazawa (1998) afirmam que o propósito das bases norte-americanas é a manutenção da predominância política, econômica e cultural dos EUA, além de apoiar o investimento corporativo na Ásia. Governos locais são cúmplices no processo. Durante a Guerra Fria, a presença era justificada pelo controle da disseminação do comunismo. Depois de 1989, o Pentágono continuou a afirmar a importância do sudeste asiático na estratégia global dos EUA. Outras justificativas para o engajamento continuado são a história colonial dos EUA, a abertura de novos mercados para bens norte-americanos e concepções racistas que reforçam atitudes de superioridade dos EUA (KIRK e OKAZAWA, 1998, p. 309).

A ênfase da discussão de Kirk e Okazawa são os crimes cometidos pelo pessoal militar dos EUA na Coréia, Japão e Filipinas, particularmente contra mulheres, e a institucionalização da “prostituição militarizada.”²⁶

Os governos dos três países fizeram acordos explícitos de descanso e lazer²⁷ com as Forças Armadas dos EUA, incluindo provisões para *check-ups* de saúde regulares para mulheres que servem os homens, presumindo que são elas as causas de doenças sexualmente transmissíveis. No auge da atividade dos EUA nas Filipinas, estimava-se que 60.000 mulheres e meninas trabalhavam em bares,

26 Segundo Enloe, seu livro, *Maneuvers*, tem como foco a análise sobre as formas pelas quais a vida das mulheres é “militarizada”. A autora define **militarização** como o “processo gradual pelo qual uma pessoa ou coisa vem a ser controlado pelos militares ou vem a depender deles ou de idéias militaristas para seu bem-estar. Quanto mais a militarização transforma um indivíduo ou sociedade, mais esse indivíduo ou sociedade vem a imaginar que as necessidades militares ou pressupostos militaristas são não apenas valiosos, mas também naturais” (ENLOE, 2000, p.3). As expressões “prostituição militarizada” e “estupro militarizado”, usadas nesse texto, são emprestadas de Enloe.

27 Em inglês, os acordos são conhecidos como “*R and R*” – “*Rest and Recreation*”. As autoras também afirmam que eles são comumente conhecidos como “*I and I*” – “*Intoxication and Intercourse*” ou “intoxicação e relações sexuais.”

boates e casas de massagem a serviço das tropas dos EUA (KIRK e OKAZAWA, 1998, p. 311).

Muitas dessas mulheres enfrentam violência e abuso físico por parte dos soldados, principalmente aquelas que sofrem os reflexos da frustração ou raiva dos que voltam de combate – cenário que era especialmente comum durante a guerra do Vietnã e até hoje marca a vida de mulheres que trabalhavam em bares e atendiam soldados à época. As instituições militares também servem aos interesses do patriarcado ao dividir as “boas” e “más” mulheres²⁸. A prostituição militarizada tem ainda efeitos sérios sobre a saúde das mulheres, entre eles a HIV/AIDS, DSTs, gravidezes indesejadas e abortos inseguros, dependência de drogas e álcool, má-nutrição, doenças respiratórias e problemas psicológicos relacionados ao trauma e violência desse trabalho. Redes de ativistas na região tentam providenciar assistência a essas mulheres, que recebem diminuta atenção dos governos, especialmente porque esses governos em geral lucram com o turismo sexual, atividade conexas à prostituição militarizada no sudeste asiático, que também agrava problemas como o tráfico de seres humanos (KIRK e OKAZAWA, 1998, p. 311).

Cynthia Enloe foi pioneira na área de RI ao analisar as formas de militarização da vida das mulheres, que deslizam para fora do centro das discussões, graças ao viés da teoria. Segundo a autora, a relação entre militarismo e prostituição é antiga e ambígua.

A exploração analítica da prostituição militarizada é importante, primeiro, porque a vida de um grande número de mulheres, em inúmeros países, é direta e indiretamente afetada por essa instituição. Em segundo lugar, o assunto deveria atrair atenção porque muitos homens tiveram suas expectativas e fantasias sobre mulheres definidas pela sua própria participação na prostituição militarizada. Terceiro, as tentativas dos tomadores de decisão militares de construir um tipo (ou conjunto particular de tipos) de masculinidade que melhor servem à missão militar são expostas ao levarmos a sério as políticas de militarização da prostituição. Em quarto lugar, é preciso pensar cuidadosamente sobre a prostituição militarizada porque cálculos sobre ela condicionaram políticas externas, internacionais e alianças. Quinto, compreender políticas militares para prostituição joga luz sobre o pensamento que está por trás das políticas de estupro, recrutamento, assédio sexual, moral da tropa, homossexualidade, pornografia e casamento. Finalmente, devotar energia analítica para desvelar a política da prostituição

28 Essa divisão é fundamentalmente a mesma apontada por Young, quando fala da situação de risco em que se colocam aqueles indivíduos que rejeitam a rede de proteção masculinista. As “boas” mulheres, logo, são as que se conformam à proteção – as más, as que não. No caso, a prostituição, no momento em que define claramente os limites entre as mulheres sob a rede de proteção de um chefe patriarcal e as mulheres às margens dessa proteção, define o que são “boas” e “más” mulheres. E, exatamente como define Young, aquelas às margens, as “más” estão sujeitas à violência e ofensas, o que, de fato, em geral caracteriza a experiência do trabalho de prostituição.

militarizada nos ajuda a explicar porque políticas de prostituição de Forças Armadas estrangeiras podem capturar a atenção de líderes nacionalistas locais, enquanto esses mesmos líderes em protesto não apenas continuam a ignorar políticas de prostituição das Forças Armadas de seus próprios países, mas teimosamente resistem aos esforços de feministas locais para fazer da sexualidade uma questão explícita no movimento nacionalista entendido amplamente (ENLOE, 2000, p. 51).

Acordos de estabelecimento de bases e de prostituição são fruto, em geral, de um processo político particular, que busca dificultar a percepção da prostituição militarizada como uma indústria. Esse tipo de acordo é praxis das Forças Armadas britânicas desde o século XIX – os chamados “*Contagious Disease Acts*” que, primeiro, tinham como alvo exames nos próprios soldados, e que passam, a partir de 1864, a significar exames ginecológicos compulsórios de qualquer mulher que a polícia local suspeitasse ser prostituta. De fato, a oposição aos *CD Acts* foi uma das bandeiras levantadas pelas primeiras sufragistas britânicas, no que foram acompanhadas por diversas feministas das colônias britânicas (ENLOE, 2000, p. 59).

O comando militar britânico, durante a Segunda Guerra, controlava bordéis em Trípoli. Depois do ataque a Pearl Harbor, o Havaí conheceu uma rede de prostituição abertamente controlada por exército e marinha – a geografia tendo, nesse caso, um papel importante. A distância do continente tornava possível o controle aberto dos bordéis sem que isso viesse a ser do conhecimento da população civil continental (ENLOE, 2000, p. 64). No caso vietnamita, o “sistema continental” francês – expressão que designa o controle direto do exército sobre redes de prostituição – já tinha deixado suas marcas antes da chegada das tropas americanas no Vietnã do Sul. A partir dessas e de outras experiências de militares servindo em territórios estrangeiros, Enloe identifica quatro condições que promovem a prostituição organizada:

1. Quando grande número de mulheres locais são tratadas pelo governo e empresários como cidadãs de segunda classe, mão-de-obra barata, mesmo quando outras mulheres estão aderindo a uma classe média em recente expansão;
2. Quando o governo estrangeiro baseando suas tropas em solo local vê a prostituição como um “mal necessário” para manter o moral dos soldados;
3. Quando o turismo é imaginado pelos planejadores econômicos estrangeiros e locais como um caminho rápido para o desenvolvimento;
4. Quando o governo anfitrião para as tropas estrangeiras está sob a influência de seus militares, que definem violações aos direitos humanos como necessidades para a “segurança nacional” (ENLOE,

2000, p. 70-71).

A segunda metade da década de noventa nos EUA significou crescente preocupação no Departamento de Estado em relação às políticas que relacionam militarismo e prostituição. O primeiro foco de ação tem sido o esforço contra a prostituição infantil, que exige políticas contra esse tipo de exploração sexual dos serviços das FAs americanas no exterior. Enloe frisa que a questão está na capacidade de fazer com que comandantes e autoridades públicas locais se decidam politicamente por tratar do assunto da prostituição militarizada (ENLOE, 2000, p. 95).

A dificuldade do reconhecimento do caráter político da prostituição resulta do fato de que ela está na interseção de dois pontos problemáticos do discurso da segurança estatal, explorados no último capítulo. Primeiro, a ideia freudiana da guerra como regressão a um estado bestial, menos civilizado, alimenta o mito sobre uma agressividade inerente aos e própria dos homens, que vem acompanhada de construções sobre uma sexualidade masculina incontrolável. Esses são pilares de sustentação da identidade da “maioria militante”, uma das mais importantes justificativas identitárias para a organização dos exércitos nacionais e das nossas visões sobre guerra e o sistema internacional. O reconhecimento de que a prostituição é regulamentada e que o acesso dos soldados às prostitutas dependem de ações de governo deliberadas impacta essa narrativa mítica – a ligação entre atividade militar, masculinidade e sexualidade perde muito da sua força como dinâmica a-histórica e apolítica. O tratamento, por governos nacionais, da questão da prostituição militarizada como parte das políticas de segurança requer um reconhecimento das ligações entre gênero e segurança.

Soma-se a isso o problema da prostituição em si. Ela é um dos “contratos cotidianos” localizados nas discontinuidades do discurso contratualista-liberal moderno; uma das situações nas quais a “subordinação civil” se infiltra na esfera de liberdade prevista pelo contrato social. A prostituição demonstraria a situação excêntrica da mulher no contrato social, entre o público e o privado, capaz de celebrar contratos que contradizem um dos fundamentos mesmo do contrato social e da individualidade no Estado liberal moderno (a propriedade sobre o próprio corpo).

O reconhecimento da prostituição como questão política, assim sendo, promove um ponto de vista mais crítico a respeito da construção discursiva das políticas de segurança. Afasta a virtude cívica de narrativas tradicionais sobre a “maioria militante”, o que é um passo em direção à promoção da virtude cívica baseada no pensamento moral, defendida por

Walzer e Elshtain. Ele também é passo essencial no aprofundamento das liberdades civis, porque mostra os limites do contratualismo liberal. O distanciamento entre Forças Armadas e políticas que encorajam relações de prostituição é uma das políticas anti-masculinistas mais facilmente identificáveis.

3.2.8. Zapatistas: “os homens não conseguiriam sozinhos”

3.2.9.

Em estudo conduzido em 1997 sobre as revoltas zapatistas, iniciadas em 1994, Mora (1998) argumenta que o movimento zapatista criou espaço para as mulheres exigirem direitos e tomarem parte na sua conformação. Graças à abordagem do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* – que pede por uma redefinição do poder a partir da base da sociedade, e entende que a revolução se realiza no próprio processo revolucionário, não como teleologia –, minorias indígenas, mulheres e outros grupos marginalizados da sociedade tiveram oportunidade de participar da definição revolucionária enquanto trabalhavam pela própria emancipação. O caso zapatista serve de exemplo particular sobre as formas pelas quais o nacionalismo pode se organizar sem recorrer às políticas reprodutivas. Pelo contrário, entre as zapatistas, a subversão de estruturas que sufocam o nacionalismo zapatista anda *pari passu* a subversão das estruturas de gênero dentro das próprias comunidades. As identidades femininas não são definidas com anteriores e exteriores às questões políticas do nacionalismo. Uma vez entendidas como parte integrante da construção do movimento, as próprias identidades de gênero são negociadas politicamente, e outras possibilidades de atuação se abrem tanto a mulheres, quanto a homens.

O zapatismo buscou criar autonomia para mulheres dentro da comunidade sem separá-las do coletivo. As primeiras fraturas nas estruturas tradicionais da comunidade aconteceram com a inclusão das mulheres nas fileiras militares. A isso seguiu-se uma série de outras subversões que culminaram na redação da “Lei Revolucionária das Mulheres” – um quadro institucional dos direitos da mulher na família, na comunidade e no movimento revolucionário, tornando-se um canal de diálogo entre as mulheres zapatistas e a população em geral.

O relato das mulheres sobre sua incorporação progressiva na guerrilha zapatista retrata uma participação inicialmente tímida nas reuniões organizadas pelos homens.

Eles foram os primeiros a ir para reuniões e alguns concordaram que as mulheres deveriam ser envolvidas também. Pouco a pouco, as mulheres começaram a participar porque nós percebemos que, para lutar, todos teriam que estar envolvidos, os homens não conseguiriam sozinhos (MORA, 1998, p. 165).

Durante o treinamento nas montanhas, por que passavam os recrutas da guerrilha, as mulheres experimentaram, pela primeira vez, o mesmo nível de igualdade que os homens. Como parte de seus deveres militares, as mulheres insurgentes do EZLN tinham de recrutar e conscientizar, em apoio às comunidades de base. As mulheres, em 1997, constituíam um terço da EZLN. Em adição à participação militar, mulheres também eram parte da liderança política zapatista nas vilas e como membros do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, a mais alta autoridade do movimento.

Contra a insurgência zapatista, o governo mexicano empregou uma estratégia de guerra de baixa intensidade, que, segundo a autora, tem um efeito particular sobre as mulheres.

A guerra de baixa intensidade erode o tecido social e desmoraliza psicologicamente a comunidade para alcançar seus objetivos. Ela altera severamente a vida diária da comunidade e afeta as mulheres duplamente, como aquelas cujo papel tradicional tem sido de reprodutoras dos recursos e de tecelãs da estrutura da família estendida. Por essa razão, mulheres têm sido alvo central das operações de contra-insurgência. O território é saturado de soldados mexicanos que declaram sua presença nos lugares mais intimidantes para as mulheres: seus lugares de banho e de lavar roupas nos rios, as áreas nas quais as mulheres recolhem lenha, ou outros espaços primariamente ocupados por mulheres e crianças (MORA, 1998, p. 171).

As mulheres também são duplamente afetadas porque se tornam o alvo da frustração de seus pais e maridos. Elas não só suportam o peso das frustrações dos homens, mas também têm que lidar com seus próprios medos. Entre eles, está o medo de ataque sexual pelas forças do governo, pois o estupro é uma tática central na contra-insurgência. Um coletivo de mulheres de San Cristobal tentou de maneira independente ajudar mulheres a moverem processos em casos de estupro, mas não conseguiu levar as ações adiante porque os militares intervieram em quase todas as etapas do processo.

Quando o diálogo entre governo e insurgência foi estabelecido, as mulheres se tornaram parte central dele. A participação ativa de mulheres zapatistas e não-zapatistas criou espaço para o diálogo que praticamente não existiam antes em Chiapas e em outros lugares da república mexicana, espaço que não são benéficos apenas para as mulheres ou indígenas

mexicanos, mas para o coletivo.

3.2.9. Bósnia: corpos feitos campos de batalha

A questão do estupro em situações de conflito ganhou visibilidade nos anos recentes por causa da guerra da Bósnia, entre 1992 e 1995. No entanto, o “estupro militarizado”²⁹ é um fenômeno com muitas facetas e uma história muito antiga.

Segundo Enloe, três são as formas do estupro militarizado: “‘estupro recreacional’ como o resultado alegado de não se prover os soldados com ‘acesso adequado’ à prostituição militarizada; ‘estupros de segurança nacional’ como um instrumento para fortalecer um Estado ‘nervoso’; ‘estupro sistemático em massa’ como instrumento de guerra aberta.” (ENLOE, 2000, p. 111).

O pressuposto da prostituição militarizada está por trás do primeiro tipo de estupro militarizado; a prostituição é imaginada como meio de preveni-lo. Esse é o discurso que transparece no caso do estupro de uma garota de doze anos por três americanos em Okinawa, Japão. Em todo o processo delicado de negociação entre Japão e Estados Unidos para o julgamento dos soldados, uma observação do Almirante que tinha o comando das bases militares americanas no Pacífico se destacou: “Acho que foi absolutamente estúpido, já disse várias vezes. Pelo preço que eles pagaram para alugar o carro [usado para o seqüestro e estupro da garota japonesa], eles poderiam ter pago uma garota.”

A atitude do almirante da prostituição-como-um-dado revelou a causa para as repetidas experiências das mulheres soldado norte-americanas com o assédio sexual: uma instituição militar que tolera a prostituição (até a encoraja) é uma instituição que criará soldados hostis em relação a mulheres soldados que se recusam a agir como objetos sexuais (ENLOE, 2000, p. 117).

A segunda forma de estupro é o caso chileno e argentino na década de setenta; das Filipinas nos anos oitenta, do Iraque e de Israel, além da Índia, da Indonésia, da China e da Turquia entre os anos oitenta e noventa: “oficiais do governo em cada um desses países foram acusados de usar estupro sistematicamente para fortalecer aquilo que eles imaginavam ser

29 Ver nota de rodapé 17.

segurança nacional” (ENLOE, 2000, p. 123). O uso da guerra de baixa intensidade depende da dificuldade de distinção entre “campo de batalha” e “espaço doméstico”. Essa difícil distinção é instrumentalizada pelos militares, de forma que causa às mulheres grandes prejuízo. Elas passam a ser as responsáveis pela destruição do tecido social – a barreira de segurança entre a linha de frente e o espaço doméstico – se tentam expandir o espaço privado feminizado para incluir a ação organizada com outras mulheres. Uma mulher que organiza uma creche ou clínica, ou uma aula de alfabetização pode ser vista por comandantes militares como duplamente subversivas: ela não apenas desafia a provisão de serviços básicos pelo governo, mas também está questionando as próprias divisões sexuais do trabalho sobre a qual se sustenta a ordem política (ENLOE, 2000, p. 126). Noções patriarcais sobre o que constitui uma mulher respeitável – uma mulher que sustenta a segurança nacional por sua negação do ativismo político e pela salvaguarda de sua pureza sexual –, tornam mulheres envolvidas em atividades políticas alvos duplos dos oficiais de segurança: primeiro, na seleção de mulheres a serem presas e torturadas, e, em segundo lugar, ao encontrarem incredulidade dos agentes da lei caso venham prestar queixas de estupro.

Enloe enfatiza a importância de se questionar como o estupro se torna uma estratégia militar ou instrumento político, porque, apenas partindo desse questionamento, podemos fugir à pressuposição de que o estupro é inevitável em qualquer operação militar em qualquer momento histórico. Como no caso da prostituição militarizada, é preciso se manter ciente de que esses comportamentos são resultado de escolhas políticas. “Essa pressuposição alimenta a crença de que não há escolha política sendo feita, de que não há responsáveis – em outras palavras, que o comportamento dos soldados é universal e a-histórico, que o estupro perpetrado por soldados é apolítico, que o estupro é apolítico” (ENLOE, 2000, p. 127).

Essas interpretações buscam suplantar o reducionismo das explicações do estupro como expressão de alguma forma primária e brutal de misoginia. Considerar a situação histórica e as condições políticas do estupro impede que sua existência seja identificada como uma expressão “natural” de masculinidade ou que se ignorem as hierarquias militares que incidem sobre o fenômeno. Essas considerações são importantes inclusive para não tornar inúteis os esforços feministas de responsabilizar estupradores ou de prevenir, em alguma medida, o estupro em próximas guerras. Nesse caso, vemos que a questão do estupro, seu reconhecimento como assunto político e a necessidade de tratamento do tema pelos responsáveis por políticas de segurança é imensamente similar à questão da prostituição, no que diz respeito à reificação de mitos de masculinidade e virtude cívica.

Voltamos, dessa forma, ao caso da antiga Iugoslávia, onde o estupro não foi apenas pela primeira vez elevado ao status de assunto político, mas também foi pela primeira vez percebido como uma tática sistemática. Ou seja, mais do que “efeito colateral” do caráter destrutivo da guerra, ele foi percebido como uma ocorrência administrada, que responde a um padrão político, submetido a um planejamento prévio.

Para que isso acontecesse, no entanto, foi preciso que jornalistas, diplomatas e telespectadores de todo mundo fossem confrontados diretamente com o estupro em massa. Ainda assim, em agosto de 1992, o número de relatos e depoimentos sobre estupros entre bósnias muçulmanas multiplicavam-se e nenhum oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou da Cruz Vermelha Internacional foi designado para investigar os incidentes. Os dois organismos se mantinham presos à crença que os estupros eram fenômenos aleatórios e aconteciam em todas as etnias com a mesma intensidade. Enloe atribui essa resistência em perceber os estupros de mulheres bósnias como sistemáticos ao pensamento patriarcal das organizações, mas também ao efeito da sobrecarga que sofriam essas organizações e à determinação em tentar se manterem neutras frente aos grupos étnicos envolvidos.

Somente mais tarde, campanhas e pressão internacionais levaram os juízes do tribunal internacional de crimes de guerra a anunciar, em 1996, o indiciamento de seis oficiais militares e policiais bósnio-sérvios sob a acusação de estupro. Em todos os seis casos, a acusação não era a única que os oficiais enfrentavam, mas parte de um conjunto delas (ENLOE, 2000, pp. 134-135). Após o caso da Bósnia, o estupro como arma de guerra estar relacionado à ligação simbólica feita entre mulheres e nação foi bastante explorada. A terceira dimensão da política reprodutiva, para Peterson, a mulher como “Significante para Diferenças de Grupo” retoma esse argumento. O controle sobre corpos femininos, a fim de garantir a continuidade cultural, inversamente, faz com que a tentativa de suprimir uma cultura traduza a violência interétnica para a violência sobre os corpos das mulheres.

O estupro sistemático ou como arma de guerra é já classificado como crime contra a humanidade. Apesar da importância de se ter em mente a dimensão genocida dos estupros no caso da Bósnia, onde eles foram claramente usados de maneira consciente, como arma de guerra e de limpeza étnica, “estupro genocida não é visto como uma modalidade de estupro, mas como algo único. A distinção geralmente feita entre estupro genocida e estupro “comum”, na paz ou na guerra, é proferida não como uma tipologia, mas como hierarquia. Exagerar a distinção do estupro genocida obscurece a atrocidade do estupro comum”

(COPELON, 1998, p. 69).

3.3. Segurança Humana – alternativa viável?

A construção do discurso estatal e a experiência das mulheres em conflitos contemporâneos foram empregadas para demonstrar os limites do conceito tradicional de segurança. *E o dilema da segurança internacional contemporânea – individual x estatal.*

Para articular o conceito de segurança ampla de forma a ser uma alternativa viável para a segurança tradicional, é preciso entendê-lo como conceito de mesma capacidade analítica e política do conceito tradicional. Além disso, ele é sugerido porque seria capaz de, em adição aos temas tradicionais que trata convencionalmente a segurança, incluir as experiências e demandas políticas expostas neste capítulo.

Esse tem sido o objetivo do trabalho de Barry Buzan (1984) nas duas últimas décadas. Nos primeiros momentos da tentativa de articulação de um novo conceito, ele propõe a substituição, na teoria, dos conceitos de paz e poder pelo conceito de segurança. Segundo o autor, paz e poder são conceitos que oferecem visões parciais e por isso são maus guias para a análise empírica. O uso dos dois conceitos alimenta uma cisão no pensamento, “estruturando-o na forma de um dilema aparentemente insolucionável” (BUZAN, 1984, p. 111). O conceito de poder é criticado pelo foco nas partes à custa de uma perspectiva sobre o todo e nas dinâmicas de conflito à custa da harmonia. Por outro lado, o uso de conceito se justifica pela capacidade de identificar motivações universais para os atores e fornecer parâmetro para a medição relativa dos seus status. O conceito de paz, por sua vez, permite uma visão mais geral do sistema e como indivíduos são parte dele – de fato, os indivíduos, nesse caso, são referentes em última instância do sistema.

Buzan pretende, no entanto, distanciar-se desses conceitos e mesmo se distinguir das formas usuais de emprego do conceito de segurança. O que ele chama de “formas usuais de emprego do conceito” é exemplificado pelo dilema de segurança de Herz.³⁰ Segundo Buzan, a forma como Herz faz uso da idéia de segurança não oferece alternativas ao conceito de poder e mantém o de segurança em lugar subordinado na teoria. “Herz tratou segurança muito mais

30 Ver Herz, John. “Idealist Internationalism and the Security Dilemma” in: **World Politics**, vol. 2, pp. 157-80, 1950.

como resultado das relações de poder do que como um motivo direto para o comportamento” (BUZAN, 1984, p. 112). Buzan propõe uma visão de segurança que seja entendida como motivação para o comportamento dos atores, não como resultado da política de poder. Assim, o conceito teria a vantagem de poder ser empregado em nível individual e sistêmico, porque livre da relação direta com o poder estatal. A segurança nos diferentes níveis está, em Buzan (como no pensamento feminista), inter-relacionada – a segurança de agregados não é descartada nessa perspectiva, mas não se esgota apenas no nível estatal.

Não obstante serem os indivíduos os depositários últimos da insegurança, eles não podem, por causa de seus poderes limitados, prover sua mais potente expressão. Essa responsabilidade recai sobre uma grande variedade de organizações cujo principal objetivo é agregar as inseguranças individuais até um nível no qual recursos são suficientes para tonar possível uma ação remediadora. (BUZAN, 1984, p. 113).

Isso inclui não só os Estados, mas uma série de outras instituições. Quando há competição entre essas organizações, os problemas da segurança amontam. Esse é o caso do sistema internacional, onde as relações entre Estados, com frequência competitivas, fazem do problema da insegurança algo central para as relações internacionais. O que Buzan pretende não é um projeto que prometa remover o problema de insegurança do sistema – a perspectiva de segurança de Buzan procura apenas redefinir a forma como os Estados conformam sua preocupação com insegurança.

Como ilustração, analisa-se a principal fonte de insegurança internacional, a guerra, e seu significado em perspectiva com os conceitos de poder, paz e segurança. Com isso, Buzan procura mostrar a superioridade do último conceito.

Duas condições do sistema determinam a ocorrência da guerra: a anarquia internacional e as corridas armamentistas – ambas vamos considerar condições **fixas**. O conceito de paz, para Buzan, é pouco útil porque tenta elaborar maneiras de suprimir essas condições. Se temos o pressuposto de que elas são fixas, isso quer dizer que o esforço de suprimi-las vai ser inútil. No entanto, é preciso mais que a afirmação de que a substituição da anarquia internacional por uma organização mais pacífica é um projeto de difícil consecução – é preciso entender **porque** esse projeto é difícil.

A resposta não está apenas na falta de vontade de líderes políticos, mas de certas características positivas da anarquia, características que valorizamos e das quais estamos dispostos a abrir mão, características que as análises baseadas no conceito de paz têm

dificuldade de perceber :

A anarquia internacional expressa não apenas a variedade política e histórica da humanidade, mas também a profunda ausência de qualquer base para um acordo universal sobre uma ideologia organizadora do planeta como um todo. A anarquia enfatiza os valores de independência, autodeterminação e identidade cultural (BUZAN, 1984, p. 117).

A corrida armamentista, em segundo lugar, guarda um viés que se relaciona à capacidade de produção de conhecimento do ser humano. Buzan a considera fixa, logo, porque, mesmo que realizássemos um desarmamento geral e completo, a capacidade para a produção de armamentos, e a insegurança sistêmica que a acompanha, não poderia ser suprimida, da mesma forma que não se pode suprimir a capacidade de criação do ser humano, mesmo de meios tecnológicos que possam ser usados contra outros seres humanos.

Considerar a anarquia e a corrida armamentista como fixas não é o mesmo que dizer que essas são características **imutáveis** do sistema. Se abandonarmos o conceito de paz e nos voltarmos ao de poder, veremos que ele tampouco nos aproxima de uma visão nuançada da anarquia, mas nos passa uma imagem que Buzan chama de “crua e primitiva”. O conceito de poder deixa de lado o potencial da anarquia para desenvolvimento e sofisticação.

Já o conceito de segurança serve à análise das relações internacionais desvelando formas pelas quais elas “se movem em direção a uma anarquia mais desenvolvida” (BUZAN, 1984, p. 122). As políticas de segurança não se reduziram a situações de dilema e soma zero – o conceito de segurança permite trazer para o cálculo das unidades preocupações com o sistema. Ao integrar o objetivo de desenvolvimento e “sofisticação” da anarquia aos seus cálculos de segurança, as políticas estatais nessa área superariam apenas a procura bruta por poder, na perspectiva conflituosa que alimenta dinâmicas auto-destrutivas no nível do sistema.

Incluir a segurança dos indivíduos e a segurança do sistema no pensamento sobre segurança estatal nos distância das ambigüidades que maculam o conceito de segurança quando esse é identificado com poder – a ambigüidade que torna difícil, quando discutimos segurança em termos estreitos, diferenciar *poder-como-meio* e *poder-como-fim*. Políticas de segurança nacional devem se preocupar com o aumento da segurança das unidades enquanto avaliam se essas políticas também contribuem para diminuição de inseguranças sistêmicas. Dessa forma, dilemas de segurança, por exemplo, seriam contornáveis. Podemos dizer, aplicando a lógica ao argumento desenvolvido ao longo desse texto, que os dilemas apresentados poderia ser gerenciado se a elaboração de políticas de segurança estatal também

avaliassem seus efeitos sobre a segurança humana, de grupos como, por exemplo, mulheres.

O conceito de Buzan também aborda a relação, por vezes problemática, entre a existência de armas e Forças Armadas e a idéia de ordem. De fato, como justifica Walzer, há uma ordem mantida pelos exércitos, que é a de reforço da norma da soberania. Ignorar o reverso negativo dessa dinâmica, que são a lógica militarista e as políticas agressivas é, contudo, deixar de fora das análises características importantes dessa condição do sistema.

O uso do conceito de segurança não nos permite evitar as ambigüidades da relação entre força e ordem, mas contribui para enfrentar o incontornável dilema “ordem-e-desordem” que acompanha a existência de armas. Isso requer enfatizar a capacidade estabilizadora das armas e evitar definições de poder que levem a entusiasmos nacionalistas ou militaristas (poder definido como capacidade militar) e à mentalidade conquistadora – pontos de inflexão que transformam a manutenção da ordem como dinâmica positiva em uso da justificativa de manutenção da ordem como combustível para práticas que a ameacem. Podemos considerar que todas as discussões apresentadas no capítulo 3 agem exatamente nessa direção, fornecendo guias à ação política que evita “entusiasmos” nacionalistas e/ou militaristas.

Ao perseguir a segurança militar, Estados devem oferecer mesmo peso à tarefa militar de reduzir suas próprias vulnerabilidades, por um lado, e à tarefa política de reduzir as ameaças percebidas pelo resto do sistema, de outro. Esses objetivos estão sujeitos à pressão constante da tecnologia militar e das más percepções entre os atores do sistema e da possibilidade de decepção e trapaça (BUZAN, 1984, p. 125).

Ele desenvolve mais profundamente seu conceito de segurança, e sua relação com as políticas de defesa e com a política doméstica e internacional, no livro com Ole Weaver e Jaap de Wilde, *Security: A New Framework of Analysis*. Para definir o que é segurança, o ponto de partida é a idéia de “ameaça existencial” – segurança são ações que objetivam evitar ou suprimir ameaças específicas à sobrevivência de um objeto referente. Sua perspectiva permite, logo, o conceito de “*securitização*” - “o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e conforma uma questão como parte de um tipo particular de política ou acima da política” (BUZAN, WEAVER e de WILDE, 2001, p. 23). Diferentes dimensões da vida internacional podem definir diferentes objetos referentes, passíveis de serem ameaçados. A segurança tradicional se preocupa com a dimensão militar e tem o Estado como objeto referente. Baseados na teoria habermasiana do “ato de fala”, Buzan, Weaver e De Wilde (2001, pp. 21-22) determinam que quase qualquer dimensão da vida

social aceita securitização. Basta que esse referente seja considerado essencial para sobrevivência de algo ou alguém. Securitização é o resultado do processo de dar significado a certos eventos, “porque se pode argumentar que o assunto é mais importante que outros e merece prioridade absoluta” (BUZAN, WEAVER e de WILDE, 2001, p. 24).

O conceito de segurança humana é uma das formas de operacionalização da lógica e abrangência dos referentes de segurança presentes em Buzan. O primeiro e mais conhecido uso do conceito foi feito no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1994. Nele, “segurança humana pode ser dita como tendo dois aspectos principais. Significa, primeiro, segurança contra ameaças crônicas como fome, doença e repressão. Em segundo lugar, significa proteção contra disrupções repentinas e prejudiciais aos padrões da vida diária – seja em casa, no emprego ou em comunidades” (Nações Unidas, 1994).

Outras possibilidades de conceituação, como a de Nef (1999 *apud* PARIS, 2001), determinam cinco elementos que compõem a segurança humana: segurança ambiental, pessoal e física; segurança econômica, segurança social, incluindo segurança contra discriminação; segurança política – segurança contra repressão a direitos civis e políticos –; segurança cultural – definida como “conjunto de orientações psicológicas da sociedade ajustado para preservar e avançar a habilidade de controlar incerteza e medo.”. Bajpaj (2001 *apud* PARIS, 2001) tenta uma formulação mais abstrata, guardando, não obstante, relação com as enumerações anteriores: segurança humana é a segurança contra “ameaças diretas ou indiretas à segurança corporal individual e à liberdade”. O conceito de segurança humana carrega, desde sua elaboração, uma preocupação com aplicabilidade política, uma visão de interdependência entre ameaças de diferentes dimensões, foco na prevenção, centrada no indivíduo, e uma relação com a idéia de desenvolvimento. Segurança humana percebe a soberania verticalmente – entre indivíduo/Estado –, e não pela ótica horizontal que define tradicionalmente a soberania, principalmente nas RI, como acordo entre unidades iguais.

Paris, criticando o conceito, fala que a segurança humana sofre de “ausência de definição precisa”, uma vez que trabalha com as idéias de “ameaça existencial” e “controle de incerteza e medo” e com o pressuposto de que essas ameaças, incertezas e medo podem surgir em praticamente qualquer dimensão da vida humana, não apenas nas relacionadas a assuntos militares e político-geográfico-territoriais, o que tornaria mais difícil para o Estado determinar suas prioridades. A essa crítica, respondem Buzan e Weaver:

qualquer securitização sempre descansa sobre a escolha política. Segurança pode ser baseada na referência que algo é em si e para si mesmo um problema político. Essa qualidade é sempre um dado possível na comunicação humana. E quando securitização é vista como um problema político, menos chances há que segurança se torne idealizada como busca por condições, mais chance há que o caminho para dessecuritização – levar coisas de volta à política normal – fique mais claro (BUZAN e WEAVER, 1997, p. 247).

Vemos dessa forma não uma obsolescência da segurança tradicional, mas uma redefinição do seu significado para a sociedade, na linha do argumento defendido por Young. A relação das políticas de defesa em relação a outras políticas, dentro do marco da securitização, ou da segurança humana, deve ser definida pelo diálogo e negociação políticos. Qualquer possível referente – o território, o indivíduo, o meio ambiente – requer “securitização” – consenso pela sociedade de que a ameaça àquele referente se apresenta, naquele momento, em patamar especial de importância para cidadãos ou comunidade política. Essa visão permite que se revertam situações comuns em que o militarismo age contra outras dimensões de segurança.

Pelas visões tradicionais de segurança, a defesa militar do território está inquestionavelmente acima e à frente de quaisquer outras ameaças. Nisso as feministas são particularmente enfáticas ao criticar o conceito tradicional. Os temas particulares a mulheres e conflitos contemporâneos, levantados nesse capítulo, tiveram também o objetivo de mostrar quando e por quê isso se dá. Vimos que em conflitos de baixa intensidade, ou no caso de acordos intergovernamentais sobre bases militares, a segurança nacional é, *a priori*, definida como mais importante que a segurança das mulheres em relação a ameaças contra sua dignidade e direitos humanos ou acesso à justiça. De fato, a definição de segurança nacional, quis-se mostrar, nesses casos, sobrepõe-se à segurança individual de determinadas mulheres ou grupos de mulheres.³¹ Quando abordamos a questão da segurança pela vertente humana, esse tipo de hierarquização se torna impossível, ao menos, como um dado. Para que haja hierarquização entre temas é preciso, primeiro, que a sociedade tenha acordado politicamente que certa ameaça tem caráter mais urgente para a sobrevivência comunitária.

Para o manejo de políticas de segurança, a consciência do antagonismo que pode se estabelecer entre segurança cujo referente é o Estado e segurança cujo referente é o indivíduo

31 Podemos pensar em outras situações e outros referentes para o qual esse argumento igualmente se aplica. No caso brasileiro, por exemplo, podemos pensar o discurso sobre segurança nacional na região amazônica e o discurso ambientalista fazendo demandas de segurança antagônicas – de forma que uma prejudica ou se sobrepõe à outra. O argumento aqui desenvolvido, apesar de centrado em questões relativos a gênero e, mais especificamente, a mulheres, mostra ser particularmente interessante quando se percebe que ele pode ser aplicado de maneira ampla, a outras preocupações de segurança.

é essencial. Procurou-se demonstrar como e porquê esse antagonismo acontece. Em alguma medida, esse capítulo também argumentou de que forma esse antagonismo é reflexo dos desafios que a segurança internacional, em sua relação com a política nacional, enfrenta contemporaneamente.

Dessa forma, definições de segurança humana em forma de enumeração não significam uma “dispersão de prioridades”, mas a construção de uma lista de possíveis prioridades, que precisam ser social e politicamente negociadas por indivíduos que são ao mesmo tempo detentores da “cidadania democrática” de Young e da “virtude cívica” de Elshtain, além de permitirem a segurança que relaciona o unitário e o sistêmico. O essencial, no argumento que aqui se desenvolveu, é que uma sociedade que constrói a cidadania e a segurança distante de hierarquias, binarismos e masculinismo se torna conceitualmente possível com o emprego desse conceito de segurança. A mudança essencial que a construção do conceito de Buzan, Weaver e de Wilde opera é a da justificativa discursiva para a segurança. Não há dados nem prioridades que se constroem por recurso a narrativas sobre mulheres, homens, Estado e guerra.

O processo de securitização retira as prioridades que se dá a certas ameaças da esfera da autoridade construída mítica e narrativamente e das identidades pré-definidas, trazendo nossas preocupações com defesa e segurança para o espaço da negociação política. Traz-se a segurança para o patamar da construção de identidades e interesses, nos termos de Sylvester, da conversação mútua empática. É uma forma de construir a segurança que tem espaço em uma sociedade na qual a democracia se profunde e na qual homens e mulheres podem, autonomamente, construir identidades que contribuam para sua emancipação individual e cidadania crítica.

Conclusões

A prioridade da segurança nacional na disciplina de RI e na tomada de decisão do Estado é um projeto masculinista. A importância da defesa territorial e da comunidade política é construída pela sua “masculinização”: esse assuntos são construídos como um espaço em que se movem certos homens, pressupostos certas histórias e atributos; a importância dada a esses assuntos é a hierarquização daquilo que é masculino como prioritário. Logo, a substituição das concepções tradicionais de segurança por alternativas de segurança humana, transforma o processo de priorização de referentes. Os referentes priorizados pela segurança tradicional dependem de identidades de gênero naturalizadas – naturalizando, por sua vez, a prioridade dada às formas de proteção militaristas e autoritárias. A multiplicação dos referentes e a politização do processo que define sua “securitização” final aparecem como mais compatíveis com uma política democrática e com a construção autônomas de identidades individuais.

Essas conclusões resultam da aplicação do pensamento feminista à segurança internacional, da tradução de preocupações sobre o significado do gênero, e seu efeito sobre identidades, estruturas e instituições no caso específico dos fenômenos dessa área. Dessa forma, vemos as conclusões alcançadas aqui em perfeita consonância com as preocupações filosóficas e políticas adiantadas por Butler. A identidade, no contexto político contemporâneo, no qual o discurso e a representação discursiva dos sujeitos são percebidas como parte essencial do processo de elaboração de demandas e soluções, deve ser um espaço aberto à negociação, ao debate e à contestação. Dessa forma, ela não imporá poderes e encobrirá mecanismos de coerção, mas seria espaço de exercício democrático de participação das mulheres na definição de seus papéis sociais.

Se considerarmos que nossas identidades são também constituídas pelo espaço político, o que o trabalho procurou mostrar é que essa priorização da segurança tradicional é parte da construção, no espaço político, de certas identidades para indivíduos culturalmente identificados como masculinos e femininos. Uma construção identitária, no caso das narrativas que compõem a segurança tradicional, que não alimenta a autonomia e que se impõe sobre os indivíduos, criando constrangimentos, invisibilidades e marginalização.

A revisão do processo de construção de segurança, com a possibilidade de definição abertamente política do seu referente, construiria, um espaço no qual a construção de

identidades pela prática política fosse mais autônoma, mais capaz de refletir sobre a inclusão e exclusão de certos grupos, identidades e discursos. O campo da segurança é, dessa forma, uma arena importantíssima na operacionalização da construção identitária por reconhecimento mútuo empático.

Para a área da segurança internacional, no campo das Relações Internacionais, isso também significa perceber que tem definido como fenômenos compatíveis com o estudo da segurança responde aos mesmo pressupostos. Isso não significa uma apologia ao fim dos estudos sobre segurança nacional, mas apenas uma defesa da reflexão sobre em que situações deve ser essa a prioridade da área, permitindo que outras experiências de insegurança possam reclamar o mesmo valor do estudo da segurança nacional. A área também se torna mais capaz de responder aos desafios da política internacional contemporânea. O dilema entre os imperativos da norma soberana e os imperativos da segurança humana é uma realidade do sistema internacional contemporâneo. Os argumentos feministas procuram construir um instrumental teórico para que tomadores de decisão e pesquisadores da área possam tentar manusear esse dilema.

O deslocamento do campo de segurança em direção a adoção do paradigma da segurança humana não significa, necessariamente, o fim dos estudos em segurança tradicional. Ele serve à percepção que questões, como as ilustradas pelas experiências femininas em conflitos contemporâneos, podem ter o mesmo valor de preocupações mais tradicionais. Os ganhos do Estado, da segurança estatal e sistêmica com essa mudança são múltiplos e coerentes com as preocupações de autores como Elshtain, Sylvester, Ashley, Buzan e mesmo Walzer. De fato, o Estado, como melhor instância de canalização das demandas e provisão de direitos individuais e comunitários, é reforçado por essa segurança pluralista. Logo, o interesse de defesa do Estado é reforçada pela segurança humana, multidimensional. Uma comunidade que é capaz de canalizar demandas e abre espaço para a discussão da securitização, como coloca Walzer, é uma comunidade que “vale a pena” ser defendida.

Os níveis individual, doméstico e internacional se relacionam positivamente quando buscamos um conceito de segurança que possa trabalhar com diminuição das ameaças nos três. Na segurança tradicional, o nacional é priorizado, muitas vezes, em detrimento do individual e do sistêmico. O que o argumento desenvolvido procurou mostrar é que há alternativa – o paradigma de segurança humana. Nele reconciliam-se o interesse na emancipação individual, o fortalecimento do potencial democrático do Estado e uma anarquia

mais desenvolvida e estável.

A defesa do uso de um conceito amplo de segurança é comum à maior parte dos estudos feministas em segurança. Procurou-se reunir e resumir os principais argumentos desses estudos, de forma a refazer esse percurso, que se inicia pela elaboração das reflexões sobre gênero, identidade e política – o pensamento de Bourdieu, Butler, Foucault, exposto na introdução.

No primeiro capítulo, a discussão chega à disciplina de RI. As viradas lingüística e construtivista representaram uma oportunidade única para o feminismo em RI. Tickner, como Zehfuss, percebe que construtivistas e feministas se aproximam em suas bases ontológicas. As feministas, contudo, tomam as implicações políticas da epistemologia pós-positivista como algo central ao seu estudo, o que nem sempre se dá com os construtivistas. A discussão sobre os autores seminais das viradas em RI esclarece os termos da abordagem e nos permite, também, entender os termos das abordagens feministas, suas preocupações centrais e comuns e seus pontos de diferenciação e divergências.

O segundo capítulo move o argumento da discussão teórica mais ampla e aproxima-a dos temas da segurança internacional. O pensamento de importantes pensadoras, que inauguram o feminismo em RI, é empregado na crítica às dimensões fundamentais do discurso sobre o Estado, que justifica a segurança tradicional. O capítulo demonstrou como narrativas sobre gênero são uma das instâncias de construção do pensamento que hierarquiza e constitui interesses e prioridades políticas. Essas narrativas estão presentes no caso das identidades individuais e dinâmicas de guerra, cidadania e serviço militar; de identidades, individuais e estatais, e as demandas do nacionalismo; dos pressupostos da racionalidade do homem de Estado e decisor político; e das irregularidades do discurso liberal.

A combinação dos argumentos de Walzer, Young, Mouffe e Laclau apresenta-nos um contexto da política estatal contemporânea, influenciado pela política identitária, pelo aprofundamento democrático, pelos novos movimentos sociais, que exige do estudo e da política de segurança uma revisão de paradigmas. Em adição, a experiência de mulheres em conflitos contemporâneos servem uma função dupla. Elas ilustram as críticas discutidas no capítulo 3. Elas também demonstram a existência de uma gama de fenômenos ao mesmo tempo ignorados pela disciplina e pela política estatal, por causa das falhas do conceito. Por causa, também, que a preocupação a respeito da existência desses fenômenos é demonstração do momento contemporâneo da política internacional, no qual questões identitárias, relacionadas aqui a questões de segurança humana, ganham espaço e impedem a manutenção

da prioridade inquestionável da norma soberana.

Finalmente, essa conclusão vai no sentido de defender uma “abordagem feminista” na elaboração de políticas de segurança pelos Estados. Uma “abordagem feminista” não é definida categoricamente, mas baseia-se na reflexividade sobre estruturas e narrativas identitárias que impactam a política estatal e são por ela impactadas. Uma política de segurança “anti-masculinista” se preocupa com as inseguranças que ela cria ou reforça ao definir as demandas da segurança nacional. Essa, por sua vez, resulta do acordo da sociedade sobre a importância de privilegiar a construção emancipatória e empática da individualidade, da política estatal e internacional.

Bibliografia

de ALWIS, M. "Moral Mothers and Stalwart Sons in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 254-271.

BAJPAJ, K. "Human Security: Concept and Measurement" in: **Kroc Institute Occasional Paper**, n. 19. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame, 2000 *apud* PARIS, R. "Human Security – Paradigm Shift or Hot Air?" in: **International Security**, vol. 26, n°. 2. MIT Press Journals, 2001, pp. 87-102.

BARROS, M. de. **Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade**. São Paulo, 2006. 115f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARRY, J. **Rising Up in Response: Women's Right Activism in Conflict**. Urgent Action Fund Report, 2005.

BAUM, Dalit. "Women in Black and Men in Pink: Protesting Against the Israeli Occupation" in: **Social Identities**, vol. 12, no. 5. Londres: Routledge, 2006, pp. 563-574.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papirus Editora, 1997.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

BUZAN, B. "Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations" in: **Journal of Peace Research**, n. 21. SAGE Publications, 1984, pp. 109-125.

_____.; WEAVER, O. e de WILDE, J. **Security: A New Framework of Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 2001.

_____. "Slippery? Contradictory? Sociologically Untenable? The Copenhagen School Replies" in: **Review of International Studies**, n. 23. British International Studies Association, 1997, pp. 241-250.

CARROLL, S. E ZERILLI, L. M. G. "Feminist Challenges to Political Science" in: FINITER, A. (ed.). **Political Science: The State of the Discipline II**, Washington, DC: APSA, 1993, pp. 55-76.

CARTER, A. "Should Women Be Soldiers or Pacifists?" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 33-37.

CHODOROW, N. **The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1978 *apud* MIGUEL, L. F. “Política de Interesses, Política de Desvelo: Representação e ‘Singularidade Feminina’” in: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, pp. 253-267. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/11/2009.

CLAPHAM, Christopher. Review Article: Africa’s International Relations. Oxford: University Press. **African Affairs**, v. 86, n. 345, 1987, pp. 575-584.

COHN, Carol. Motives and methods: using multi-sited ethnography to study US national security discourses in: ACKERLY, STERN e TRUE (eds.). **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: University Pres, 2006, pp. 91-107.

_____. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals in: **Signs**, v. 12, n. 4. Chicago: University Press, 1987, pp. 354-360.

COPELON, R. “Surfacing Gender – Reconceptualizing Crimes against Women in Time of War” in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 63-79.

DAJANI, S. “Between National and Social Liberation – The Palestinian women’s movement in the Israeli occupied West Bank and Gaza Strip” in: MAYER, T. **Women and The Israeli Occupation: the politics of change**. Londres: Routledge, 1994.

D’AMICO, F. “Feminist Perspectives on Women Warriors” in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 119-125.

DUNN, Kevin C. Madlib #32: The (*Blank*) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations. in: DUNN, K.C. e SHAW, Th. M. (orgs.). **Africa’s Challenge to International Relations Theory**. Londres: Palgrave, 2001, pp. 46-63.

ELSHTAIN, J. **Women and War**. Chicago: University Press, 1987.

ENLOE, C. **Maneuvers – The International Politics of Militarizing Women’s Lives**. Berkeley: University of California Press, 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GELBLUM, A. “Ideological Crossroads: Feminism, Pacifism, and Socialism” in: MELLMAN, B (Ed.). **Borderlines: Gender and Identities in war and peace, 1870-1930**. New York: Routledge, 1998.

GILLIAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982 *apud* CARROLL, S. E ZERILLI, L. M. G. “Feminist Challenges to Political Science” in: FINITER, A. (ed.). **Political Science: The**

State of the Discipline II, Washington, DC: APSA, 1993, pp. 55-76.

HOBBS, T. **Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Rio de Janeiro: Martins Editora, 2003. Tradução: Cláudia Berliner.

HOOPER, Charlotte. **Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics**. New York: Columbia University Press, 2001.

KATZENSTEIN, P.J. "Alternative Perspectives on National Security" in: KATZENSTEIN, P.J. (org.). **The Culture of National Security: Norms and Identities in World Politics**. Columbia: University Press, 1996, pp. 1-31.

KIRK, G. e OKAZAWA, M. "Making Connections: Building an East Asia – U.S. Women's Network against U.S. Militarism" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 308-322.

KLEIN, U. "War and Gender: What do We Learn From Israel?" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 148-154.

LACLAU, E. e MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Santa Barbara: Verso, 2001.

LAPID, Y. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positive Era" in: **International Studies Quarterly**, vol. 33, no. 3, 1989.

LENTIN, R. "Feminist Snapshots From the Edge: Reflections on Women, War and Peace, and Activism in Israel After September 11" in: HAWTHORNE, S. e BRONWYN, W. **September 11, 2001: feminist perspectives**. North Melbourne: Spinifex Press, 2002.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

MIGUEL, L. F. "Política de Interesses, Política de Desvelo: Representação e 'Singularidade Feminina'" in: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, pp. 253-267. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/11/2009.

MORA, M. "Zapatismo – Gender, Power, and Social Transformation" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 164-175.

NEF, J. **Human Security and Mutual Vulnerability: The Global Political Economy of Development and Underdevelopment**. 2ª. Ed. Ottawa: International Development Research Centre, 1999 *apud* PARIS, R. "Human Security – Paradigm Shift or Hot Air?" in: **International Security**, vol. 26, nº. 2. MIT Press Journals, 2001, pp. 87-102.

NEUGERBAUER, M.E. "Domestic Activism and Nationalist Struggle" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York

University Press, 1998, pp. 177-183.

NOGUEIRA, J. E MESSARI, N. **Teorias das Relações Internacionais – correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

ONU, N. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PARIS, R. “Human Security – Paradigm Shift or Hot Air?” in: **International Security**, vol. 26, nº. 2. MIT Press Journals, 2001, pp. 87-102.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PETERSON, V. Spike. “Gendered Nationalism – Reproducing ‘Us’ versus ‘Them’” in: LORENTZEN, L. A. **The Women and War Reader**. New York: University Press, 1998.

_____ e RUNYAN, A. S. **Global Gender Issues: Dilemmas in World Politics**. Colorado: Westview Press, 1999.

REUS-SMIT, C. “The Constructivist Turn: Critical Theory After the Cold War”. **Working Paper**. Canberra: Australian National University, 1996.

RUDDICK, S. "From Maternal Thinking to Peace Politics." In: COLE, E. B. e COULATRAP-MCQUIN, S. (Eds.). **Explorations in Feminist Ethics: Theory and Practice**. Bloomington: Indiana University Press, 1992, pp. 141-155.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

THOMPSON, J. “Women and political rationality” in: PATEMAN, C. e GROSS, E. **Feminist Challenges: social and political theory**. Sydney: Allen e Unwin, 1986, pp. 99-111.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post- Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives in Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. “You Just Don’t Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR theorists” in: **International Studies Quarterly**, vol. 21, no. 4, 1997, pp. 611-632.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Humand Development Report**. Oxford University Press, 1994.

WALTZ, K. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins

Fontes, 2004.

WALZER, M. **Guerras Justas e Injustas: Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WELCH, David. "Why International Relations Students Should Stop Reading Thucydides" in: **Review of International Studies**, vol. 29, no. 3, 2003.

WENDT, A. The State as Person in International Theory. **Review of International Studies**. Wiley-Blackwell, v. 30, n. 2, p. 289-316, 2004.

WOOLLACOTT, A. "Women Munitions Makers, War, and Citizenship" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 126-131.

YOUNG, I. M. "The Logic of Masculinist Protection: Reflections on the Current Security State" in: **Signs**, vol. 29, no. 1. Chicago: University Press, 2003, pp. 1-25.

YOUNGS, Gillian. "Feminist International Relations: a contradiction in terms Or: women and gender are essential to understand the world 'we' live in". In: **International Affairs**, v. 80, n. 1. Londres: Wiley-Blackwell, 2004, pp. 75-87.

YORK, Jodi. "The Truth About Women and Peace" in: LORENTZEN, L. A. e TURPIN, J. E. **The Women and War Reader**. New York and London: New York University Press, 1998, pp. 19-25.

ZEHFUSS, M. **Constructivism in International Relations: The Politics of Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.